RELATÓRIO E CONTAS 2022

IHM - INVESTIMENTOS HABITACIONAIS DA MADEIRA, EPERAM

Mensagem

O ano de 2022 resultou de uma espiral de crises que começou com a pandemia da Covid-19 em 2020 e terminou com a invasão russa na Ucrânia, que reverteu em efeitos colaterais a nível global. Como consequência destes acontecimentos surgiu a crise energética, que tem conduzido a fortes constrangimentos na cadeia produtiva da habitação e a uma escalada de preços nos materiais de construção e na mão-de-obra.

É público que o setor da construção civil enfrenta graves dificuldades quanto à mão-de-obra e acesso às matérias-primas para dar resposta às obras, ao que acresce também a escalada de preços dos combustíveis e dos materiais de construção.

No decorrer do referido ano, sucedeu o levantamento gradual das medidas de contenção aplicadas pelo Governo Regional, através das autoridades de saúde da Região. Este foi um ano que ficou marcado pela introdução de medidas de apoio e de planeamento estratégico, operacional e financeiro, particularmente com a implementação da Estratégia Regional de Habitação (ERH) para o período 2020 – 2030, aprovada através da Resolução do Conselho de Governo n.º 494/2020, de 30 de junho, pelo lançamento de novos programas de apoio e de diversos procedimentos concursais, nomeadamente no âmbito das reformas na área da habitação com fins sociais, a cargo desta entidade pública.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), nos termos do contrato estabelecido entre o Beneficiário Intermediário (BI) e a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP) a 14 de setembro de 2021, permitiu a celebração de um Contrato de Financiamento entre o Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM (IDR) e a IHM, EPERAM, a 25 de fevereiro de 2022, com vista a financiar o investimento "C02-I03-RAM – Reforço da oferta de habitação apoiada na Região Autónoma da Madeira". Com a aplicação deste plano ambiciona-se reduzir, até 2026, as carências habitacionais diagnosticadas na ERH, em cerca de 30%.

A IHM, EPERAM, atuou com recurso à oferta pública para a aquisição de empreendimentos de habitação coletiva a custos controlados, a construir por promotores privados, e à abertura de procedimentos de contratação pública para a realização de empreitadas de obras públicas, com vista à construção de novos empreendimentos habitacionais em terrenos pertencentes à IHM, EPERAM.

Em paralelo com as diligências supra identificadas, durante a pandemia Covid-19 e o início da Guerra na Ucrânia, foram realizadas intervenções em 192 habitações propriedade da IHM, EPERAM, que estavam devolutas e em mau estado de conservação.

No que toca aos projetos de Eficiência Energética, financiados pelo Fundo Comunitário FEDER, o ano de 2022 foi um ano de reprogramações temporais que decorreram de ajustamentos do prazo dos projetos, sobretudo devido a atrasos com origem na Pandemia da Covid-19, que fez atrasar as medições presenciais de trabalhos a realizar para efeitos de determinação do valor base do concurso da empreitada, pelo que se tornou necessário reescalonar os trabalhos e o cronograma financeiro para o ano de 2023.

No domínio das medidas do Governo Regional com vista à mitigação dos impactos da Pandemia e da guerra na Ucrânia, é de destacar a continuação dos apoios e da proteção à população em situação de maior vulnerabilidade sanitária, económica e social e a criação de uma nova medida de auxílio às famílias com crédito à habitação, para atenuar os efeitos da subida das taxas de juro do BCE, em virtude da invasão militar Russa ao território Ucraniano e consequente aumento da taxa de inflação.

O novo programa de apoio ao pagamento das prestações do crédito habitação, designado por REEQUILIBRAR, foi aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2023/M, de 3 de janeiro.

Ainda incluído na ERH para o período 2020 – 2030, em 2022, a IHM, EPERAM, deu seguimento, em força, à medida de apoio habitacional à aquisição e ao arrendamento, delineada pelo programa PRAHABITAR - Programa de Apoio à Aquisição e ao Arrendamento de Habitação, criado pelo

Decreto Legislativo Regional n.º 10/2020/M, de 28 de julho e regulamentado pela Portaria n.º 803/2020, de 18 de dezembro.

A habitação social, destinada ao arrendamento de agregados familiares com fracos recursos económicos e carências habitacionais imediatas, foi sobretudo alcançada, em 2022, pela via da reatribuição de habitações já existentes no parque habitacional sob administração da IHM, EPERAM, incluindo a bolsa de fogos do programa de arrendamento para subarrendamento social.

Em alternativa ao arrendamento social, a IHM deu continuidade aos outros apoios habitacionais, nomeadamente através do reforço do Programa de Recuperação de Imóveis Degradados.

Na execução financeira do Plano de Investimentos, é de destacar que, do Programa de Governo 2019-2023, já foram aplicados 65.674.229,97€, sendo que, em 2022, foram executados 11.375.673,65€.

Reiterando que a missão desta entidade pública é social e que não visa alcançar resultados económico-financeiros, não deixa de ser relevante realçar que, no que toca a indicadores económico-financeiros, fruto dos esforços encetados nas várias vertentes da organização e da exploração, a IHM, EPERAM, manteve o EBITDA continua e sustentadamente positivo, pelo oitavo ano consecutivo, situando-se em 2022 nos 1.774.026,63€ milhões de euros, evolução que é motivo de enorme satisfação.

As demonstrações financeiras revelam uma evolução contínua e sustentada da saúde económica e financeira, bem patente na melhoria generalizada dos indicadores económicos e financeiros que são aprestados neste relatório.

Os bons resultados alcançados em 2022, quer do ponto de vista da missão social, quer do ponto de vista económico-financeiro, são o reflexo da estratégia desenvolvida por esta entidade pública empresarial, e do empenho e competência de todos os seus trabalhadores e dirigentes.

Por último, contudo extraordinariamente patente e merecedor de registo, em nome do Conselho de Administração da IHM, EPERAM, cumpre-me deixar um enorme agradecimento e reconhecimento a todos os nossos

colaboradores, pelo esforço e dedicação demonstrados diariamente, eles que são efetivamente a génese do bom desempenho desta organização.

O Presidente do Conselho de Administração

João Pedro Sousa

Índice

1 Apresentação e Enquadramento 10
1.1 Apresentação da Empresa 10
1.2 Governo da IHM, EPERAM 11
1.2.1 Missão 11
1.2.2 Visão 11
1.2.3 Valores 11
1.2.4 Orientações de Gestão 12
1.2.5 Identificação e Estrutura dos Órgãos Sociais 12
1.2.5.1 Conselho de Administração 12
1.2.5.2 Fiscal único 13
1.2.5.3 Gestão documental e implementação eletrónica 13
1.2.6 Empreitadas, aquisição de bens e serviços 13
1.3 Orgânica da Empresa 14
1.3.1 Conselho de Administração 14
1.3.2 Competências das Direções 15
1.3.3 Utente 16
1.3.4 Carreiras e Remunerações 16
1.3.5 Recrutamento e Seleção 16
1.3.6 Oferta de Emprego 17
1.3.7 Regulamentos Internos específicos 18
1.3.8 Subsídio de refeição 18
1.3.9 Abono parafalhas 18
1.3.10 Efetivo / Estrutura Habilitacional 19
2 Estratégia e Objetivos 20
2.1 Prioridades Estratégicas 21
3 Atividade 23
3.1 Enquadramento 23
3.1.1 Património imóvel e financeiro 23
3.1.2 Programas de Apoio 25
3.1.3 Inclusão Social e serviços de proximidade 25
3.1.4 Apoios Habitacionais às famílias 29

3.1.5 Manutenção e Gestão 32
3.1.6 Construção, Reabilitação e Requalificação 33
3.1.6.1 Investimentos concluídos 33
3.1.6.2 Investimentos em curso, adjudicados ou em concurso 35
3.1.6.3 Investimentos em preparação de concurso 37
3.1.7 Projetos e Programas 38
3.1.7.1 Madeira 14-20 38
3.1.7.2 Plano de Recuperação e Resiliência 39
3.1.7.3 Habitação Social 41
3.1.7.4 PRID (Programa de Recuperação de Imóveis Degradados) 42
3.1.7.5 REEQUILIBRAR – Programa de Apoio às famílias com crédito à habitação 42
3.1.7.6 PRAHABITAR – Programa de à Aquisição e ao Arrendamento de habitação 43
3.1.7.7 Programa Arrendamento-Senhorios 44
3.1.7.8 Reabilitar Madeira – Programa de Apoio Financeiro para as Empreitadas de Reabilitação de Edifícios 44
3.1.7.9 Programa Reabilitar para Arrendar 44
3.1.7.10 Programa Porta 65 45
4 Análise económica e financeira 46
4.1 Execução orçamental por classificação económica 46
4.1.1 Execução orçamental da despesa 46
4.1.1.1 Execução orçamental – Funcionamento Normal 46
4.1.1.2 Execução orçamental – Investimentos do Plano 47
4.1.1.3 Execução orçamental – Global 48
4.1.1.4 Execução orçamental dos Investimentos do Plano e do PIDDAR 48
4.1.2 Execução orçamental da Receita 50
4.1.2.1 Execução da receita – Funcionamento Normal 50
4.1.2.2 Execução da receita – Investimentos do Plano 51
4.1.2.3 Execução da receita – Global 52
4.1.2.4 Execução da receita por fonte de financiamento 53
4.2 Contas da Empresa 54
4.2.1 Rendimentos e Ganhos 54

4.2.2 Gastos e Perdas 56
4.2.3 Ativo 58
4.2.4 Passivo 58
4.2.5 Capital 59
4.2.6 Resultados 60
4.2.7 Apreciação global 61
4.2.8 Proposta de Aplicação de Resultados 62
4.2.9 Negócios entre a empresa e os seus Administradores 63
4.3 Perspetivas futuras 63
5 Demonstrações Financeiras 68
5.1 Balanço 68
5.2 Demonstração de Resultados por Naturezas 69
5.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa 70
5.4 Demonstração das alterações ao Capital Próprio 71
5.5 Anexo às Demonstrações Financeiras 72
5.5.1 Nota introdutória 72
5.5.2 Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros 73
5.5.3 Ativos fixos intangíveis 78
5.5.4 Acordos de concessão de serviços: concedente 78
5.5.5 Ativos fixos tangíveis 79
5.5.6 Locações 80
5.5.7 Custos de empréstimos obtidos 80
5.5.8 Propriedades de investimento 82
5.5.9 Imparidade de ativos 82
5.5.10 Inventários 83
5.5.11 Agricultura 83
5.5.12 Contratos de construção 83
5.5.13 Rendimentos de transações com Contraprestação 84
5.5.14 Rendimentos de transações sem Contraprestação 85
5.5.15 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes 87
5.5.16 Efeitos de alterações em taxas de câmbio 87
5.5.17 Acontecimentos após a data de relato 88

5.5.18 Instrumentos financeiros 88
5.5.19 Benefícios dos empregados 91
5.5.20 Divulgações de partes relacionadas 91
5.5.21 Relato por segmentos 91
5.5.22 Interesses em outras entidades 92
5.5.23 Outras divulgações 92
5.5.23.1 Diferimentos Ativos 92
5.5.23.2 Instrumentos de capital próprio 92
5.5.23.3 Diferimentos Passivos 93
5.5.23.4 Fornecimentos e serviços externos 94
5.5.23.5 Transferências e subsídios concedidos e prestações sociais 95
5.5.23.6 Outros rendimentos 95
5.5.23.7 Outros gastos 96
5.5.23.8 Depreciações 97
5.5.23.9 Juros e rendimentos similares obtidos 97
5.5.23.10 Juros e gastos similares suportados 98
5.5.23.11 Impostos sobre o rendimento 98
5.5.23.12 Divulgações exigidas por Diplomas Legais 100
6 Demonstrações Orçamentais 101
6.1 Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 101
6.2 Plano Plurianual de investimentos 102
6.3 Demonstração do desempenho orçamental 103
6.4 Demonstração de execução orçamental da receita 105
6.5 Demonstração de execução orçamental da despesa 106
6.6 Demonstração de execução do Plano Plurianual de investimentos 107
6.7 Anexos às demonstrações orçamentais 108
6.7.1 Alterações orçamentais da receita 108
6.7.2 Alterações orçamentais da despesa 109
6.7.3 Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos 110
6.7.4 Operações de tesouraria 111
7 Relatórios e Certificação Legal 112
7.1 Certificação legal das contas, relatório e parecer do Fiscal Único 112
8 Ficha Técnica 113

8.1 Elaboração 113
8.2 Intervenientes 113
8.3 Coordenação dos Trabalhos 113
8.4 Fornecimentos dos dados Financeiros 113
8.5 Aprovação 113

1 Apresentação e Enquadramento

1.1 Apresentação da Empresa

A Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, constituída pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2004/M, de 24 de agosto, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.º 26/2013/M, de 29 de julho, 6/2015/M, de 13 de agosto, 42-A/2016/M, de 30 de dezembro, e 1-A/2020/M, de 31 de janeiro, doravante designada pela sigla IHM, EPERAM é uma pessoa coletiva de direito público com natureza de entidade pública empresarial, detido integralmente pela Região Autónoma da Madeira, que se rege pelo seu diploma constitutivo, incluindo os seus estatutos que constam em anexo, pelo seu regulamento interno e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente no domínio das empresas públicas regionais.

O objeto social consiste no planeamento, na promoção, construção, fiscalização e gestão de parques habitacionais e seu património associado. Inclui também a realização e o apoio a obras de recuperação, construção e reconstrução, de requalificação urbanística incluindo equipamentos lúdico-desportivos.

No âmbito da sua missão social, empreende edifícios e equipamentos socioculturais para o desenvolvimento e promoção de atividades e projetos de inclusão social e de cidadania ativa, focalizados nas famílias mais desfavorecidas da Região Autónoma da Madeira.

À tutela exercida pela Secretaria Regional de Equipamentos e infraestruturas (SREI), conforme estabelece a alínea c) do n.º 2 do artigo l2.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2021/M, de 27 de agosto, que aprova a organização e funcionamento do XIII Governo Regional da Madeira, na redação do Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2O21IM, de 3 de novembro, cabe definir as orientações estratégicas a prosseguir, designadamente para efeitos de preparação dos planos de investimento e financiamento, devendo a empresa submeter os seus instrumentos de gestão e aprovação dos membros do Governo Regional responsáveis pelas áreas das finanças e da habitação, nos termos do disposto no n.º 2, alínea c), subalínea iii), do artigo n.º 18 dos seus Estatutos.

Esta entidade pública rege-se pelo regime aplicável às entidades públicas empresariais constante do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, que aprova o regime jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

O Governo Regional pode atribuir à IHM, EPERAM de acordo com o estatutariamente previsto, especiais obrigações de serviço público de que resultem reduções ou isenções de taxas ou preços, bem como o exercício de tarefas e atividades estruturalmente deficitários, nomeadamente, através da celebração de protocolos e contratos-programa (artigo 3.º dos Estatutos).

1.2 Governo da IHM, EPERAM

1.2.1 Missão

Promover a melhoria contínua das condições habitacionais das famílias na Região Autónoma da Madeira, numa perspetiva global de integração social e de melhoria da qualidade de vida da população.

1.2.2 Visão

Habitação condigna para todos os cidadãos da Região.

1.2.3 Valores

a) Coesão social e territorial

b) Inclusão

c) Proximidade

d) Dinamismo

e) Transparência

1.2.4 Orientações de Gestão

Os instrumentos de gestão listados visam orientar a atividade da IHM, EPERAM para a prossecução dos seus objetivos, desempenhando um papel fundamental na boa gestão dos recursos que lhe estão afetos:

a) Plano de Atividades;

b) Relatório e contas;

c) Código de Conduta;

d) Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas.

1.2.5 Identificação e Estrutura dos Órgãos Sociais

Em conformidade com o seu título constitutivo, os órgãos sociais da IHM, EPERAM compreendem uma estrutura de administração e fiscalização composta por um Conselho de Administração e um Fiscal Único.

1.2.5.1 Conselho de Administração

O órgão máximo da IHM, EPERAM é o Conselho de Administração, ao qual compete, em geral, o exercício de todos os direitos e o cumprimento de todos os deveres previstos na lei comercial para o conselho de administração das sociedades anónimas.

O Conselho de Administração nos termos do n.º 3 do artigo 6.º dos Estatutos, é composto por um presidente e quatro vogais. Para o mandato 2022-2024, mantém-se em funções por renovação de mandato através da Resolução do Conselho do Governo n.º 1488/2021, de 29 de dezembro, publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, I Série, n.º 237, 3.º Suplemento, de 30 de dezembro de 2021:

- **Presidente:** João Pedro Pereira e Sousa
- **Vogal:** Elias Rodrigues Homem de Gouveia
- **Vogal:** Ruben Gomes Nunes
- **Vogal:** Daniela Lúcia Sousa Gomes Quadrado
- **Vogal:** Mara Débora Sardinha Rodrigues

1.2.5.2 Fiscal único

A fiscalização compete a um Fiscal Único, nomeado para o triénio 2022-2024 pelo Despacho Conjunto n.º 55/2023, de 26 de maio, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, II Série, n.º 102, 2.º Suplemento, de 31 de maio de 2023:

- Sociedade de Revisores: UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
- Revisor Oficial de Contas: António José Pereira da Silva, ROC n.º 947

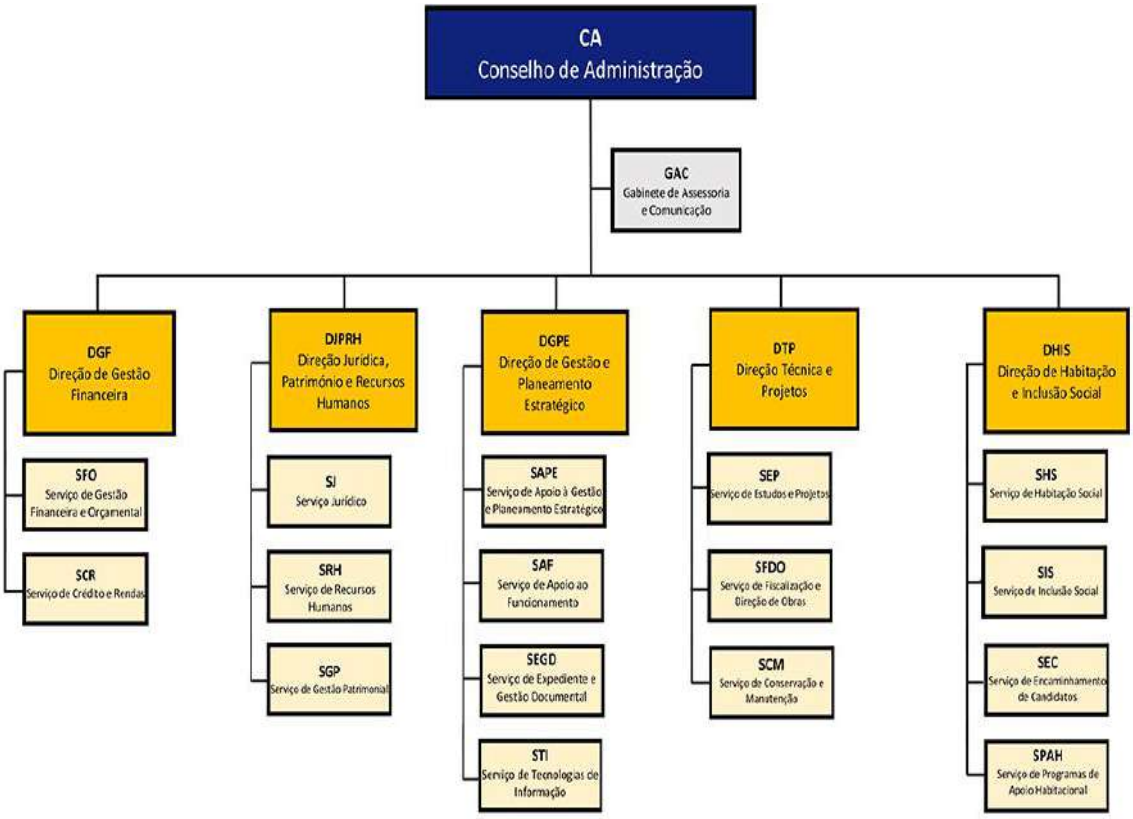
1.2.5.3 Gestão documental e implementação eletrónica

A IHM, EPERAM utiliza um sistema de gestão documental denominado GESCOR, que por estar descontinuado exigiu a contratação de uma nova plataforma designada por SIMPLEFLOW cuja fase de implementação foi iniciado em 2022.

1.2.6 Empreitadas, aquisição de bens e serviços

A aquisição de bens e serviços, e empreitadas, promovidas pela IHM, EPERAM, rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, adaptado à Região através do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual.

1.3 Orgânica da Empresa



As unidades orgânicas da empresa constam do organograma antecedente, de acordo com o artigo 4.º do **Regulamento n.º 1/2022, de 3 de fevereiro**, que aprova a respetiva organização interna e funcionamento, **publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, II Série, n.º 22, 2.º Suplemento, de 3 de fevereiro de 2022.**

1.3.1 Conselho de Administração

A composição, as competências e o funcionamento do Conselho de Administração, encontram-se definidos nos artigos 6.º a 11.º dos Estatutos da IHM, EPERAM, aprovados pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2004/M, de 24 de agosto, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.º 26/2013/M, de 29 de julho, 6/2015/M, de 13 de agosto, 42-A/2016/M, de 30 de dezembro e 1-A/2020/M, de 31 de janeiro e no que se refere ao capital estatutário pela

Resolução n.º 795/2017, do Conselho do Governo Regional aos 4 dias de outubro.

1.3.2 Competências das Direções

As competências de cada direção de serviço constam do Regulamento Interno n.º 1/2022, de 3 de fevereiro, supramencionado para o qual se remete.

Direção de Gestão Financeira (DGF)	**Art.º 5**
a) Serviço de Gestão Financeira e Orçamental (SFO)	**Art.º 6**
b) Serviço de Crédito e Rendas (SCR)	**Art.º 7**
Direção Jurídica, Património e Recursos Humanos (DJPRH)	**Art.º 8**
a) Serviço Jurídico (SJ)	**Art.º 9**
b) Serviço de Gestão Patrimonial (SGP)	**Art.º 10**
c) Serviço de Recursos Humanos (SRH)	**Art.º 11**
Direção de Gestão e Planeamento Estratégico (DGPE)	**Art.º12**
a) Serviço de Apoio à Gestão e Planeamento Estratégico (SAPE)	**Art.º 13**
b) Serviço de Apoio ao Funcionamento (SAF)	**Art.º 14**
c) Serviço de Expediente e Gestão Documental (SEGD)	**Art.º 15**
d) Serviço de Tecnologias de Informação (STI)	**Art.º 16**
Direção Técnica e de Projetos (DTP)	**Art.º 17**
a) Serviço de Fiscalização e Direção de Obras (SFDO)	**Art.º 18**
b) Serviço de Conservação e Manutenção (SCM)	**Art.º 19**
c) Serviço de Estudos e Projetos (SEP)	**Art.º 20**
Direção de Habitação e Inclusão Social (DHIS)	**Art.º 21**
a) Serviço de Habitação Social (SHS)	**Art.º 22**
b) Serviço de Inclusão Social (SIS)	**Art.º 23**
c) Serviço de Encaminhamento de Candidatos (SEC)	**Art.º 24**
d) Serviço de Programas de Apoio Habitacional (SPAH)	**Art.º 25**
Gabinete de Assessoria e Comunicação	**Art.º 26**

1.3.3 Utente

Podem aceder aos apoios geridos pela IHM, EPERAM, todos os cidadãos que apresentem uma situação de carência habitacional, conforme previsto no artigo 33.º do regulamento interno.

Compete em especial à DHIS e ao SEGD promover o atendimento dos cidadãos e o encaminhamento para as soluções adequadas, envidando todos os esforços para a resolução célere e expedita das suas solicitações.

1.3.4 Carreiras e Remunerações

Sem prejuízo do previsto no n.º 3 do artigo 37.º do regulamento interno, o regime jurídico-laboral aplicável é o do Código do Trabalho para os trabalhadores com vínculo de contrato individual de trabalho.

Os trabalhadores pertencentes ao quadro de pessoal em funções públicas da IHM, EPERAM, que constam da lista nominativa em anexo ao Despacho n.º 274/2014, de 25 de setembro de 2014, da Vice-Presidência do Governo Regional e Secretaria Regional do Plano e Finanças e Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, publicado no n.º 198, de 24 de outubro de 2014, da II Série do Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira estão abrangidos pelo regime estabelecido na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

1.3.5 Recrutamento e Seleção

A oferta de emprego é o processo de recrutamento e seleção para o ingresso de pessoal, conforme previsto no artigo 38.º do regulamento interno. Os métodos de seleção a utilizar, a definir aquando da abertura do procedimento, poderão ser isoladas ou cumulativamente:

a) Avaliação curricular;

b) Prova de conhecimentos (oral ou escrita);

c) Entrevista profissional de seleção;

d) Outro previsto para o ingresso na Administração Pública Regional.

1.3.6 Oferta de Emprego

A oferta de emprego, conforme previsto no artigo 39.º do regulamento interno, pode classificar-se:

a) De ingresso ou acesso, quanto à natureza do lugar a ocupar;

b) Interno ou externo, quanto à origem dos candidatos.

As ofertas de emprego de ingresso ou de acesso visam preencher, respetivamente, lugares das categorias de base ou superiores das respetivas carreiras.

A oferta considera-se interna quando à mesma só possam concorrer candidatos vinculados à IHM, EPERAM; e, externa quando a mesma seja aberta a todos os indivíduos, vinculados ou não à IHM, EPERAM.

O artigo 41.º, do regulamento interno, estabelece que o processo de oferta interna de emprego inicia-se com a publicação do aviso de abertura no site oficial da IHM, EPERAM, localizado em *www.ihm.pt*, e afixação na sede desta instituição. O n.º 2 do mesmo artigo estabelece que o processo de oferta externa de emprego inicia-se com a publicação de anúncio resumido do aviso de abertura em jornal de expansão regional e da publicação integral desse aviso no site oficial da IHM, EPERAM, localizado em *www.ihm.pt*, e afixação na sede desta instituição.

No aviso de abertura da oferta de emprego, conforme previsto no artigo 42.º do regulamento interno, devem constar:

a) A categoria ou função a que se refere;

b) O prazo de validade e o número de pessoas a contratar;

c) A composição do júri;

d) Os requisitos gerais ou especiais de admissão;

e) A forma e o prazo para a apresentação das candidaturas e a enumeração dos documentos necessários;

f) A entidade, com respetivo endereço, à qual deve ser apresentada a candidatura;

g) Especificação dos métodos de seleção a utilizar, indicação das fases eliminatórias, quando existam e, no caso de prestação de provas de conhecimentos, a identificação do respetivo programa;

h) O local de trabalho, remunerações e outras condições de trabalho; e

i) A indicação do local ou locais onde são afixadas, quando for caso disso, a lista de classificação final da oferta, bem como quaisquer outros elementos julgados necessários para melhor esclarecimento dos interessados.

O júri da oferta pública de emprego é constituído por deliberação do Conselho de Administração, podendo a sua composição ser alterada, por motivos devidamente fundamentados.

O seu funcionamento rege-se pelas regras de funcionamento dos órgãos colegiais definidos no Código do Procedimento Administrativo.

1.3.7 Regulamentos Internos específicos

A IHM, EPERAM, poderá elaborar regulamentos internos onde constem as normas de organização do trabalho, tendo em consideração as necessidades desta entidade, conforme previsto no artigo 45.º do regulamento interno.

1.3.8 Subsídio de refeição

Todos os trabalhadores da IHM, EPERAM auferem por cada dia completo efetivo de trabalho um subsídio de refeição de valor igual ao que for praticado em cada momento para os trabalhadores da Administração Pública Regional, conforme previsto no artigo 46.º do regulamento interno.

1.3.9 Abono para falhas

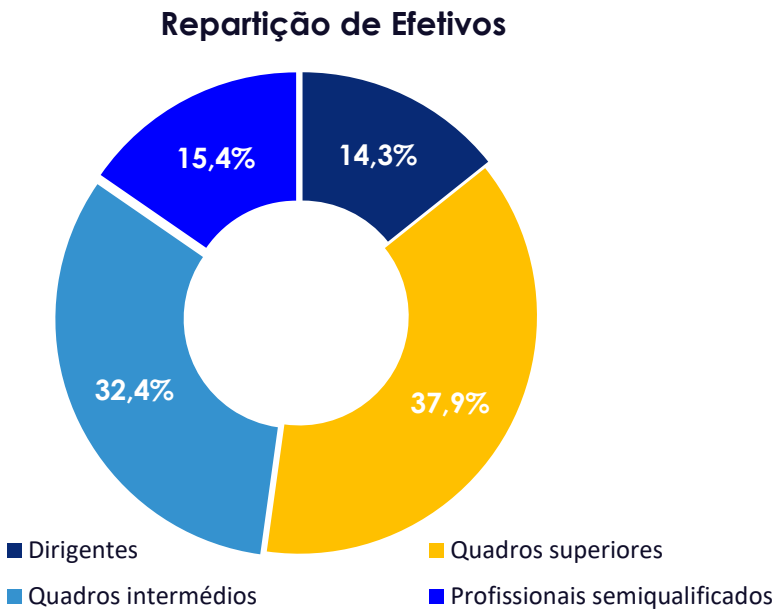
Aos trabalhadores que exerçam as funções de tesouraria pode ser atribuído um abono para falhas equivalente ao praticado para os

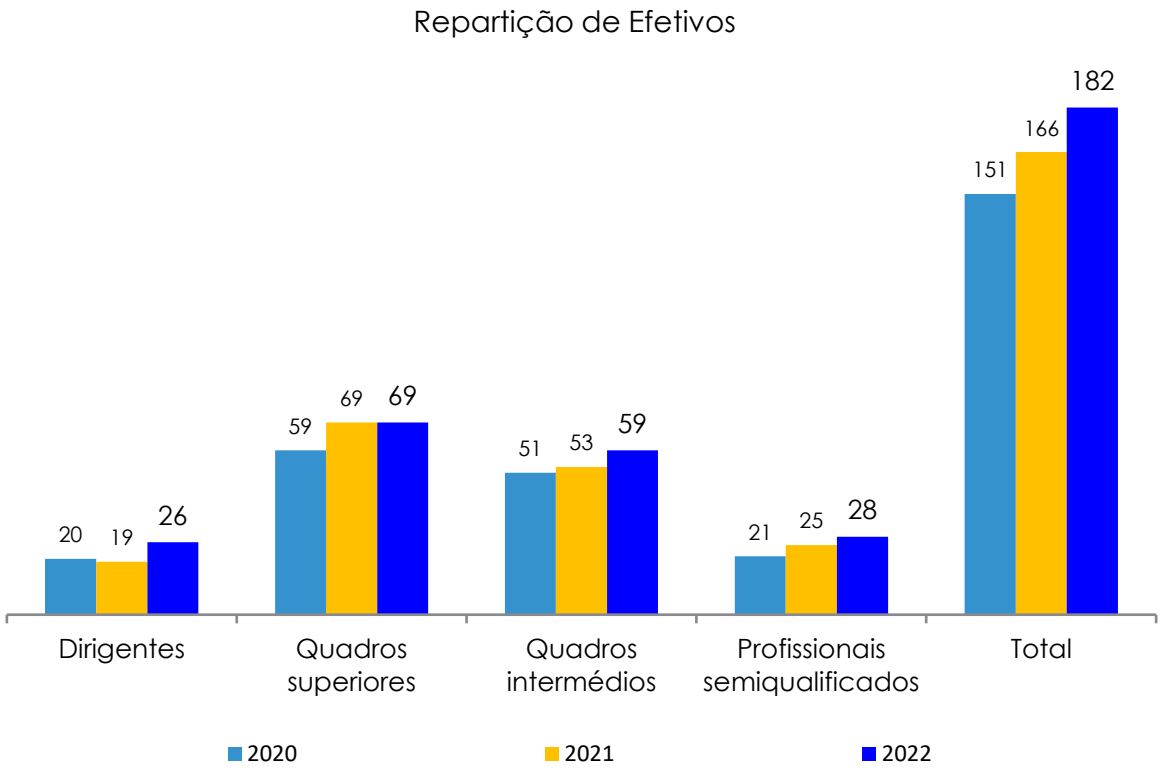
trabalhadores da Administração Pública Regional, conforme previsto no artigo 47.º do regulamento interno.

1.3.10 Efetivo / Estrutura Habilitacional

O número total de efetivos a desempenhar funções na IHM, EPERAM, com referência a 31 de dezembro de 2022, é de 182 funcionários, distribuídos pelas várias carreiras, sendo 26 (14,3%) referentes a pessoal dirigente, 69 (37,9%) a quadros superiores, 59 (32,4%) a quadros intermédios e 28 (15,4%) a pessoal semiqualificado. Tal como demonstrado nos gráficos seguintes:

Carreira/Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Dirigentes	25	22	21	20	20	19	17	18	18	20	20	19	26
Quadros superiores	29	31	32	31	30	31	33	31	37	54	59	69	69
Quadros intermédios	61	58	59	56	54	56	55	55	56	53	51	53	59
Profissionais semiqualificados	26	27	27	25	24	21	20	20	20	23	21	25	28
Total	**141**	**138**	**139**	**132**	**128**	**127**	**125**	**124**	**131**	**150**	**151**	**166**	**182**




Repartição de Efetivos
20
19
26
59
69
69
51
53
59
21
25
28
151
166
182
Dirigentes
Quadros superiores
Quadros intermédios
Profissionais semiqualificados
Total
2020
2021
2022

2 Estratégia e Objetivos

2.1 Prioridades Estratégicas

A **ERH da RAM** para o período 2020 – 2030, aprovada através da Resolução do Conselho de Governo n.º 494/2020, de 30 de junho, preconiza um conjunto de medidas integradas em seis domínios de intervenção:

1. A gestão de habitações sociais;
2. A conservação e reabilitação do parque habitacional;
3. A atribuição de apoios à habitação própria e ao arrendamento;
4. A criação de ambiente fiscal benéfico;
5. A promoção de respostas sociais integradas (inclusão social);
6. A modernização da organização e dos serviços ao cidadão.

Este relatório reflete as atividades desenvolvidas pela IHM, EPERAM no âmbito da ERH e da linha programática do Governo Regional de promoção da habitação com proximidade, integração social, urbanística e paisagística, que tem as seguintes prioridades:

- Incremento da reconstrução, aquisição e/ou construção de fogos para habitação social, nomeadamente para o realojamento definitivo de famílias carenciadas, afetadas por intempéries ou incêndios ou com o objetivo de redução de custos, nomeadamente os do programa de arrendamento para subarrendamento social;
- Reforço dos apoios diretos e indiretos às famílias para recuperação das suas habitações, numa ótica de fixação da população no seu meio de origem;
- Alargamento dos programas de apoio na comparticipação de rendas e de prestações bancárias, nomeadamente aos afetados pelo *Lay-off* e pelo desemprego em consequência da crise

económica decorrente da pandemia Covid-19, alargando os critérios de acesso ao apoio pelas famílias;

- Dinamização de soluções de arrendamento habitacional em articulação com o mercado social de arrendamento;
- Desenvolvimento de ações de cooperação público-privada facilitadoras da satisfação das necessidades de habitação, nomeadamente através de novos apoios à aquisição de casa própria e de arrendamento;
- Implementação de projetos sociais com iniciativas próprias de inclusão social nos complexos habitacionais de maior dimensão;
- Desenvolvimento de parcerias no âmbito da inclusão social, envolvendo entidades públicas e privadas, nomeadamente instituições particulares de solidariedade social e associações sem fins lucrativos;
- Reforço das ações nos domínios da conservação e reabilitação do parque habitacional;
- Promover a limpeza e manutenção dos espaços envolventes aos Conjuntos Habitacionais.

3 Atividade

3.1 Enquadramento

3.1.1 Património imóvel e financeiro

A Região Autónoma da Madeira através da IHM, EPERAM já construiu e adquiriu um total de cerca de 5.000 fogos e atribuiu cerca de 400 lotes de terreno para autoconstrução em regime de direito de superfície.

A IHM, EPERAM encerrou o ano de 2022 com a gestão de 4.224 frações habitacionais (incluindo 278 arrendamentos privados), 276 frações não habitacionais, destinadas a atividades com fins comerciais ou a atividades de cariz social prestados pela própria empresa ou por outras instituições com fins sociais, 327 lotes de terreno em regime de direito de superfície e ainda 57 hortas familiares, distribuídos por todos os concelhos da Madeira:

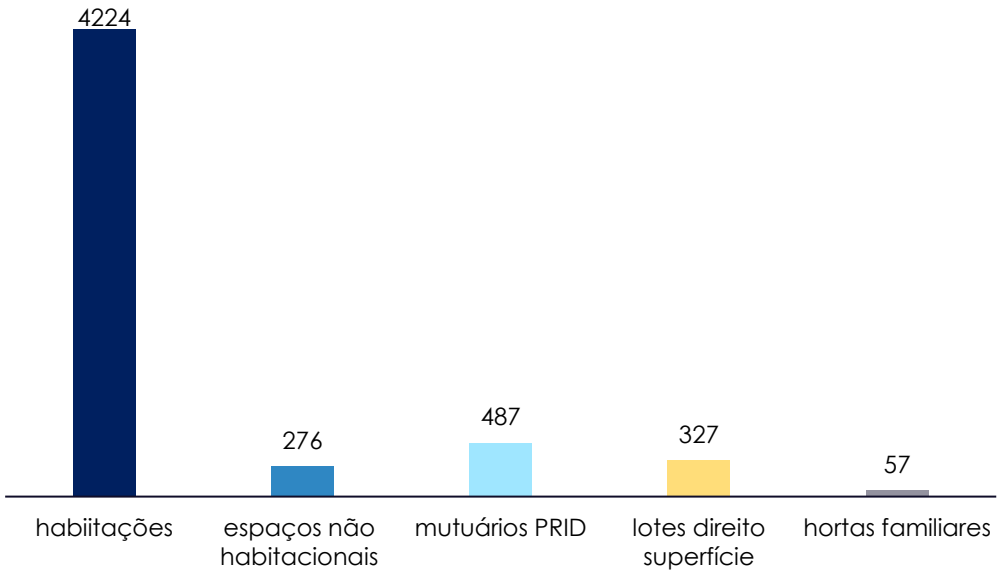
Concelhos	Quantidades
Funchal	2.595
Santa Cruz	611
Machico	511
Santana	86
São Vicente	15
Porto Moniz	50
Calheta	5
Ponta do Sol	2
Ribeira Brava	33
Câmara de Lobos	911
Porto Santo	65

A conservação do parque habitacional é uma preocupação permanente da IHM, EPERAM. A filosofia assenta numa visão estruturante para o parque habitacional que tem por objetivo manter o seu património em bom estado de conservação e funcionamento e proporcionar qualidade aos residentes e à população em geral de modo a assegurar a integração social, a qualidade urbanística e de vida das famílias.

Além da manutenção corrente dos edifícios, equipamentos e infraestruturas que integram o património da IHM, EPERAM, os empreendimentos estão abrangidos por um plano de reabilitação e requalificação, nomeadamente ao nível da melhoria de eficiência energética.

Paralelamente a política de habitação inclusiva e de proximidade ao cidadão permitiu a "abertura dos bairros" assente na disponibilização de infraestruturas e equipamentos sociais, comerciais e lúdico-recreativos.

A este património imóvel, acrescem os outros ativos financeiros, em particular 487 mutuários do programa PRID.



A vertente de análise económica e financeira do património acima referido, será efetuada com maior profundidade no capítulo 4, quer a nível da contabilidade orçamental quer a nível da contabilidade patrimonial em SNC-AP.

3.1.2 Programas de Apoio

No desenvolvimento da sua política social de apoio à Habitação na Região, a IHM, EPERAM criou e desenvolveu um conjunto de programas de apoio às famílias carenciadas, indo ao encontro das suas especificidades, necessidades e expetativas.

- Apoio a Desempregados;
- Habitação Social;
- Mercado Social de Arrendamento;
- Porta 65;
- PRAHABITAR - Programa de Apoio à Aquisição e ao Arrendamento de Habitação;
- Programa de Arrendamento;
- Programa de Autoconstrução em Direito de Superfície;
- Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID);
- Programa Reabilitar para Arrendar;
- Reabilitar Madeira – Programa de Apoio Financeiro para as Empreitadas de Reabilitação de Edifícios;
- REEQUILIBRAR — Programa de Apoio às Famílias com Crédito à Habitação.

A IHM, EPERAM no total dos programas previstos apoiou mais de 17 mil famílias, ou seja, cerca de 18% dos agregados da Região (26% da população).

3.1.3 Inclusão Social e serviços de proximidade

A inclusão social das famílias residentes nos conjuntos habitacionais da IHM, EPERAM constitui um vetor estratégico.

Desta forma, a IHM, EPERAM desenvolve um conjunto de iniciativas de inclusão social, tendo como ideal a erradicação das situações de pobreza e de

exclusão social, através de respostas sociais integradas assentes na maximização dos recursos existentes na comunidade, contando com o contributo de todos.

Releva-se o papel dos parceiros, entidades públicas e privadas, abaixo identificadas, com interesse comum.

Seguindo as linhas de orientação do Governo Regional, a partir de 2015, verifica-se um reforço significativo dos serviços de proximidade e inclusão social, nomeadamente através da instalação e dinamização de Polos Comunitários nos bairros sociais, equipamentos que visam a promoção de atividades e projetos de dinamização comunitária e social, cujos beneficiários são, principalmente, as famílias residentes nos vários empreendimentos habitacionais sob administração da IHM.

A IHM, EPERAM dispõe de um total 7 Polos Comunitários e 3 serviços de proximidade nos seus conjuntos habitacionais, distribuídos geograficamente da seguinte forma:

- **FUNCHAL:** Bairros da Nazaré, Ribeira Grande, Comandante Camacho de Freitas (CCF), Santa Luzia, Santo Amaro, Bairro da Nazaré – Pólo de Emprego e Gabinete desportivo do IHM;
- **CÂMARA DE LOBOS:** Bairro do Ribeiro Real;
- **MACHICO:** Bairro da Torre;
- **SANTA CRUZ:** Bairro da Nogueira - Projeto Renascer@Nogueira - E8G.

Os equipamentos sociais e os projetos acima referidos, disponibilizam um leque de respostas sociais integradas, nomeadamente, no âmbito do combate ao desemprego, da promoção de atividades socioeducativas e formativas, bem como da promoção da atividade desportiva e da adoção de estilos e hábitos de vida saudáveis, junto dos moradores nos bairros sociais e zonas envolventes aos mesmos.

O quadro abaixo enuncia os projetos sociais e as atividades dinamizadas durante o ano de 2022, parceiros envolvidos e população abrangida:

Atividades/projetos	Polos comunitários	Parceiros	População
Projeto "Férias Vivas 2022"	Nazaré Ribeira Grande CCF Santo Amaro Ribeiro Real Torre – Machico Nogueira	Associação Desportiva da Camacha; Junta de Freguesia de Santo António; CPCJ de Santa Cruz; Associação Reinventa; NOS Madeira; ASA; Paróquia da Nazaré; Casa do Voluntário; Comando da Zona Marítima da Madeira; Secretaria Regional da Educação; Instituto de Florestas e Conservação da Natureza; Associação de Ciclismo da Região Autónoma da Madeira; Palheiro GolfCentro de Treino Mar; Saltos e Trambolhões; Associação Karaté da Madeira; Associação de Voleibol da Madeira; Associação Regional de Vela	138
Atividade Física e Funcional	Nazaré Ribeira Grande CCF Santo Amaro Ribeiro Real Torre – Machico Santa Luzia Nogueira	Associação Reinventa e Junta de Freguesia de Santa Luzia.	118
Torneio de Futebol de Rua	Ribeira Grande	Associação Madeira Desporto para Todos.	120
Tutoria Escolar	Nazaré Ribeira Grande CCF Santo Amaro Ribeiro Real Nogueira	Associação Reinventa	145
Comemoração do Dia Mundial da Atividade Física e Semana Europeia do Desporto	Nazaré Ribeira Grande CCF Santo Amaro Ribeiro Real Torre – Machico Santa Luzia Nogueira	Associação Reinventa, Direção Regional de Desporto	180
Sessões de Técnicas de Procura Ativa de Emprego e Plano Pessoal de Emprego	Polo de Emprego da IHM	IEM – Instituto de Emprego da Madeira; Paróquia da Nazaré; Escola Profissional Dr. Francisco Fernandes.	527

Celebração do Carnaval	Nazaré Ribeira Grande CCF Santo Amaro Santa Luzia Ribeiro Real Torre – Machico Nogueira	Associação Reinventa, Fundação Portuguesa "A Comunidade Contra a Sida".	170
Bairro em Flor	Nazaré Ribeira Grande CCF Santo Amaro Santa Luzia Ribeiro Real Hospital Torre – Machico Nogueira	Associação Reinventa, Centro Luís Camões, Escolas, Fundação Portuguesa "A Comunidade Contra a Sida"; Infantário "Golfinho"; Colégio do Marítimo; Escola EB1/PE de Santo Amaro; Colégio Sant´Ana; Escola EB1/PE da Cruz de Carvalho e Escola Básica do 1º Ciclo com Pré-Escolar da Nazaré	650
Celebração do Dia Internacional do Vizinho	Nazaré Ribeira Grande CCF Santo Amaro Santa Luzia Ribeiro Real São Gonçalo Hospital Torre – Machico Bemposta Nogueira Boaventura Curral das Freiras	Associação Reinventa; Juntas de Freguesia; CRIAMAR; Centro Luís de Camões e Fundação Portuguesa "A Comunidade Contra a Sida".	1500
Celebração do Natal nos Bairros Sociais da IHM	Nazaré Ribeira Grande CCF Santo Amaro Santa Luzia Ribeiro Real Hospital São Gonçalo Torre – Machico Nogueira	Associação Reinventa; Junta de Freguesia de Santo António; CRIAMAR, Centro Luís de Camões.	430
Cursos EFA Módulos B2 e B3	Nazaré Ribeira Grande	Escola Básica e Secundária Dr. Eduardo Brazão de Castro e Associação Reinventa.	45
Workshops Temáticos (Pintura em tecido e vidro; costura, expressão plástica)	Nazaré Ribeira Grande CCF Santo Amaro Ribeiro Real Santa Luzia Torre – Machico Nogueira	Associação Reinventa; ASA.	810
Ações de Formação em Primeiros Socorros	Ribeiro Real	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Madeira	35

Projeto "Renascer@Nogueira - E8G"	Nogueira	Associação Casa do Voluntário; Instituto Segurança Social da Madeira, IP-RAM; Junta de Freguesia da Camacha; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Cruz; Escola Básica do 2.º e 3. Ciclo Dr. Alfredo Nóbrega Júnior; UMa – Universidade da Madeira; ARDITI - Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação.	160
Projeto "100 Riscos" – Gabinete de Saúde	Ribeiro Real Nogueira	APF – Associação para o Planeamento da Família	65
Sessões de desenvolvimento Pessoal	Nazaré Ribeiro Real	Associação Reinventa	110
Sessões de Promoção da Saúde Mental	Nazaré Ribeira Grande CCF Ribeiro Real Santa Luzia Torre – Machico Nogueira	UMa – Universidade da Madeira	160
Aulas de Danças de Salão	Ribeira Grande	IHM	60
Outras datas comemorativas (Pão Por Deus e Halloween)	Nazaré Ribeira Grande CCF Santo Amaro Ribeiro Real Santa Luzia Torre – Machico Nogueira	Associação Reinventa e Centro Comunitário da Nogueira	193
Encaminhamento Social de famílias	Nazaré Ribeira Grande CCF Ribeiro Real Santa Luzia Santo Amaro Torre – Machico Nogueira	Instituto de Segurança Social da Madeira IP-RAM; Juntas de Freguesias; Casas do Povo; IEM, Centros de Saúde; IPSS´s	470

3.1.4 Apoios Habitacionais às famílias

O quadro seguinte procura sintetizar os principais perfis do público, quer do lado dos candidatos, quer do lado dos beneficiários ou utentes dos programas atualmente disponíveis na IHM, EPERAM:

Candidatos		Programas
Famílias residentes em habitações sem condições de habitabilidade ou na iminência de ficar sem alojamento	Agregados familiares sem capacidade económico-financeira	**Programa HS** (Programa de Habitação Social
	Agregados familiares com carência económico-financeira	**Protocolos com IHRU** (Programa Porta 65 e Porta de Entrada
		Programa PRAHABITAR (Programa de Apoio à Aquisição e ao Arrendamento de Habitação
	Agregados familiares proprietários ou com proprietários e com carência económico-financeira	**Programa PRID** (Programa de Recuperação de Imóveis Degradados)
	Agregados familiares com desempregados e com carência económico-financeira	**Programa PAD** (Programa de apoio ao pagamento de rendas ou de prestações bancárias) – Programa descontinuidade e não aceita novas candidaturas
Promotores ou proprietários, independentemente da sua condição económico-financeira		**Programa Reabilitar Madeira** (auxílio de 0,5% das obras e na redução da taxa de IVA, de 22% para 5%, nas mesmas

Efetuada uma análise dos dados estatísticos do diagnóstico das carências habitacionais na Região (subjacente à Estratégia Regional para a Habitação), é possível traçar um perfil-tipo dos candidatos, onde se conclui que a maioria apresenta as seguintes características:

- Reside no concelho do Funchal;
- Solicita um realojamento em Habitação Social;
- O núcleo familiar é constituído por adulto e 1 ou 2 dependentes;
- Necessita de Habitação T2;
- Reside em arrendamento;
- Refere viver em más condições de habitabilidade ou dificuldade na renda;
- Encontra-se empregado com contrato precário ou é desempregado sem subsídio;
- Os menores estão inseridos em estabelecimento de ensino;

- Aufere rendimentos de / até 1 SMR então vigente (723€);
- Encontra-se a residir numa Moradia ou Apartamento.

No âmbito da sua missão social, para além da continuidade do programa de habitação social, da ajuda financeira para a recuperação de habitações próprias, dos apoios ao arrendamento e à aquisição para famílias com desempregados e o reforço das respostas sociais integrados, através da dinamização de atividades e serviços de apoio à inclusão social, em 2022, aIHM, EPERAM efetuou uma revisão na oferta de apoios às famílias com dificuldades financeiras em suportar o custo do arrendamento e da aquisição das suas habitações de residência permanente, nomeadamente, através alteração do **Decreto Legislativo Regional n.º 20/2022/M, de 10 de agosto e Portaria n.º 660/2022, de 26 de outubro que regulamenta o programa PRAHABITAR.**

Esta **nova medida** veio acrescentar uma importante resposta às famílias que, tendo alguns rendimentos fixos, sentem dificuldades em honrar com os seus compromissos no pagamento da sua renda mensal ou não têm possibilidade de, por si só, adquirirem habitação no mercado livre.

No global, **em 2022 foram apoiadas 282 novas famílias através dos diversos programas habitacionais da IHM, EPERAM** sendo que, em termos acumulados, desde o início do processo autonómico, atingiu-se um total acumulado de17.881 agregados familiares, distribuídos por vários tipos de apoio, o que representa uma taxa de cobertura de mais de 26% da população da Região Autónoma da Madeira, conforme se pode aferir no quadro seguinte:

Programa/apoio		Famílias apoiadas	
		2022	Acumulado
Programas de Habitação Social (HS)	Atribuições em arrendamento social	60	5.783
	Atribuições em subarrendamento social	8	693
	Apoio à promoção municipal de habitação social	-	1.201

Total de apoios em habitação Social		**68**	**7.677**
Programas de apoio à habitação própria	Programa de Habitação económica	-	1.348
	Programa Direito de Superfície	-	388
	Apoio à Cooperativa de Habitação económica	-	2.176
	Programas de Recuperação de imóveis Degradados e de Valorização Ambiental (PRID/RAVP)	56	4.514
	Beneficiários de projetos de recuperação urbanística	-	598
	Recuperação de habitações na Costa Norte da Madeira – Intempérie de dezembro/20	-	16
Total de apoios à Habitação Própria		**56**	**9.040**
Programa de Apoios a Desempregados	Apoio ao pagamento da prestação bancária	4	289
	Apoio ao pagamento de renda	6	263
Total de Apoios a Desempregados		**10**	**552**
Programa de Apoio à Aquisição e ao Arrendamento de Habitação (PRAHABITAR)	Apoio ao arrendamento de Habitação	148	439
	Apoio à Aquisição de Habitação	0	1
Total de Apoios PRAHABITAR		**148**	**440**
TOTAL		**282**	**17.709**

3.1.5 Manutenção e Gestão

Em 2022, a IHM, EPERAM procedeu à realização de 485 pequenas intervenções de conservação no parque habitacional, parte delas na manutenção espaços exteriores e zonas verdes:

Manutenção	Intervenções	
	N.º	Total
Pequenas intervenções em fogos	395	485
Pequenas intervenções em zonas comuns e exteriores	90	

Às intervenções acima referidas, acrescem a gestão dos encargos/gastos com 381 contratos para o fornecimento de energia elétrica, 26 contratos referentes ao fornecimento de água, 61 contratos de manutenção de elevadores e a gestão de 47 condomínios constituídos, que correspondem a 374 frações pertencentes à IHM, EPERAM.

3.1.6 Construção, Reabilitação e Requalificação

3.1.6.1 Investimentos concluídos

- Execução de trabalhos de reabilitação de fogos devolutos sob gestão da IHM, EPERAM - 2022 - lote 1;
- Execução de trabalhos de reabilitação de fogos devolutos sob gestão da IHM, EPERAM - 2022 - lote 2;
- Empreitada de Pequenas Reparações nos Fogos e Zonas Comuns dos Blocos dos Bairros da Nazaré, Vargem, Engenho Velho, Ajuda e Hospital – Concelho do Funchal;
- Empreitada de pequenas reparações nos fogos, zonas comuns e exteriores dos conjuntos habitacionais de Santo Amaro, Ribeira Grande, Galeão, Romeiras, Pico dos Barcelos, Comandante Camacho de Freitas, Santa Luzia, Arcebispo D' Aires, São Gonçalo, Quitéria Park, Caminho do Passeio, Quebradas e Quinta do Leme;
- Empreitada de Pequenas Reparações nos Fogos, Zonas Comuns e Exteriores dos Conjuntos Habitacionais da Nogueira, Casais D'Além, Figueirinhas, Quinta Bean, Assomada Park, Bemposta, Matur, Queimada, Pescadores, Torre, Vale, Machico Park, Achada, Covas, Feiteira do Nuno, Achada António Teixeira, Igreja e Casais;

- Empreitada de Reabilitação de 7 fogos devolutos nos Conjuntos Habitacionais de Santo Amaro, Romeiras, Santa Luzia e Galeão;
- Empreitada de Reabilitação de 15 fogos devolutos nos Conjuntos Habitacionais da Nogueira, Ribeiro Real, Machico Park, Bemposta, Santa, Feiteira do Nuno, Casais e Subarrendamentos;
- Empreitada de Reabilitação de Fogos Devolutos em Edifícios sob Gestão da IHM, EPERAM no Concelho do Funchal;
- Madeira 14-20 - Empreitada de Reabilitação e melhoria de eficiência energética do CH Casais de Além (40 fogos);
- Empreitada de Reabilitação e Renovação das Coberturas dos Blocos 13, 14 e 15 de Santo Amaro III;
- Empreitada de Construção de Parques de Estacionamento no Bairro da Nazaré;
- Procedimento para a Elaboração dos Projetos das Várias Especialidades para 35 fogos no Conjunto Habitacional da Chamorra, – Santo António – Funchal;
- Procedimento para a Elaboração dos Projetos de Arquitetura e Especialidades para a Construção de um Parque Inter-geracional no C. H. das Figueirinhas – Caniço;
- Empreitada de Reabilitação e Valorização de Espaço Desportivo no C.H. da Nazaré (campo de jogos 3);
- Empreitada de Reconstrução e Reabilitação das Frações "D", "L", "K", "J", "R", "Q" e "P" do Bloco 2 do Lote 3 do Conjunto Habitacional de Machico Park;
- Empreitada de Reconstrução e Reabilitação das Fachadas e Frações "E" e "F" do Bloco 2 do Lote 3 do Conjunto Habitacional de Machico Park;
- Empreitada de Beneficiação, Rede de Drenagem e Pavimentação de Arruamento no Conjunto Habitacional da Nazaré – Funchal.

3.1.6.2 Investimentos em curso, adjudicados ou em concurso

- Empreitada de Pequenas Reparações nos Fogos, Zonas Comuns e Exteriores dos Conjuntos Habitacionais da Palmeira, Espírito Santo e Calçada, Padre Pita Ferreira, Serrado do Mar, Ribeiro Real, Ilhéu, Luzirão, Jardim da Serra, Achada, Balseiras, Seara Velha, Pedreira, Torre, Nova Cidade, Colinas Park, Tranqual, Poiso, Pereira, Boaventura, Vila, Santa e Seixal;
- Empreitada de Reabilitação de Fogos Devolutos em Edifícios sob Gestão da IHM, EPERAM nos Concelhos de Santa Cruz, Machico, Santana, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, São Vicente e Porto Moniz;
- Procedimento de oferta pública para a aquisição, no estado de novos, livres de ónus, até um total de 834 fogos - obras a financiar no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR);
- Empreitada de Construção de 54 fogos em S. Gonçalo – 3.ª Fase, obra a financiar no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR);
- Madeira 14-20 - Empreitada de Reabilitação e melhoria da eficiência energética do Conjunto Habitacional Romeiras I (88 fogos);
- Madeira 14-20 - Empreitada de Reabilitação e melhoria da eficiência energética do Conjunto Habitacional Romeiras II (60 fogos);
- Madeira 14-20 - Empreitada de Reabilitação e melhoria de eficiência energética do Conjunto Habitacional das Figueirinhas (51 fogos);
- Madeira 14-20 - Empreitada de Reabilitação e melhoria da eficiência energética dos blocos F e L Conjunto Habitacional Santo Amaro (54 fogos);
- Madeira 14-20 - Empreitada de Reabilitação e melhoria de eficiência energética das moradias do Jardim da Serra (25 moradias);

- Madeira 14-20 - Empreitada de Reabilitação e melhoria de eficiência energética das moradias da Achada Curral das Freiras (18 moradias);
- Madeira 14-20 - Empreitada de Reabilitação e melhoria de eficiência energética das moradias no Seixal (13 moradias);
- Madeira 14-20 - Empreitada de Reabilitação e melhoria de eficiência energética das moradias das Balseiras (6 moradias);
- Procedimento para a Elaboração dos Projetos das Várias Especialidades para 4 Fogos no Edifício Anexo ao Farol de São Jorge – Santana;
- Empreitada de Recuperação e Reabilitação de Fachadas dos blocos A, B, C, D, E, F, G, H e I do Conjunto Habitacional da Nova Cidade – Câmara de Lobos;
- Empreitada de Reabilitação Fachadas dos blocos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 de Santo Amaro II;
- Empreitada de Reabilitação e Requalificação da Mata do Conjunto Habitacional da Nazaré;
- Empreitada de Reabilitação de Fachadas do Bloco 33 da Rua do Brasil;
- Empreitada de Reabilitação das Fachadas do Bloco 14 da Rua do Panamá e do Bloco 15 da Rua da África do Sul;
- Empreitada de Reabilitação de Fachadas do Bloco 20 da Rua da África do Sul e do Bloco 19 da Rua do Brasil;
- Empreitada de Reabilitação das Fachadas do Bloco 20 da Rua do Colégio Militar e do Bloco 1 da Rua do Brasil;
- Procedimento para a Elaboração de Levantamentos, Estudos e Projetos nos Conjuntos Habitacionais sob tutela da IHM, EPERAM.

3.1.6.3 Investimentos em preparação de concurso

- Empreitada de Reabilitação do Conjunto Habitacional Quinta do Leme;
- Empreitada de Recuperação e Valorização dos Espaços Exteriores do Conjunto Habitacional Ribeiro Real – Câmara de Lobos;
- Empreitada de Recuperação e Valorização dos Espaços Exteriores do Conjunto Habitacional Serrado do Mar - Câmara de Lobos;
- Procedimento para a Elaboração dos Projetos das Várias Especialidades para 12 Fogos e 3 espaços Não Habitacionais no Conjunto Habitacional da Ribeira Grande - Santo António – Funchal;
- Procedimento para a Elaboração dos Projetos das Várias Especialidades para os 10 Fogos e 2 espaços não habitacionais no Conjunto Habitacional do Serrado do Mar - Câmara de Lobos;
- Procedimento para a Elaboração dos Projetos das Várias Especialidades para 22 moradias geminadas no Conjunto Habitacional da Nogueira - Camacha - Santa Cruz;
- Procedimento para a Elaboração dos Projetos das Várias Especialidades para os 49 Fogos e 6 espaços não habitacionais no Conjunto Habitacional da Bemposta (2ª fase) – Machico;
- Empreitada de Construção de 50 fogos em São Gonçalo - 4º Fase;
- Empreitada de Construção de 26 fogos, Infraestruturas e Arranjos Exteriores no Lombo das Laranjeiras – Calheta - obra a financiar no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR);
- Empreitada de Reabilitação das Fachadas e Zonas Comuns do Conjunto Habitacional de São Gonçalo I;
- Empreitada de Construção de 17 fogos, Infraestruturas e Arranjos Exteriores na Tabua – Ribeira Brava - obra a financiar no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR);

- Empreitada de Construção de 6 fogos, Infraestruturas e Arranjos Exteriores na Vila do Porto Moniz - obra a financiar no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR);
- Empreitada de Construção de 44 fogos, Infraestruturas e Arranjos Exteriores em Santa Rita – São Martinho - Funchal- obra a financiar no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

3.1.7 Projetos e Programas

3.1.7.1 Madeira 14-20

No que se refere às intenções de projetos a financiar por instrumentos financeiros complementares ao Madeira 14-20, a IHM, EPERAM defendeu que os instrumentos para a reabilitação e regeneração física, económica e social deverão acomodar projetos dentro dum objetivo geral de reabilitação e regeneração urbana em meios urbanos e rurais de edifícios, de infraestruturas e de equipamentos, em projetos que envolvam um ou mais dos seguintes domínios:

- Reabilitação de bairros sociais, incluindo reconversão de edifícios, infraestruturas e equipamentos com melhoria da sustentabilidade ambiental, da mobilidade, da eficiência energética e do uso de energias renováveis;
- Recuperação e valorização arquitetónica e paisagística de habitações degradadas;
- Reabilitação e reconversão de infraestruturas e de equipamentos de desporto, lazer e cultura;
- Reabilitação e reconversão de edifícios, de infraestruturas e de equipamentos com vista à implementação e desenvolvimento de projetos ou microprojectos potenciadores do empreendedorismo e inclusão social.

Concelho	Designação do Investimento	Conclusão	N.º fogos
Funchal	Empreendimento Romeiras I - Santo António	novembro 23	88
	Empreendimento Romeiras II - Santo António	novembro 23	60
	Blocos F e L CH Santo Amaro - Santo António	dezembro 23	54
Santa Cruz	Empreendimento Figueirinhas - Caniço	dezembro 23	51
	Empreendimento Casais D'Além - Camacha	dezembro 22	40
Câmara de Lobos	Empreendimento Achada - Curral das Freiras	agosto 23	18
	Empreendimento Balseiras	agosto 23	6
	Empreendimento Jardim da Serra	setembro 23	25
Porto Moniz	Empreendimento Seixal	dezembro 23	13
TOTAL			**355**

3.1.7.2 Plano de Recuperação e Resiliência

A IHM, EPERAM no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) prevê um reforço substancial do investimento em novas habitações sociais e em novos apoios à reabilitação de habitações próprias, ampliando a capacidade de resposta no domínio da política social de habitação, no sentido de proporcionar soluções habitacionais para famílias que residem em condições indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso de uma habitação adequada.

O Plano em causa envolve um investimento de 136 milhões de euros e tem por objetivo reduzir, até 2026, as carências habitacionais diagnosticadas em cerca de 30% e envolve:

- Realojar 1.121 famílias em novas habitações sociais, que representam a ampliação do parque habitacional na ordem dos 30% - 128,4 milhões de euros (Construção e Aquisição);
- Apoiar a reabilitação de 325 habitações próprias, incluindo a ótica da eficiência energética – 6 milhões de euros;
- Implementar sistemas de informação e soluções e-government no setor da habitação – 1,6 milhões de euros.

Novas habitações na modalidade de Construção

Concelho	Designação do Investimento	Conclusão
Funchal	Empreendimento São Gonçalo III	2024
	Empreendimento da Ajuda	2025
	Empreendimento da Nazaré	2025
	Empreendimento Santa Rita I	2024
Calheta	Empreendimento Lombo das Laranjeiras	2024
Porto Moniz	Empreendimento Porto Moniz	2024
Ribeira Brava	Empreendimento Tabua	2024

Novas habitações na modalidade de Aquisição

Concelho	Designação do Investimento	Conclusão
Câmara de Lobos	Caminho das Preces e R. de Alforra	2025
	Torre	2023
	Estr. João Gonçalves Zarco - Sítio da Igreja - Quinta Grande	2024
	Sítio da Vargem - Estreito	2024
	Rua Padre Pita Ferreira - Palmeira	2023

	Caminho Velho da Palmeira	2024
	Caminho Velho da Palmeira	2024
Funchal	Rua Quinta dos Cedros - Santo António	2024
Machico	ER237 - Água Pena	2025
Porto Santo	Estrada António Taboada - Matas	2024
São Vicente	Sítio da Terra Chã	2023
Funchal	Rua Cónego Dr. Agostinho Gomes, Cedros III - Santo António	2024
	Rua Cónego Dr. Agostinho Gomes - Santo António	2025
Santa Cruz	Estrada do Garajau - Caniço	2024
	Estrada das Eiras, Abegoaria - Caniço	2025
Ponta de Sol	ER222, Ribeira da Lombada	2024
Santana	Rua Tenente Domingos Cardoso n.º 12	2024

Apoio à reabilitação na ótica da eficiência energética

Concelho	Designação do Investimento	Prazo execução
RAM	Casa + Eficiente	2023-2026

Tecnologias de Informação

Designação do Investimento	Prazo execução
Sistemas de Informação e Soluções e-government no setor da habitação	2023-2026

3.1.7.3 Habitação Social

Trata-se de um programa que prevê um apoio público direto, através da atribuição de uma habitação às famílias que, residindo em situações de habitabilidade precárias, não conseguem aceder a uma habitação condigna pelos seus próprios meios.

Na concretização de uma das suas principais missões, a IHM, EPERAM procura responder a uma das necessidades básicas das famílias, através da atribuição de uma habitação social, sendo que a gestão dos fogos é efetuada ao abrigo do regime de arrendamento social, cabendo às famílias carenciadas

o pagamento de uma renda ajustada à sua capacidade financeira, calculada mediante os rendimentos auferidos pelo seu agregado familiar – a renda social.

Neste âmbito, a IHM, EPERAM dispõe de um vasto parque habitacional constituído por diversos conjuntos habitacionais dispersos por toda a Região Autónoma da Madeira, que têm permitido solucionar as carências mais prementes nos diversos concelhos.

3.1.7.4 PRID (Programa de Recuperação de Imóveis Degradados)

O PRID - Programa de Recuperação de Imóveis Degradados é um programa promovido pelo Governo Regional, através da IHM, EPERAM, que tem como objetivo apoiar as famílias com baixos recursos económico-financeiros, na recuperação ou beneficiação das suas habitações de residência permanente, por se encontrarem em situação de degradação, ou por não reunirem condições dignas de habitabilidade, salubridade, conforto e acessibilidade.

Atualmente está regulado pela Portaria n.º 72/2023, de 13 de fevereiro, que estabelece os termos da aplicação e execução do Programa de Recuperação de Imóveis Degradados, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2023/M, de 17 de janeiro.

Trata-se de um programa especialmente concebido para apoiar as famílias, mediante um empréstimo, sem juros, com o período máximo de amortização até 12 anos. No entanto, em função do rendimento das famílias, e quando devidamente comprovada a carência económica, este apoio poderá ser convertido em fundo perdido.

3.1.7.5 REEQUILIBRAR – Programa de Apoio às famílias com crédito à habitação

O REEQUILIBRAR é um programa de apoio público, promovido pelo Governo Regional através da IHM, EPERAM que tem como objetivo apoiar as famílias da Região Autónoma da Madeira (RAM) **no pagamento das prestações do crédito à habitação** para aquisição, construção, reabilitação ou

beneficiação da sua residência própria permanente, em consequência do aumento das taxas de juro que se tem verificado nos últimos meses.

Regulado pela Portaria n.º 43/2023, de 13 de janeiro, que estabelece os termos da aplicação e execução do Programa de Apoio às Famílias com Crédito à Habitação, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2023/M, de 3 de janeiro.

Com este novo programa pretende-se, deste modo, ajudar as famílias que se encontram em situação de maior dificuldade em pagar as prestações bancárias relativas ao crédito habitação, mediante uma comparticipação financeira direta mensal e não reembolsável.

3.1.7.6 PRAHABITAR – Programa de à Aquisição e ao Arrendamento de habitação

O PRAHABITAR é um programa de apoio público da Região Autónoma da Madeira (RAM), promovido pela IHM, EPERAM que tem como objetivo apoiar no arrendamento e na aquisição de habitação para residência permanente mediante uma comparticipação financeira direta e não reembolsável, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 10/2020/M, de 28 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2022/M, de 10 de agosto. A Portaria n.º 660/2022, de 26 de outubro, estabelece os termos da implementação e execução do Programa.

O PRAHABITAR – Modalidade de Arrendamento tem como objetivo apoiar na renda mensal da habitação permanente de agregados familiares residentes na RAM, mediante uma comparticipação financeira mensal direta e não reembolsável. O valor do apoio a que a família tem direito é depositado mensalmente na conta bancária do titular do contrato de arrendamento.

O PRAHABITAR – Modalidade de Aquisição tem como objetivo apoiar na aquisição da habitação permanente de agregados familiares residentes na RAM, mediante uma comparticipação financeira direta e não reembolsável. O valor do apoio a que a família tem direito é disponibilizado num ato único na data da escritura da habitação a adquirir.

3.1.7.7 Programa Arrendamento-Senhorios

Trata-se de um programa orientado para os proprietários de habitações, ou seu representante legal, que pretendam arrendá-las à IHM, EPERAM. Estas habitações são posteriormente disponibilizadas às famílias carenciadas em subarrendamento no regime de arrendamento social.

O Programa foi aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 28/98/M, de 29 de dezembro e os termos da sua implementação e execução pela Portaria nº 12/99, de 27 de janeiro.

A IHM, EPERAM, através deste programa, gere já um importante conjunto de fogos arrendados nos diversos concelhos da Região Autónoma da Madeira que, para além de constituir um recurso extraordinário de respostas habitacionais, vem contribuir para a dinamização do mercado de arrendamento e valorizar socialmente as habitações disponíveis no mercado.

3.1.7.8 Reabilitar Madeira – Programa de Apoio Financeiro para as Empreitadas de Reabilitação de Edifícios

O Programa de Apoio Financeiro para as Empreitadas de Reabilitação de Edifícios (Reabilitar Madeira) visa apoiar financeiramente a realização de obras em edifícios, com vista a melhorar o seu desempenho energético e utilização habitacional primordial.

A Portaria nº 109/2021, de 17 de março, regulamenta os termos da implementação e execução do Programa.

3.1.7.9 Programa Reabilitar para Arrendar

O programa "Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível" tem como objetivo o financiamento de operações de reabilitação de edifícios com idade igual ou superior a 30 anos que, após reabilitação deverão se destinar predominantemente a fins habitacionais. Estas frações destinam-se a arrendamento em regime de renda condicionada.

O Programa foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 68/2019, de 22 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 81/2020, de 2 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 90-

C/20202, de 30 de dezembro. A Portaria n.º 176/2019, de 6 de junho, regulamenta a disposições do Decreto que cria o programa.

Este programa conta com o apoio financeiro do Banco Europeu de Investimento e do Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa. A IHM, EPERAM associou-se a este programa, através de um acordo de colaboração com o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana – IP.

3.1.7.10 Programa Porta 65

O Programa Porta 65 – Jovem é um programa nacional gerido pelo IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana – IP, que prevê um apoio financeiro ao arrendamento dos jovens, que vivam sós, constituídos em agregados ou em coabitação, através de uma subvenção mensal atribuída, como comparticipação ao arrendamento da habitação, onde estes residam de forma estável e duradoura.

O Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de setembro, alterado pelos Decretos-Lei n.º 90-C/2022, de 30 de dezembro, n.º 61-A/2008, de 28 de março, e n.º 43/2010, de 30 de abril, e pelas Leis n.º 87/2017, de 18 de agosto, e n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que cria o incentivo ao arrendamento.

4 Análise económica e financeira

4.1 Execução orçamental por classificação económica

Este ponto pretende apresentar a execução orçamental IHM, EPERAM numa lógica de receitas e despesas públicas, organizadas pelos capítulos e grupos e respetivas classificações económicas, com o respetivo enquadramento nos instrumentos de planeamento da Região Autónoma da Madeira, nomeadamente o Orçamento da Região e o Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da RAM (PIDDAR).

4.1.1 Execução orçamental da despesa

4.1.1.1 Execução orçamental – Funcionamento Normal

As despesas de funcionamento ascenderam a 5.126.654,39€, compostas maioritariamente por despesas correntes, correspondendo a uma variação positiva de 14,64%, em relação a 2021.

RESUMO DA DESPESA - EXECUÇÃO						
DESIGNAÇÃO	FUNCIONAMENTO NORMAL					
DESPESAS CORRENTES	2 018	2 019	2 020	2 021	2 022	Var.% 2021/2022
Despesas com o Pessoal	3 462 038,17	3 977 013,09	4 247 045,14	4 362 537,09	4 975 637,44	14,05%
Aquisição de Bens e Serviços	205 851,73	152 363,81	93 783,61	78 732,54	116 147,72	47,52%
Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	714,29	0,00	-100,00%
Transferências Correntes	4 879,47	2 823,73	11 042,07	14 183,17	23 594,49	66,36%
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Outras Despesas Correntes	11 289,43	1 573,51	3 156,48	15 374,99	9 666,05	-37,13%
TOTAL	**3 684 058,80**	**4 133 774,14**	**4 355 027,30**	**4 471 542,08**	**5 125 045,70**	**14,61%**
DESPESAS DE CAPITAL						
Aquisições de Bens de Capital	746,01	0,00	242,78	605,12	1 608,69	165,85%
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SUBTOTAL	**746,01**	**0,00**	**242,78**	**605,12**	**1 608,69**	**165,85%**
TOTAL	**3 684 804,81**	**4 133 774,14**	**4 355 270,08**	**4 472 147,20**	**5 126 654,39**	**14,64%**

Numa análise mais profunda às variações do orçamento de despesa de funcionamento, verificam-se o aumento do agrupamento "Despesas com o Pessoal", em 14,05%, fruto da entrada de novos trabalhadores, no âmbito do reforço das equipas.

4.1.1.2 Execução orçamental – Investimentos do Plano

Ao nível dos Investimentos do Plano, a execução orçamental atingiu o montante global de 11.375.673,65€, repartidos por 4.885.251,83€ de despesas correntes e 6.490.421,82€ de capital, sendo a variação 2021/2022 de -17,32%.

RESUMO DA DESPESA - EXECUÇÃO						
DESIGNAÇÃO	INVESTIMENTOS PLANO					
DESPESAS CORRENTES	2 018	2 019	2 020	2 021	2 022	Var.% 2021/2022
Despesas com o Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Aquisição de Bens e Serviços	2 665 209,43	2 683 843,92	2 535 390,05	2 851 334,06	3 691 280,26	29,46%
Juros e outros encargos	130 710,31	170 735,25	143 096,24	107 666,65	94 655,53	-12,08%
Transferências Correntes	417 239,31	452 354,03	388 877,47	702 176,86	871 121,84	24,06%
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Outras Despesas Correntes	162 275,48	183 178,57	249 464,86	192 346,53	228 194,20	18,64%
TOTAL	**3 375 434,53**	**3 490 111,77**	**3 316 828,62**	**3 853 524,10**	**4 885 251,83**	**26,77%**
DESPESAS DE CAPITAL						
Aquisições de Bens de Capital	5 506 839,05	7 428 234,42	7 385 861,06	5 177 532,78	4 877 207,06	-5,80%
Transferências de Capital	305 185,69	211 666,48	15 000,00	18 525,44	73 683,61	297,74%
Ativos Financeiros	297 142,65	620 208,03	567 414,21	942 563,13	625 619,67	-33,63%
Passivos Financeiros	8 743 349,95	8 748 761,26	8 756 038,02	3 766 287,00	913 911,48	-75,73%
SUBTOTAL	**14 852 517,34**	**17 008 870,19**	**16 724 313,29**	**9 904 908,35**	**6 490 421,82**	**-34,47%**
TOTAL	**18 227 951,87**	**20 498 981,96**	**20 041 141,91**	**13 758 432,45**	**11 375 673,65**	**-17,32%**

O agrupamento "Aquisições de Bens e Serviços" registou um aumento de 29,46% justificado sobretudo pela continuada aposta na conservação do parque habitacional.

O agrupamento "Juros e outros encargos" verificou uma diminuição de 12,08%, fruto, em parte, da evolução das taxas Euribor.

Os valores patentes no agrupamento "Transferências correntes" revelam em especial o impacto da crescente procura ao Programa de Apoio à Aquisição e ao Arrendamento de Habitação (PRAHABITAR), destinado à atribuição de apoios para promoção do arrendamento de habitação, para residência permanente por parte de agregados familiares que não dispõe da totalidade dos meios económicos ou financeiros.

O agrupamento "Aquisições de bens de capital" apresentou uma redução de 5,80%, face a 2021, motivada pela fase transitória entre planos de investimento plurianuais, nomeadamente o plano associado ao Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).

O agrupamento "Ativos Financeiros" verificou um decréscimo na ordem dos 33,63%, referente à entrega de apoios financeiros, no âmbito do programa PRID, em linha com os valores registados em 2019 e 2020. A elevada execução de 2021 reflete a atribuição de apoios em resposta à intempérie que assolou os concelhos de São Vicente e Santana, no dia 25 de dezembro de 2020.

Quanto ao agrupamento "Passivos Financeiros", é de realçar a redução de 75,73%, justificada pela conclusão, em 2021, do plano de amortização do empréstimo bancário contraído junto do consórcio WestLB AG e Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e posteriormente detido pelo ErsteAbwicklungsanstalt.

4.1.1.3 Execução orçamental – Global

Em termos globais, as despesas correntes totalizaram 10.010.297,53€ e as de capital 6.492.030,51€, perfazendo uma execução global de 16.502.328,04€, o que corresponde a uma variação de -9,48%.

RESUMO DA DESPESA - EXECUÇÃO						
DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO AGREGADO					
DESPESAS CORRENTES	2 018	2 019	2 020	2 021	2 022	Var.% 2021/2022
Despesas com o Pessoal	3 462 038,17	3 977 013,09	4 247 045,14	4 362 537,09	4 975 637,44	14,05%
Aquisição de Bens e Serviços	2 871 061,16	2 836 207,73	2 629 173,66	2 930 066,60	3 807 427,98	29,94%
Juros e outros encargos	130 710,31	170 735,25	143 096,24	108 380,94	94 655,53	-12,66%
Transferências Correntes	422 118,78	455 177,76	399 919,54	716 360,03	894 716,33	24,90%
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Outras Despesas Correntes	173 564,91	184 752,08	252 621,34	207 721,52	237 860,25	14,51%
TOTAL	**7 059 493,33**	**7 623 885,91**	**7 671 855,92**	**8 325 066,18**	**10 010 297,53**	**20,24%**
DESPESAS DE CAPITAL						
Aquisições de Bens de Capital	5 507 585,06	7 428 234,42	7 386 103,84	5 178 137,90	4 878 815,75	-5,78%
Transferências de Capital	305 185,69	211 666,48	15 000,00	18 525,44	73 683,61	297,74%
Ativos Financeiros	297 142,65	620 208,03	567 414,21	942 563,13	625 619,67	-33,63%
Passivos Financeiros	8 743 349,95	8 748 761,26	8 756 038,02	3 766 287,00	913 911,48	-75,73%
SUBTOTAL	**14 853 263,35**	**17 008 870,19**	**16 724 556,07**	**9 905 513,47**	**6 492 030,51**	**-34,46%**
TOTAL	**21 912 756,68**	**24 632 756,10**	**24 396 411,99**	**18 230 579,65**	**16 502 328,04**	**-9,48%**

4.1.1.4 Execução orçamental dos Investimentos do Plano e do PIDDAR

Numa análise mais profunda, verificam-se algumas alterações à estrutura dos projetos incluídos no PIDDAR.

		PIDDAR					
CÓDIGO	PROJETO	2 018	2 019	2 020	2 021	2 022	Var.% 2021/2022
51181.00001	Investimentos e atividades de indole habitacional com fins sociais	11 917 366,30	14 377 150,19	15 086 514,83	10 940 646,43	8 439 294,17	-22,86%
51386.00001	Programa PRID	297 142,65	620 208,03	567 414,21	942 563,13	696 287,85	-26,13%
51399.00001	Projecto Integrado de Regeneração do Bairro da Palmeira, Câmara de Lobos	282 682,92	1 122 175,46	2 460 796,22	1 041 423,24	0,00	-100,00%
51570.00001	Projetos da IHM apoiados pelo Fundo de Coesão Nacional	5 010 596,39	749 276,23	104 126,85	9 856,73	0,00	-100,00%
51595.00001	Atividades de recuperação - Incêndios 2016	720 163,61	3 201 736,03	458 599,16	672 551,25	159 052,06	-76,35%
51988.00001	Ampliação e Beneficiação do Centro de Saúde Dr. Rui Adriano de Freitas - Nazaré	0,00	428 436,02	1 363 690,64	0,00	0,00	-
52067.00001/4	Eficiência energética em edifícios de habitação social da IHM	0,00	0,00	0,00	74 938,50	1 063 782,68	1319,54%
52298.00001	OPRAM176 - Aquisição de equipamento móvel para o Polo Comunitário Comandante Camacho de Freitas	0,00	0,00	0,00	36 601,60	0,00	-100,00%
52299.00001	OPRAM183 - Aquisição de equipamento móvel para o Projeto Renascer Nogueira +	0,00	0,00	0,00	37 077,13	0,00	-100,00%
52533.00001	Projeto de tecnologias de informação e comunicação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
52664.00001	Programa Reabilitar Madeira	0,00	0,00	0,00	2 774,44	3 015,43	8,69%
52770.00001	RE-C02-I03RAM: Apoio à reabilitação com eficiência energética	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
52912.00001	RE-C02-I03RAM: Construção ou Aquisição	0,00	0,00	0,00	0,00	630 181,06	-
52913.00001	RE-C02-I03RAM: Tecnologias de Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	384 060,40	-
53100.00001	Plano de Intervenções em bairros 2022-2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL		18 227 951,87	20 498 981,96	20 041 141,91	13 758 432,45	11 375 673,65	-17,32%

O projeto 51181 sofreu uma diminuição significativa de 22,86%, motivada principalmente pela previamente referida conclusão do plano de amortização do empréstimo bancário contraído junto do junto do consórcio WestLB AG e Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e posteriormente detido pelo ErsteAbwicklungsanstalt.

Paralelamente, o ciclo de investimentos do Projeto de eficiência energética em edifícios de habitação social da IHM, EPERAM e do Projeto RE-C02-i03RAM, apoiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, já teve o seu

início e representará uma grande aposta na reabilitação e ampliação do parque habitacional da entidade.

No que concerne o projeto 51595, é de referir que se encontra em estudo um novo investimento para realojamento definitivo das restantes famílias afetadas pelos incêndios de 2016, com vista à conclusão deste dossiê.

Na execução financeira do **Plano de Investimentos**, é de destacar que, do Programa de Governo **2019-2023**, já foram aplicados **65.674.229,97€**, sendo que, em 2022 foram executados 11.375.673,65€.

4.1.2 Execução orçamental da Receita

4.1.2.1 Execução da receita – Funcionamento Normal

As receitas de funcionamento atingiram o montante de 5.140.507,44€, uma diminuição de 1,55% em relação ao valor arrecadado em 2021.

RESUMO DA RECEITA - EXECUÇÃO						
DESIGNAÇÃO	FUNCIONAMENTO NORMAL					
RECEITAS CORRENTES	2018	2019	2020	2021	2022	Var.% 2021/2022
Taxas, multas e outras penalidades	43 909,50	52 518,19	33 520,09	43 900,57	49 051,70	11,73%
Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	6 213,70	5 198,74	-16,33%
Transferências correntes	7 277,18	13 761,90	3 416 620,46	3 118 121,75	713 453,38	-77,12%
Venda de bens e serviços correntes	3 377 707,66	3 708 249,88	1 607 050,43	1 163 040,32	3 801 708,11	226,88%
Outras receitas correntes	28 273,08	10 912,21	9 244,92	798,50	0,00	-100,00%
SUBTOTAL	**3 457 167,42**	**3 785 442,18**	**5 066 435,90**	**4 332 074,84**	**4 569 411,93**	**5,48%**
RECEITAS DE CAPITAL						
Vendas de bens de investimento	13 438,80	14 546,06	2 664,89	5 078,61	189 091,83	3623,30%
Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Ativos financeiros	273 628,62	253 750,04	165 822,32	183 717,26	356 745,99	94,18%
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Reposições não abatidas	4 808,40	5 306,56	16 006,70	21 179,18	12 222,66	-42,29%
Saldo da Gerência Anterior	161 384,48	112 982,21	411 155,79	679 592,65	13 035,03	-98,08%
SUBTOTAL	**453 260,30**	**386 584,87**	**595 649,70**	**889 567,70**	**571 095,51**	**-35,80%**
TOTAL	**3 910 427,72**	**4 172 027,05**	**5 662 085,60**	**5 221 642,54**	**5 140 507,44**	**-1,55%**

Em linha com o retorno à normalidade e a progressiva retirada das medidas de mitigação dos efeitos da pandemia COVID, o ano de 2022 registou a retoma, em pleno, da cobrança de rendas e prestações, bem como de

planos de regularização de dívida, pelo que é possível verificar a subida generalizada de todas as rubricas associadas aos meios de geração de receita própria da empresa, acompanhada da redução da rubrica associada a transferências correntes.

4.1.2.2 Execução da receita – Investimentos do Plano

Nos Investimentos do Plano, as receitas totalizaram o montante de 12.304.304,76€, sendo a variação de -16,80%, comparativamente a 2021.

RESUMO DA RECEITA - EXECUÇÃO						
DESIGNAÇÃO	INVESTIMENTOS DO PLANO					
RECEITAS CORRENTES	2018	2019	2020	2021	2022	Var.% 2021/2022
Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Rendimentos de propriedade	7 182,59	6 703,77	0,00	5 712,11	0,00	-100,00%
Transferências correntes	3 098 322,65	3 206 336,20	2 608 429,55	3 444 614,17	4 890 707,00	41,98%
Venda de bens e serviços correntes	86 195,62	0,00	0,00	325 000,00	0,00	-100,00%
Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SUBTOTAL	**3 191 700,86**	**3 213 039,97**	**2 608 429,55**	**3 775 326,28**	**4 890 707,00**	**29,54%**
RECEITAS DE CAPITAL						
Vendas de bens de investimento	114 382,29	97 602,86	24 871,00	58 955,44	132 438,00	124,64%
Transferências de capital	15 337 110,76	17 406 989,44	17 179 262,09	8 832 880,04	5 493 541,80	-37,81%
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Reposições não abatidas	172,55	51 133,36	5 265,80	21 557,00	21 373,78	-0,85%
Saldo da Gerência Anterior	1 270 652,08	1 798 707,37	1 695 588,16	2 099 497,56	1 766 244,18	-15,87%
SUBTOTAL	**16 722 317,68**	**19 354 433,03**	**18 904 987,05**	**11 012 890,04**	**7 413 597,76**	**-32,68%**
TOTAL	**19 914 018,54**	**22 567 473,00**	**21 513 416,60**	**14 788 216,32**	**12 304 304,76**	**-16,80%**

Nas "Transferências de capital" sofreu uma redução, em linha com o nível de execução do plano de investimentos verificado no orçamento de despesa.

No que concerne os "Ativos Financeiros", não houve recurso a aumentos de capital no ano de 2022.

Quanto aos "Passivos Financeiros", não se registaram novos empréstimos.

4.1.2.3 Execução da receita – Global

As receitas totais arrecadadas no ano económico de 2022 foram de 17.444.812,20€, com uma variação negativa de 12,82%, em relação ao ano anterior.

RESUMO DA RECEITA - EXECUÇÃO						
DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO AGREGADO					
RECEITAS CORRENTES	2018	2019	2020	2021	2022	Var.% 2021/2022
Taxas, multas e outras penalidades	43 909,50	52 518,19	33 520,09	43 900,57	49 051,70	11,73%
Rendimentos de propriedade	7 182,59	6 703,77	0,00	11 925,81	5 198,74	-56,41%
Transferências correntes	3 105 599,83	3 220 098,10	6 025 050,01	6 562 735,92	5 604 160,38	-14,61%
Venda de bens e serviços correntes	3 463 903,28	3 708 249,88	1 607 050,43	1 488 040,32	3 801 708,11	155,48%
Outras receitas correntes	28 273,08	10 912,21	9 244,92	798,50	0,00	-100,00%
SUBTOTAL	**6 648 868,28**	**6 998 482,15**	**7 674 865,45**	**8 107 401,12**	**9 460 118,93**	**16,68%**
RECEITAS DE CAPITAL						
Vendas de bens de investimento	127 821,09	112 148,92	27 535,89	64 034,05	321 529,83	402,12%
Transferências de capital	15 337 110,76	17 406 989,44	17 179 262,09	8 832 880,04	5 493 541,80	-37,81%
Ativos financeiros	273 628,62	253 750,04	165 822,32	183 717,26	356 745,99	94,18%
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Reposições não abatidas	4 980,95	56 439,92	21 272,50	42 736,18	33 596,44	-21,39%
Saldo da Gerência Anterior	1 432 036,56	1 911 689,58	2 106 743,95	2 779 090,21	1 779 279,21	-35,98%
SUBTOTAL	**17 175 577,98**	**19 741 017,90**	**19 500 636,75**	**11 902 457,74**	**7 984 693,27**	**-32,92%**
TOTAL	**23 824 446,26**	**26 739 500,05**	**27 175 502,20**	**20 009 858,86**	**17 444 812,20**	**-12,82%**

4.1.2.4 Execução da receita por fonte de financiamento

RESUMO DA RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO							
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO AGREGADO					
		2018	2019	2020	2021	2022	Var.% 2021/2022
381	RGs não afetas a projetos cofinanciados	11 477 618,14	11 959 282,96	8 389 314,35	1 618 999,14	2 450 743,10	51,37%
382	Saldos de RGs afetas a proj. cofinanciados	512 956,56	784 382,39	1 523 989,59	1 092 969,65	610 060,71	-44,18%
387	Receitas Gerais - Jogos Sociais	550 021,68	3 913 143,40	7 175 587,82	4 906 265,22	4 184 388,17	-14,71%
388	Receitas Gerais - Indemnizações Compensatórias	0,00	0,00	3 403 874,56	3 000 000,00	3 000 000,00	0,00%
389	Transferências de RGs entre organismos (IEM)	7 277,18	13 761,90	12 745,90	13 121,75	13 453,38	2,53%
361	RPs afetas a projetos cofinanciados - FEDER	0,00	0,00	0,00	27 557,88	0,00	-100,00%
368	Saldos de RPs afetas a proj. cofinanciados	2 745,00	0,00	0,00	14 119,16	28 778,75	103,83%
391	Lei de Meios	666 645,72	604 574,68	0,00	0,00	0,00	-
392	Financiamento Nacional - Fundo de Coesão Nacional	5 161 550,59	3 086 219,09	2 541 001,86	1 421 939,67	567 473,70	-60,09%
394	Lei de Meios - Extra OR	119 952,55	772 962,51	55 964,67	57 361,77	0,00	-100,00%
419	FEDER - Madeira 14-20	277 774,70	953 849,14	2 091 676,79	0,00	415 986,09	-
483	FSUE - Fundo de Solidariedade da União Europeia	358 322,65	0,00	0,00	0,00	1 014 241,46	-
488	Saldos de Fundos Europeus	42 606,66	134 649,26	40 744,72	37 493,72	9 931,97	-73,51%
513	Receita Própria	3 949 699,11	4 200 722,93	1 864 446,15	1 807 594,81	4 567 830,81	152,70%
522	Saldos de RP transitados	697 275,72	315 951,79	76 155,79	305 293,13	576 473,75	88,83%
712	Contração de Empréstimos - No sist. bancário externo	0,00	0,00	0,00	5 707 142,96	5 450,31	-99,90%
TOTAL		**23 824 446,26**	**26 739 500,05**	**27 175 502,20**	**20 009 858,86**	**17 444 812,20**	**-12,82%**

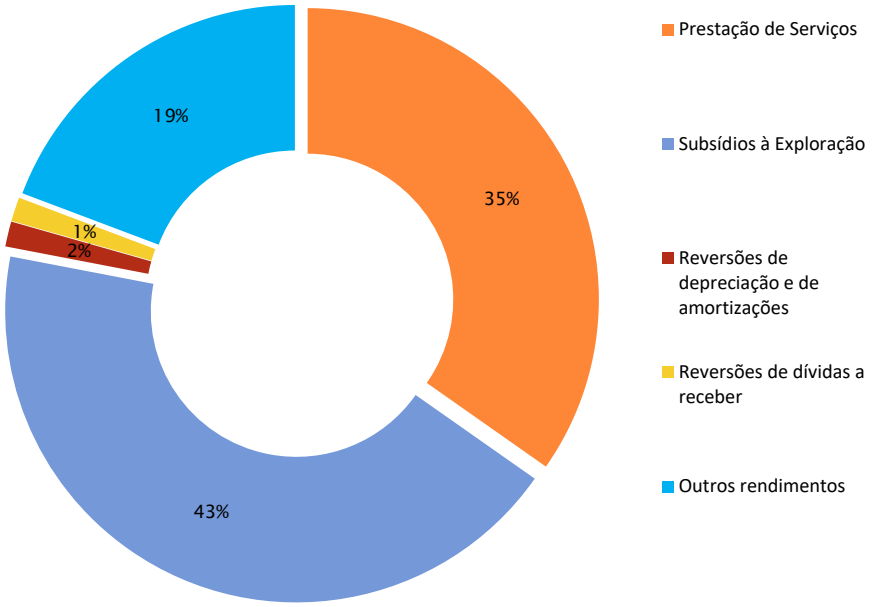
4.2 Contas da Empresa

4.2.1 Rendimentos e Ganhos

Os rendimentos atingiram 13.066.859,65€, menos 0,28% que em 2021. O quadro abaixo mostra a evolução dos proveitos dos últimos exercícios:

Rendimentos e Ganhos	2018	2019	2020	2021	2022	Var. %
Prestação de Serviços	4 258 479,57	4 069 380,83	1 726 540,95	2 244 601,71	4 538 800,34	102,21%
Subsídios à Exploração	3 663 746,72	4 075 804,39	7 652 077,87	7 526 745,72	5 651 416,44	-24,92%
Reversões de depreciações e de amortizações	0,00	0,00	0,00	544 501,16	181 943,71	-66,59%
Reversões de dívidas a receber	1 184 808,70	352 239,79	509 129,51	334 926,73	174 148,65	-48,00%
Outros rendimentos	1 091 142,48	1 017 053,14	914 232,48	2 440 317,58	2 515 161,82	3,07%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	7 182,59	6 703,77	0,00	12 037,17	5 388,69	-55,23%
Total de Rendimentos e Ganhos	**10 205 360,06**	**9 521 181,92**	**10 801 980,81**	**13 103 130,07**	**13 066 859,65**	**-0,28%**

O gráfico seguinte mostra a estrutura dos rendimentos e ganhos:



A rubrica "**Prestações de Serviços**", que totaliza 4.538.800,34€, é composta pela faturação das rendas sociais, comerciais, de logradouros, hortas e de cânones superficiários. Com o término das medidas de isenção de rendas e prestações, no âmbito da pandemia, os valores registados dizem respeito à totalidade do período compreendido entre janeiro e dezembro de 2022.

A rubrica **"Subsídios à Exploração"** totaliza 5.651.416,44€, é composta maioritariamente por duas grandes rubricas:

Os Contratos-programa celebrados com a Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas (SREI), que não foram aplicados em Imobilizado, no valor de 2.541.957,29€;

O Apoio Compensatório concedido pelo Governo Regional, através da Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas (SREI), no valor de 3.098.765,90€.

A rubrica **"Reversões de depreciações e de amortizações"**, que totaliza 181.943,71€ corresponde aos ganhos associados com a aplicação da taxa anual de depreciação sobre o passivo inerente acordo para arrendamento de 151 fogos ao IHRU com opção de compra.

A rubrica **"Reversões de dívidas a receber"**, no montante de 174.148,65€ corresponde maioritariamente a diminuições nas dívidas de terceiros, pela emissão de notas de crédito, obtenção de garantias adicionais, ou pagamentos entretanto ocorridos, dos clientes para os quais foi anteriormente constituído perdas por imparidades, ou seja, aqueles cuja dívida atinge uma antiguidade superior a 24 meses.

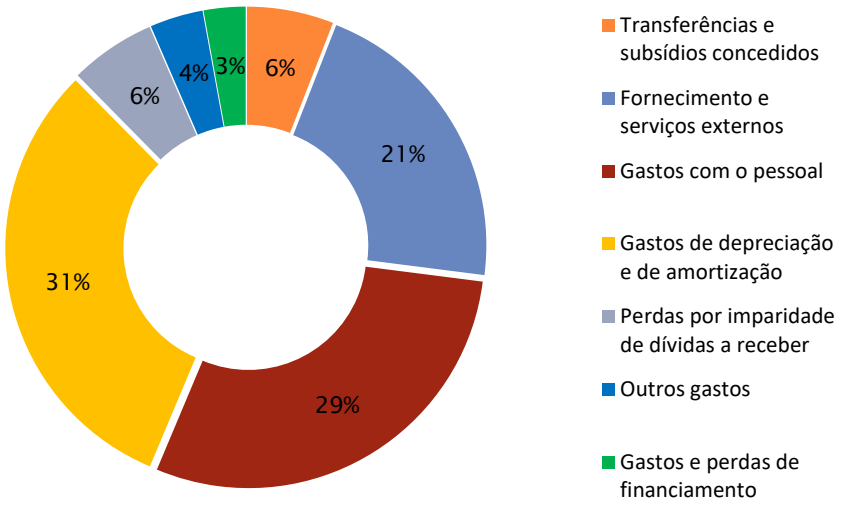
A rubrica **"Outros Rendimentos"**, no montante de 2.515.161,82€, apresenta uma variação positiva de 3,07%, face a 2021. Como elementos de maior peso, destacam-se as multas das rendas, no valor de 158.935,99€, a alienação de ativos, no valor de 148.822,99€ e a imputação de subsídios ao investimento, no montante de 2.107.686,70€.

4.2.2 Gastos e Perdas

Os gastos e perdas atingiram, em 2022, o montante de 16.861.052,02€, conforme se pode verificar pelo quadro seguinte:

Gastos e Perdas	2018	2019	2020	2021	2022	Var %
Transferências e subsídios concedidos	1 084 516,39	954 383,41	608 835,99	1 209 883,31	1 000 237,46	-17,33%
Fornecimento e serviços externos	3 039 014,94	2 683 735,88	3 882 087,00	3 479 604,69	3 555 488,20	2,18%
Gastos com o pessoal	3 502 658,35	3 893 005,63	4 192 402,02	4 359 458,08	4 943 876,38	13,41%
Gastos de depreciação e de amortização	3 662 049,70	3 584 879,00	3 820 366,15	5 520 257,81	5 272 499,64	-4,49%
Perdas por imparidade	1 525 795,99	850 973,61	94 515,77	165 220,84	991 267,87	499,97%
Outros gastos e perdas	757 279,50	620 153,93	718 594,04	1 026 693,69	614 630,71	-40,13%
Gastos e perdas de financiamento	127 833,29	168 991,36	141 660,54	172 814,33	483 051,76	179,52%
Total de Gastos e Perdas	**13 699 148,16**	**12 756 122,82**	**13 458 461,51**	**15 933 932,75**	**16 861 052,02**	**5,82%**

Graficamente a estrutura de gastos e perdas é a seguinte:



A rubrica "***Transferências e subsídios concedidos***", em 2022, ascendia a 1.000.237,46€, correspondente a 6% do total de gastos e perdas. Os gastos desta rubrica englobam transferências e subsídios concedidos no valor de 814.575,47€ e prestações sociais no montante de 185.661,99€.

A rubrica "***Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)***", em 2022, ascendia a 3.555.488,20€, correspondente a 21% do total de gastos e perdas do período, face a 2021verificou um acréscimo de 2,18%. Dentro da rubrica FSE, há a

destacar os gastos com rendas do programa de subarrendamento na importância de 1.506.484,20€ e as despesas de conservação e manutenção na importância de 1.159.486,28€, totalizando 2.665.970,48€, que representam 74,98% dos gastos com FSE.

A rubrica "***Gastos com o Pessoal***" ascendia, no mesmo período, a 4.943.876,38€, correspondente a 29% da estrutura de gastos e perdas da IHM. Registou-se um acréscimo de 13,41% face a 2021, essencialmente devido à entrada de novos trabalhadores ao longo de 2022, no âmbito da reestruturação orgânica da empresa e do reforço das equipas.

A rubrica "***Gastos de Depreciação e de Amortização***", que verificou um decréscimo de 4,49% face a 2021, é composta pelas depreciações dos investimentos da IHM, EPERAM, relevando as variações decorrentes das aquisições efetuadas no próprio ano e em anos anteriores.

A rubrica "***Perdas por Imparidade",*** que totaliza a importância de 991.267,87€, corresponde a perdas em dívidas a receber dos clientes, que consideramos de cobrança duvidosa, ou seja, cuja antiguidade das dívidas é superior a 6 meses.

A rubrica "***Outros Gastos***" totaliza 614.630,71€, esta integra várias parcelas, tais como o imposto municipal sobre imóveis (não habitacionais) e o seu adicional, as dívidas incobráveis e as correções relativas a períodos anteriores, sobretudo resultantes de revisões de rendas técnicas e sociais de anos anteriores.

A rubrica "***Gastos de Financiamento",*** em 2022, ascendia a 483.051,76€ e reflete os juros e outros encargos associados aos financiamentos obtidos pela IHM, EPERAM. Face a 2021 sofreu um acréscimo de 179,52%, explicado pelos gastos associados com a aplicação da taxa anual de atualização sobre o passivo inerente acordo para arrendamento de 151 fogos ao IHRU com opção de compra.

4.2.3 Ativo

No Ativo não corrente, os ativos fixos tangíveis ascendiam, em 2022, a 201.491.631,55€, conforme a discriminação que se segue:

Rubricas	2018	2019	2020	2021	2022	Var. %
Ativos fixos tangíveis	**179 408 739,37**	**175 967 485,05**	**185 295 498,12**	**193 000 450,75**	**188 729 728,44**	**-2,21%**
Terrenos e Recursos Naturais - gerais	49 619 285,61	49 601 611,97	49 697 636,32	52 745 365,23	52 805 561,58	**0,11%**
Terrenos e Recursos Naturais - resolúveis	77 157,71	77 157,71	77 157,71	77 157,71	77 157,71	**0,00%**
Edifícios e outras construções - gerais	129 538 110,14	125 975 337,19	135 180 502,71	139 768 610,10	135 328 894,59	**-3,18%**
Edifícios e outras construções - resolúveis	116 773,96	112 532,10	108 290,24	104 048,38	99 806,52	**-4,08%**
Equipamento básico	1 513,40	4 819,49	12 773,78	14 417,57	13 005,15	**-9,80%**
Equipamento de transporte	39 094,77	26 063,19	80 618,53	147 417,80	145 293,19	**-1,44%**
Equipamento Administrativo	15 955,99	167 312,09	136 435,30	96 557,67	219 684,23	**127,52%**
Outro activo fixo tangível	847,79	2 651,31	2 083,53	46 876,29	40 325,47	**-13,97%**
Ativos fixos tangíveis em curso	**7 383 132,82**	**16 322 076,16**	**9 023 241,51**	**9 279 154,65**	**12 761 903,11**	**37,53%**
Total	186 791 872,19	192 289 561,21	194 318 739,63	202 279 605,40	201 491 631,55	-0,39%

Em termos globais, conforme o quadro que se segue, o ativo da empresa totalizava, na mesma data, o valor de 231.822.888,62€.

É de destacar que englobado nos outros créditos a receber, no valor de 3.205.827,80€, está considerado os adiantamentos feitos no âmbito do acordo para arrendamento de 151 fogos ao IHRU com opção de compra e, no valor de 198.863,67€, está considerado o recebimento faseado do terreno vendido ao Clube Naval, decomposto em duas componentes, 175.979,09€ a longo prazo e 22.884,58€ a curto prazo.

No ativo corrente destacam-se as dívidas de clientes, líquidas de imparidades, no montante de 1.302.929,33€. Esta importância corresponde à diferença entre o valor bruto das dívidas de clientes e o valor registado a título de perdas por imparidade, conforme as normas referentes à antiguidade.

Ativo	*2018*	*2019*	*2020*	*2021*	*2022*	*Var. %*
Ativo Não corrente						
Ativos fixos tangíveis	179 408 739,37	175 967 485,05	185 295 498,12	193 000 450,75	188 729 728,44	-2,21%
Investimento em curso	7 383 132,82	16 322 076,16	9 023 241,51	9 279 154,65	12 761 903,11	37,53%
Adiantamento a fornecedores por conta de investimentos	-	-	-	-	-	-
Devedores por empréstimos bonificados	2 694 217,79	2 616 042,21	2 742 415,44	2 931 345,71	3 184 179,53	8,63%
Outros créditos a receber	264 412,76	243 068,58	221 222,81	3 775 930,54	3 201 639,98	-15,21%
Ativo por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-
Total ativo não corrente	**189 750 502,74**	**195 148 672,00**	**197 282 377,88**	**208 986 881,65**	**207 877 451,06**	**-0,53%**
Ativo corrente						
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	-	-	-	-	566 557,58	-
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	633 315,54	526 566,92	582 114,14	752 322,67	614 107,58	-18,37%
Clientes	1 097 903,22	1 036 368,16	910 155,29	1 376 720,74	1 302 929,33	-5,36%
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	-	-
Estados e outros entes públicos	43 418,00	34 726,00	26 374,00	17 302,00	8 524,00	-50,73%
Outros créditos a receber	22 821,25	22 964,18	91 737,31	3 292 777,97	3 805 002,75	15,56%
Diferimentos	821 589,99	770 052,46	539 692,43	32 528,80	39 842,43	22,48%
Caixa e depósitos bancários	1 918 495,50	2 113 315,27	2 779 105,21	1 779 388,49	17 608 473,89	889,58%
Total ativo corrente	**4 537 543,50**	**4 503 992,99**	**4 929 178,38**	**7 251 040,67**	**23 945 437,56**	**230,23%**
TOTAL ATIVO	194 288 046,24	199 652 664,99	202 211 556,26	216 237 922,32	231 822 888,62	7,21%

4.2.4 Passivo

No passivo não corrente são de distinguir os financiamentos obtidos, no valor de 10.799.531,85€, que representam 20,87% do Passivo e são constituídos

pelos empréstimos obtidos junto do IHRU, e o passivo associado ao acordo para arrendamento de 151 fogos ao IHRU com opção de compra, no valor de 11.947.636,61€.

O passivo corrente ascendia a 21.167.539,95€, que representa 40,91% do passivo, sendo de destacar as contas a pagar no valor de 18.372.532,31€, das quais faz parte o adiantamento por aplicar, no montante de 16.730.260,73€, recebido do Instituto de Desenvolvimento Regional, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, os diferimentos no valor de 1.653.022,96€.

Passivo	2018	2019	2020	2021	2022	Var. %
Passivo não corrente						
Financiamentos obtidos	25 092 653,89	16 335 404,72	12 577 852,16	11 682 992,86	10 799 531,85	-7,56%
Fornecedor de investimento	-	-	-	11 752 330,51	11 947 636,61	1,66%
Passivos por impostos diferidos	534 684,88	482 409,57	328 966,51	504 389,34	461 173,91	-8,57%
Outras contas a pagar	6 117 324,99	7 594 035,26	6 349 304,62	6 952 218,24	7 370 322,93	6,01%
Total do Passivo Não Corrente	**31 744 663,76**	**24 411 849,55**	**19 256 123,29**	**30 891 930,95**	**30 578 665,30**	**-1,01%**
Passivo corrente						
Fornecedores	215 210,27	37 374,61	75 363,76	182 210,16	220 923,42	21,25%
Adiantamento de clientes	-	-	-	-	-	-
Estados e outros entes públicos	142 382,99	32 114,35	4 256,77	9 479,31	7 995,66	-15,65%
Financiamentos obtidos	8 750 359,33	8 757 779,89	3 759 081,98	887 637,10	857 118,59	-3,44%
Fornecedores de investimento	140 827,61	1 812 363,33	1 524 907,05	127 825,23	55 947,01	-56,23%
Outras contas a pagar	817 510,35	860 990,11	920 249,37	874 954,82	18 372 532,31	1999,83%
Diferimentos	2 185 571,62	1 981 431,12	2 027 530,99	2 710 668,08	1 653 022,96	-39,02%
Total do Passivo Corrente	**12 251 862,17**	**13 482 053,41**	**8 311 389,92**	**4 792 774,70**	**21 167 539,95**	**341,66%**
TOTAL PASSIVO	43 996 525,93	37 893 902,96	27 567 513,21	35 684 705,65	51 746 205,25	45,01%

4.2.5 Capital

O Capital Social da empresa, integralmente realizado, manteve-se inalterado no montante de 10.500.000,00€, em 2022.

No decorrer do ano de 2022, foi recebido, a título de subsídio para amortização de dívida, o valor de 787.517,28€, ao abrigo do contrato programa celebrado a 21/03/2022 entre a Empresa e o Governo Regional, através da Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, para comparticipação dos encargos financeiros e outros associados aos empréstimos contraídos.

Assim, a conta de capital próprio da empresa evoluiu, de 180.553.216,67€ para 180.076.683,37€, apresentando um ligeiro decréscimo de 0,26% de 2021 para 2022.

Capital Próprio	2018	2019	2020	2021	2022	Var. %
Património/Capital	10 500 000,00	10 500 000,00	10 500 000,00	10 500 000,00	10 500 000,00	0,00%
Outros instrumentos de Capital Próprio	8 621 194,16	17 369 125,23	26 084 669,58	29 810 347,51	30 597 864,79	2,64%
Reservas Legais	72 714,91	72 714,91	72 714,91	72 714,91	72 714,91	0,00%
Outras Reservas	141 271 089,55	141 271 089,55	141 271 089,55	141 271 089,55	141 271 089,55	0,00%
Resultados transitados	- 35 657 845,10	- 39 156 170,43	- 42 395 976,23	- 45 056 713,70	- 47 896 995,69	6,30%
Outras variações do capital próprio	28 982 692,12	34 941 808,57	41 772 282,71	46 796 060,39	49 332 897,99	5,42%
Resultado Líquido do Período	- 3 498 325,33	- 3 239 805,80	- 2 660 737,47	- 2 840 281,99	- 3 800 888,18	33,82%
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	150 291 520,31	161 758 762,03	174 644 043,05	180 553 216,67	180 076 683,37	-0,26%

4.2.6 Resultados

Os "***Resultados antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos (EBITDA)***" da empresa no período em análise foram positivos, no montante de 1.774.026,63€.

Os "***Resultados Operacionais***" da empresa no período em análise foram negativos, no montante de 3.316.529,30€.

Os "***Resultados Financeiros***" no mesmo período foram negativos, no valor de 477.663,07€.

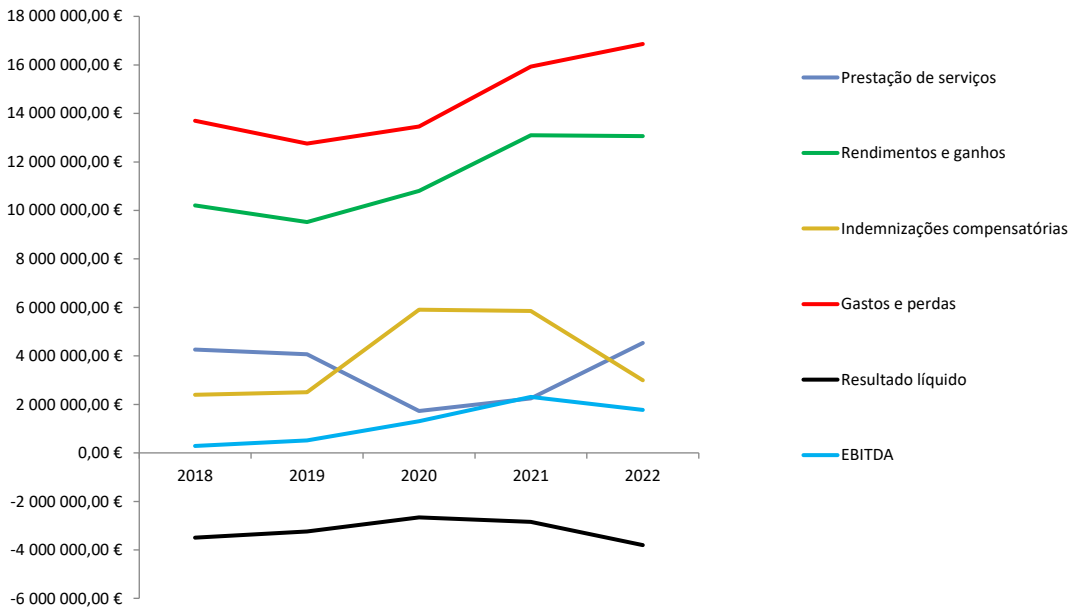
Os "***Resultados Líquidos***" do período em apreço foram negativos, no montante de 3.800.888,18€.

O quadro e gráfico seguintes espelham a evolução das principais rubricas que contribuem para a formação dos resultados da empresa.

Descrição	2018	2019	2020	2021	2022	Var. %
Prestação de serviços	4 258 479,57	4 069 380,83	1 726 540,95	2 244 601,71	4 538 800,34	102,21%
Rendimentos e ganhos	10 205 360,06	9 521 181,92	10 801 980,81	13 103 130,07	13 066 859,65	-0,28%
Indemnizações compensatórias	2 400 000,00	2 500 000,00	5 903 874,56	5 850 000,00	3 000 000,00	-48,72%
Gastos e perdas	13 699 148,16	12 756 122,82	13 458 461,51	15 933 932,75	16 861 052,02	5,82%
EBITDA	**288 912,30**	**512 225,69**	**1 305 545,99**	**2 305 731,13**	**1 774 026,63**	**-23,06%**
Resultado líquido	**(3 498 325,33)**	**(3 239 805,80)**	**(2 660 737,47)**	**(2 840 281,99)**	**(3 800 888,18)**	**33,82%**

É sempre de salientar que, face ao seu objeto social, a empresa tem um elevado investimento em ativos fixos tangíveis e, por conseguinte, a sua estrutura de gastos e perdas sofre um impacto muito significativo das depreciações (31,27% dos gastos e perdas). Esta especificidade acrescenta importância ao indicador EBITDA, que permanece positivo pelo 7.º ano consecutivo.

Por outro lado, apesar das compensações, é bem patente que as indemnizações compensatórias concedidas são insuficientes para cobrir o custo da missão social da empresa.

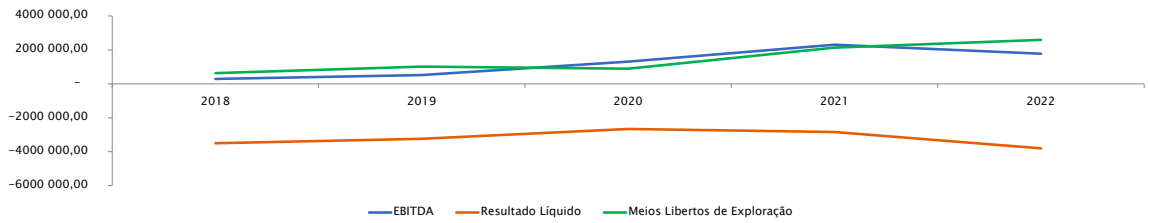


4.2.7 Apreciação global

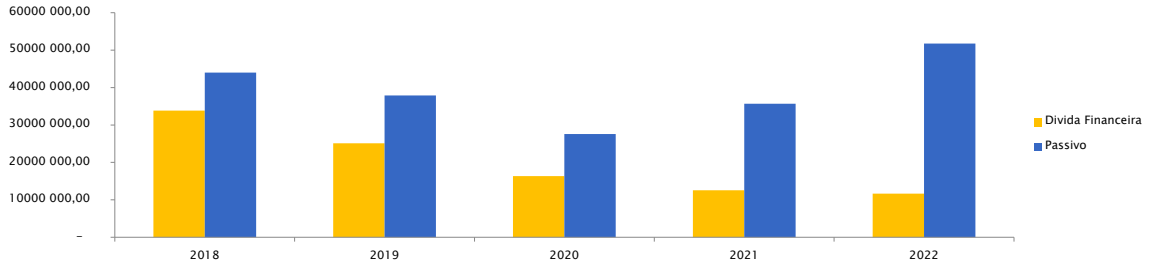
No ano de 2022, os resultados antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos (EBITDA) da IHM, EPERAM foram positivos, na ordem de 1,8 milhões de euros, uma redução de 23,06% em relação a 2021.

Também em 2022, os Resultados Líquidos da IHM, EPERAM de 3,8 milhões de euros negativos, refletindo um agravamento de 33,82% em relação a 2021.

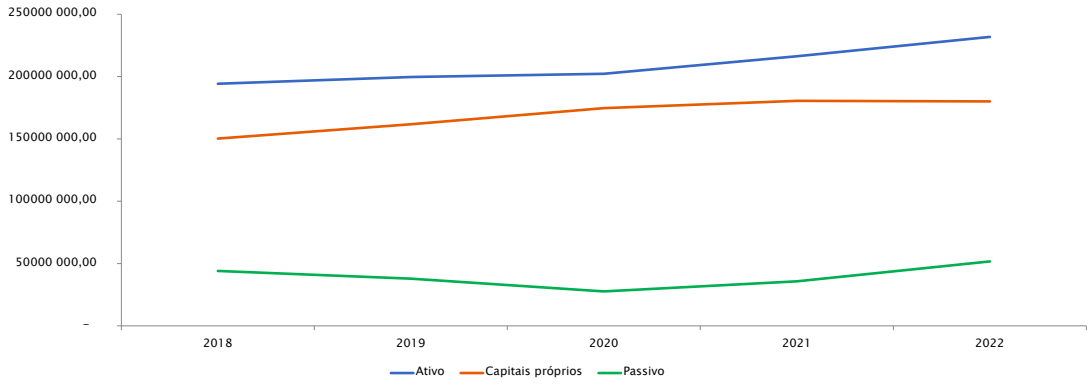
Em termos de meios libertos, é de salientar que a capacidade de a IHM, EPERAM gerar fluxos de caixa apresentou novamente uma melhoria, em relação a 2021, fixando-se nos 2,59 milhões de euros.

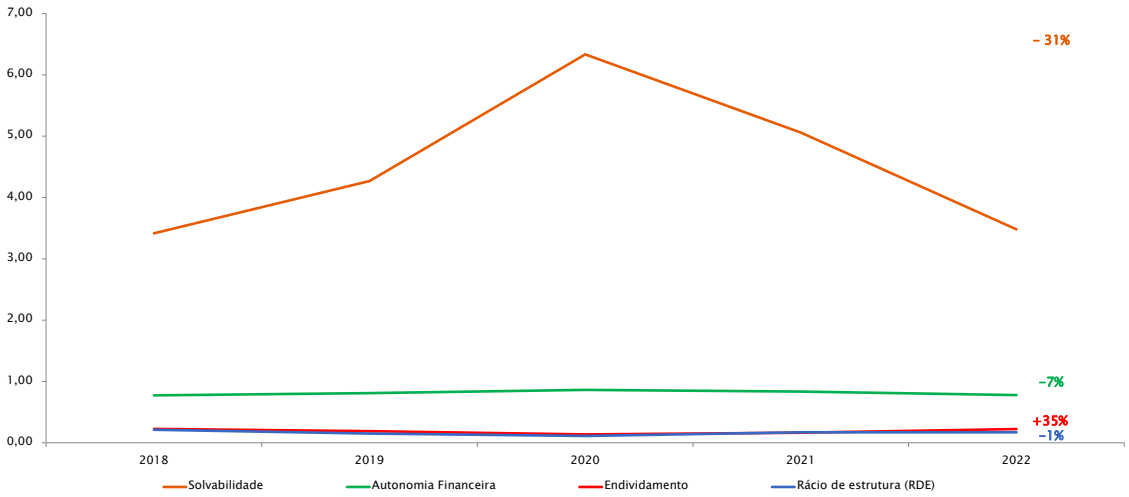


No ano de 2022, a Dívida Financeira da IHM, EPERAM reduziu-se em cerca de 7% e o Passivo aumentou cerca de 45%, o que refletiu nos rácios de endividamento (+35%), de solvabilidade (-31%) e de autonomia financeira (-7%).



Os gráficos que se seguem ilustram bem a evolução da situação financeira desta entidade pública.





4.2.8 Proposta de Aplicação de Resultados

A situação económica e financeira da IHM, EPERAM tem melhorado sucessiva e continuadamente nos últimos anos ao nível da conta de

exploração, cujos efeitos se verificam na evolução positiva do EBITDA. Não obstante o agravamento do resultado operacional no ano corrente, a forte aposta na reabilitação e crescimento do parque habitacional da IHM, EPERAM e na implementação de novos programas habitacionais, nomeadamente através da execução do novo ciclo de investimentos financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, deverá refletir-se na melhoria dos resultados operacionais da empresa a longo prazo.

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo, no montante de 3.800.888,18€, passe a resultados transitados.

4.2.9 Negócios entre a empresa e os seus Administradores

De acordo com o artigo 397º do CSC, relativamente aos seus Administradores, a IHM, EPERAM não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta destes, não prestou garantias e obrigações por estes contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos de remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por entreposta pessoa.

4.3 Perspetivas futuras

O Programa do XIII Governo Regional da Madeira, para o quadriénio de 2019-2023, apresenta um conjunto de prioridades estratégicas, entre as quais destaca-se a Política Social de Habitação. Neste sentido, o Governo Regional da Madeira realça que a Habitação constitui um dos eixos fundamentais da política pública, numa lógica de intervenção transversal de apoio à generalidade da população da Região Autónoma da Madeira.

O ano de 2022, ainda com efeitos da pandemia da Covid-19, sofreu as consequências da invasão russa na Ucrânia em fevereiro de 2022, que provocou uma crise energética de escala global, que tem conduzido a fortes constrangimentos na cadeia produtiva da habitação, e a uma escalada de preços nos materiais de construção e na mão-de-obra, ao que acresce também a subida de preços dos combustíveis.

Não obstante os constrangimentos mencionados, o ano em causa ficou também marcado pela introdução de medidas de apoio e de planeamento estratégico, operacional e financeiro, particularmente com a implementação da Estratégia Regional de Habitação (ERH) para o período 2020 – 2030, aprovada através da Resolução do Conselho de Governo n.º 494/2020, de 30 de junho, pelo lançamento de novos programas de apoio e de diversos procedimentos concursais.

A estratégia para o setor tem por base um diagnóstico das carências habitacionais dos cidadãos residentes nesta Região Autónoma, e focaliza-se nos recursos e nas dinâmicas de transformação que pretende imprimir, e aponta os objetivos e metas a alcançar no horizonte temporal 2030, especificando um leque de soluções habitacionais a desenvolver e a sua priorização.

A ERH-2030 assegurou importantes verbas nacionais e comunitárias, nomeadamente através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que nos termos do contrato estabelecido entre o Beneficiário Intermediário (BI) e a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP), em 14 de setembro de 2021, permitiu a celebração de um Contrato de Financiamento entre o Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM (IDR) e a IHM, EPERAM, em 25 de fevereiro de 2022, com vista a financiar o investimento "C02-I03-RAM – Reforço da oferta de habitação apoiada na Região Autónoma da Madeira".

Pretende ainda alcançar significativos apoios no âmbito do próximo Quadro comunitário 2021-2027, pelo que os próximos anos serão marcados por fortes investimentos nas políticas habitacionais da Região Autónoma da Madeira.

A ação da IHM, EPERAM continuará a crescer muito significativamente, com um reforço substancial do investimento em novas habitações sociais e em novos apoios à reabilitação de habitações próprias, através do PRR, ampliando a capacidade de resposta no domínio da política social de habitação, reduzindo, até 2026, as carências habitacionais diagnosticadas em cerca de 30%. O plano será financiado com o investimento "C02-I03-RAM – Reforço da

oferta de habitação apoiada na Região Autónoma da Madeira", de 136 milhões de euros, e envolve:

- Realojar 1.121 famílias em novas habitações sociais, que representam a ampliação do parque habitacional na ordem dos 30% - 128,4 milhões de euros (Construção e Aquisição);
- Apoiar a reabilitação de 325 habitações próprias, incluindo a ótica da eficiência energética – 6 milhões de euros;
- Implementar sistemas de informação e soluções e-government no setor da habitação – 1,6 milhões de euros.

O plano de ação também continuará a privilegiar a conservação, manutenção e reabilitação do parque habitacional público da RAM, assente na melhoria contínua da componente paisagística, ambiental e de eficiência energética, de forma a valorizar os imóveis sob administração desta entidade pública, seus espaços exteriores e suas áreas envolventes, contribuindo também para um ambiente favorável ao combate à pobreza energética das habitações por toda a Região.

Ainda incluído na ERH para o período 2020 – 2030, em 2022, a IHM, EPERAM, dará seguimento à medida de apoio habitacional à aquisição e ao arrendamento de habitação, delineada pelo programa PRAHABITAR - Programa de Apoio à Aquisição e ao Arrendamento de Habitação, criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 10/2020/M, de 28 de julho e regulamentado pela Portaria n.º 803/2020, de 18 de dezembro, bem como à implementação da nova medida de auxílio às famílias com crédito à habitação, com vista a atenuar os efeitos da subida das taxas de juro, designado por REEQUILIBRAR, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2023/M, de 3 de janeiro.

No que toca aos projetos de Eficiência Energética, financiados pelo Fundo Comunitário FEDER, as reprogramações temporais que decorreram de ajustamentos do prazo dos projetos, sobretudo devido a atrasos com origem na Pandemia da Covid-19, que fizeram atrasar as medições presenciais de trabalhos a realizar para efeitos de determinação do valor base do concurso da empreitada, permitiram reescalonar os trabalhos e o cronograma financeiro,

pelo que se prevê a conclusão física, financeira e temporal destes projetos para o ano de 2023.

Em alternativa ao arrendamento social, a IHM, EPERAM dará continuidade aos outros apoios habitacionais, nomeadamente através do reforço do Programa de Recuperação de Imóveis Degradados.

A nível operacional, a continuidade da missão social, terá de ser acompanhada do trabalho no domínio da sustentabilidade económica e financeira, aperfeiçoando continuamente o sistema de controlo interno, através de políticas de gestão exigentes e rigorosas, com vista à melhoria dos indicadores de desempenho da organização.

Os preços dos serviços da IHM, EPERAM não estão relacionados com a contabilidade de custos, mas sim com as várias determinações legais, com particular ênfase para o cálculo de rendas técnicas e sociais (Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012, de 16 de novembro). Por outro lado, enquanto não é disponibilizado o novo sistema de controlo em cumprimento da NCP 27, a empresa continuará a utilizar e a aperfeiçoar as suas metodologias de controlo, para as suas principais atividades operacionais, que são capazes de fornecer a informação necessária ao controlo de gestão.

Assim, a perspetiva futura é de aumento do investimento em benefício de mais apoios habitacionais ao dispor da população.

Funchal, 1 de junho de 2023,

O Conselho de Administração,

_____

João Pedro Pereira e Sousa

_____

Elias Rodrigues Homem de Gouveia

_____

Ruben Gomes Nunes

_____

Daniela Lúcia Sousa Gomes Quadrado

_____

Mara Débora Sardinha Rodrigues

5 Demonstrações Financeiras

5.1 Balanço

Euros

	Notas	2022	2021
Ativo			
Ativo não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.5.5	201 491 631,55	202 279 605,40
Devedores por empréstimos bonificados	5.5.18	3 184 179,53	2 931 345,71
Outras créditos a receber	5.5.18	3 201 639,98	3 775 930,54
		207 877 451,06	208 986 881,65
Activo Corrente			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsá	5.5.18	566 557,58	0,00
Devedores por empréstimos bonificados	5.5.18	614 107,58	752 322,67
Clientes	5.5.18	1 302 929,33	1 376 720,74
Estado e outros entes públicos	5.5.18	8 524,00	17 302,00
Outras créditos a receber	5.5.18	3 805 002,75	3 292 777,97
Diferimentos	5.5.23.1	39 842,43	32 528,80
Caixa e depósitos bancários	5.5.1	17 608 473,89	1 779 388,49
		23 945 437,56	7 251 040,67
Total do Activo		**231 822 888,62**	**216 237 922,32**
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio:			
Capital subscrito	5.5.23.2	10 500 000,00	10 500 000,00
Outros Instrumentos de Capital Próprio	5.5.14	30 597 864,79	29 810 347,51
Reservas legais	5.5.23.2	72 714,91	72 714,91
Outras reservas	5.5.23.2	141 271 089,55	141 271 089,55
Resultados transitados	5.5.23.2	(47 896 995,69)	(45 056 713,70)
Outras variações no capital próprio		49 332 897,99	46 796 060,39
Resultado líquido do período		(3 800 888,18)	(2 840 281,99)
Total do Capital Próprio		**180 076 683,37**	**180 553 216,67**
Passivo			
Passivo não Corrente			
Financiamentos obtidos	5.5.18	10 799 531,85	11 682 992,86
Fornecedores de investimento	5.5.18	11 947 636,61	11 752 330,51
Passivos por impostos diferidos	5.5.23.11	461 173,91	504 389,34
Outras dívidas a pagar	5.5.18	7 370 322,93	6 952 218,24
		30 578 665,30	30 891 930,95
Passivo Corrente			
Fornecedores	5.5.18	220 923,42	182 210,16
Estado e outros entes públicos	5.5.18	7 995,66	9 479,31
Financiamentos obtidos	5.5.18	857 118,59	887 637,10
Fornecedores de investimento	5.5.18	55 947,01	127 825,23
Outras dívidas a pagar	5.5.18	18 372 532,31	874 954,82
Diferimentos	5.5.23.3	1 653 022,96	2 710 668,08
		21 167 539,95	4 792 774,70
Total do Passivo		**51 746 205,25**	**35 684 705,65**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**231 822 888,62**	**216 237 922,32**

O Contabilista certificado nº 16572

O Conselho de Administração

5.2 Demonstração de Resultados por Naturezas

Euros

Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Prestações de serviços	5.5.13	4 538 800,34	2 244 601,71
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	5.5.14	5 651 416,44	7 526 745,72
Fornecimentos e serviços externos	5.5.23.4	(3 555 488,20)	(3 479 604,69)
Gastos com o pessoal	5.5.19	(4 943 876,38)	(4 359 458,08)
Transferências e subsídios concedidos	5.5.23.5	(814 575,47)	(1 002 339,58)
Prestações sociais	5.5.23.5	(185 661,99)	(207 543,73)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	5.5.9	(817 119,22)	169 705,89
Outros rendimentos e ganhos	5.5.23.6	2 515 161,82	2 440 317,58
Outros gastos e perdas	5.5.23.7	(614 630,71)	(1 026 693,69)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		**1 774 026,63**	**2 305 731,13**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5.5.23.8	(5 090 555,93)	(4 975 756,65)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**(3 316 529,30)**	**(2 670 025,52)**
Juros e rendimentos similares obtidos	5.5.23.9	5 388,69	12 037,17
Juros e gastos similares suportados	5.5.23.10	(483 051,76)	(172 814,33)
Resultados antes de impostos		**(3 794 192,37)**	**(2 830 802,68)**
Imposto sobre o rendimento do período	5.5.18	(6 695,81)	(9 479,31)
Resultado líquido do período		**(3 800 888,18)**	**(2 840 281,99)**

O Contabilista certificado nº 16572

O Conselho de Administração

5.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Euros

Rubricas	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		4 219 617,20	1 760 162,02
Pagamentos a Fornecedores		(3 465 975,40)	(3 263 732,35)
Pagamentos ao Pessoal		(2 666 368,62)	(2 526 848,14)
Caixa gerada pelas operações		(1 912 726,82)	(4 030 418,47)
Outros Recebimentos/Pagamentos		3 021 195,83	4 853 757,28
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		**1 108 469,01**	**823 338,81**
Fluxos de caixa das atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(5 639 405,54)	(4 923 951,67)
Activos intangíveis		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		160 710,62	19 808,09
Subsídios ao investimento		20 413 990,78	3 592 769,43
Juros e rendimentos similares		5 198,74	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		**14 940 494,60**	**(1 311 374,15)**
Fluxos caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		787 517,28	3 725 677,93
Cobertura de prezuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(885 132,73)	(4 130 652,45)
Juros e custos similares		(122 262,76)	(106 706,86)
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		**(219 878,21)**	**(511 681,38)**
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		15 829 085,40	(999 716,72)
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 779 388,49	2 779 105,21
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**17 608 473,89**	**1 779 388,49**
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no ínicio do período		**1 779 388,49**	**2 779 105,21**
- Equivalentes a caixa no ínicio do período		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no ínicio do período		0,00	0,00
= Saldo de gerência anterior		1 779 388,49	2 779 105,21
De execução orçamental		1 779 279,21	2 779 090,21
De operações de tesouraria		109,28	15,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**17 608 473,89**	**1 779 388,49**
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fimdo período		0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte		17 608 473,89	1 779 388,49
De execução orçamental		942 484,16	1 779 279,21
De operações de tesouraria		16 665 989,73	109,28

O Contabilista certificado nº 16572

O Conselho de Administração

5.4 Demonstração das alterações ao Capital Próprio

Ano: 2022 — Euros

Descrição		Notas	Movimentos do Capital Próprio								Interesses que não controlam	Total do património líquido
			Capital/ Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resutado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO ÍNICIO DO PERÍODO	(1)		**10 500 000,00**	**29 810 347,51**	**72 714,91**	**141 271 089,55**	**-45 056 713,70**	**46 796 060,39**	**-2 840 281,99**	**180 553 216,67**	**0,00**	**180 553 216,67**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas										0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização										0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações										0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido			**0,00**	**787 517,28**	**0,00**	**0,00**	**-2 840 281,99**	**2 536 837,60**	**2 840 281,99**	**3 324 354,88**	**0,00**	**3 324 354,88**
Outras variações ocorridas no Património Líquido				787 517,28				2 911 726,86		3 699 244,14	0,00	3 699 244,14
Ajustamentos por impostos diferidos								-374 889,26		-374 889,26	0,00	-374 889,26
Aplicação do resultado líquido do período anterior							-2 840 281,99		2 840 281,99	0,00	0,00	0,00
	(2)		**0,00**	**787 517,28**	**0,00**	**0,00**	**-2 840 281,99**	**2 536 837,60**	**2 840 281,99**	**3 324 354,88**	**0,00**	**3 324 354,88**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)								-3 800 888,18	-3 800 888,18	0,00	**-3 800 888,18**
RESULTADO INTEGRAL	(4)=(2)+(3)								-960 606,19	-476 533,30	0,00	**-476 533,30**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										0,00		0,00
Realizações de capital/património			0,00							0,00		0,00
Entradas para cobertura de perdas							0,00			0,00		0,00
Outras operações										0,00		0,00
	(5)		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)		**10 500 000,00**	**30 597 864,79**	**72 714,91**	**141 271 089,55**	**-47 896 995,69**	**49 332 897,99**	**-3 800 888,18**	**180 076 683,37**	**0,00**	**180 076 683,37**

Ano: 2021 — Euros

Descrição		Notas	Movimentos do Capital Próprio								Interesses que não controlam	Total do património líquido
			Capital/ Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resutado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO ÍNICIO DO PERÍODO	(1)		**10 500 000,00**	**26 084 669,58**	**72 714,91**	**141 271 089,55**	**-42 395 976,23**	**41 772 282,71**	**-2 660 737,47**	**174 644 043,05**	**0,00**	**174 644 043,05**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas										0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização										0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações										0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido			**0,00**	**3 725 677,93**	**0,00**	**0,00**	**-2 660 737,47**	**5 023 777,68**	**2 660 737,47**	**8 749 455,61**	**0,00**	**8 749 455,61**
Outras variações ocorridas no Património Líquido				3 725 677,93				5 802 114,13		9 527 792,06	0,00	9 527 792,06
Ajustamentos por impostos diferidos								-778 336,45		-778 336,45	0,00	-778 336,45
Aplicação do resultado líquido do período anterior							-2 660 737,47		2 660 737,47	0,00	0,00	0,00
	(2)		**0,00**	**3 725 677,93**	**0,00**	**0,00**	**-2 660 737,47**	**5 023 777,68**	**2 660 737,47**	**8 749 455,61**	**0,00**	**8 749 455,61**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)								-2 840 281,99	-2 840 281,99	0,00	**-2 840 281,99**
RESULTADO INTEGRAL	(4)=(2)+(3)								-179 544,52	5 909 173,62	0,00	**5 909 173,62**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital/património			0,00							0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas							0,00			0,00	0,00	0,00
Outras operações										0,00	0,00	0,00
	(5)		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)		**10 500 000,00**	**29 810 347,51**	**72 714,91**	**141 271 089,55**	**-45 056 713,70**	**46 796 060,39**	**-2 840 281,99**	**180 553 216,67**	**0,00**	**180 553 216,67**

O Contabilista certificado nº 16572 — O Conselho de Administração

5.5 Anexo às Demonstrações Financeiras

5.5.1 Nota introdutória

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras, apresentadas em euros, refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

Identificação da Entidade

Designação da Entidade: IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM

Sede: Rua Dr. Pestana Júnior, n.º 6

Natureza da Atividade: Entidade pública empresarial do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira, de capitais exclusivamente públicos, que tem como objeto a promoção, o planeamento, a construção, a fiscalização e a gestão de parques habitacionais e de outro património associado, assim como a realização de obras de recuperação urbanística e de outras infraestruturas, especialmente no âmbito da habitação de interesse social.

Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, detalhando-se conforme se segue:

	S. inicial	Débitos	Créditos	S. Final
Caixa	200,00	622 619,70	622 619,70	200,00
Depósitos à ordem	1 779 188,49	33 235 427,76	17 406 342,36	17 608 273,89
Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de caixa e depósitos bancários	1 779 388,49	33 858 047,46	18 028 962,06	17 608 473,89

5.5.2 Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras, presentes neste relatório, são as seguintes:

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos, de acordo com as Normas de Contabilidade Pública.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo que os imóveis estão registados ao custo considerado nos termos definidos na NCP 5.

Os bens que foram transferidos do Instituto de Habitação da Madeira são apresentados pelo valor patrimonial líquido à data da transferência. E foram estabelecidas taxas de amortização representativas da vida útil remanescente desses bens.

As depreciações são efetuadas pelo método das quotas constantes a partir da data de início de utilização dos bens e a taxas calculadas para que o valor do imobilizado seja depreciado durante a sua vida útil estimada.

As taxas utilizadas correspondem às taxas máximas estabelecidas no Decreto-Lei nº 192/2015, de 11de setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem, regra geral, aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bem	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento transporte	4
Equipamento admnistrativo	4 a 8
Outros ativos fixos	4 a 8

As despesas de manutenção e reparação (custos subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que ocorrem.

Relativamente aos ativos fixos afetos a contrato resolúveis, devido à incerteza da opção de compra, os potenciais resultados da alienação destes imóveis, só são considerados aquando da celebração da escritura de compra e venda. Os valores recebidos por conta da potencial compra são apresentados no passivo.

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando:

i. a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação;

ii. tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e

iii. a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

Ativos e passivos financeiros

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros:
   - Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo histórico deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo histórico destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal;

b) Caixa e depósitos bancários;
   - Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante;

- Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal;

c) Outros ativos financeiros:

- Os outros ativos financeiros, que incluem empréstimos concedidos no âmbito dos programas PRID e RAVP, destinados à realização de obras de recuperação e beneficiação na habitação propriedade dos mutuários são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade;

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros:

- Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal;

e) Financiamentos obtidos:

- Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente, imposto de selo, comissões bancárias e comissão de aval, no caso de empréstimo cuja garantia dada foi o aval da Região, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos;

f) Contratos para conceder ou contrair empréstimos:

- Os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas para serem classificados na categoria "Ao custo ou custo amortizado" são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade;

- Estes montantes são registados, consoante a sua natureza, na rubrica "Outros ativos financeiros" ou na rubrica "Outros passivos financeiros".

Benefícios pós-emprego

A Empresa reconhece como um passivo, quando um empregado prestou serviços em troca de benefícios a pagar no futuro, e como um gasto, quando a entidade consumiu os benefícios económicos ou o potencial de serviço decorrente dos serviços prestados em troca de benefícios dos empregados.

Os benefícios dos empregados são:

- Benefícios de curto prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social, férias anuais pagas e ausências por doença pagas, gratificações e outros prémios associados a resultados ou desempenho (se pagáveis dentro de doze meses após a data de relato);
- Benefícios de cessação de emprego.

Reconhecimento e mensuração

Reconhece-se a quantia não descontada dos benefícios de curto prazo dos empregados que se espera pagar em troca desse serviço:

- Como um passivo, após dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, a entidade reconhece esse excesso como um ativo na extensão em que o pré-pagamento conduz, por exemplo, a uma redução em pagamentos futuros ou a uma devolução de dinheiro; e
- Como um gasto, a menos que se inclua os benefícios no custo de um ativo.

Os benefícios de cessação de emprego dado que não proporcionam futuros contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade são reconhecidos como um gasto imediatamente.

Outros benefícios dos empregados, caso existam, são reconhecidos e mensuradas de acordo com os requisitos da NCP 19 — Benefícios dos Empregados, do SNC-AP.

Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que ocorrem.

Em 2022 não ocorreram encargos financeiros capitalizáveis de empréstimos obtidos com a aquisição ou construção de edifícios.

Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço estão refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço estão divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5.5.3 Ativos fixos intangíveis

Nada a referir.

5.5.4 Acordos de concessão de serviços: concedente

Nada a referir.

5.5.5 Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios de 2021 e 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2022

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantam. por conta Investim.	Total
Quantia líquida escritura inicial:									
Quantia bruta escritura inicial	52 822 522,94	197 954 048,77	54 601,71	404 461,94	1 007 129,73	66 263,49	9 279 154,65		261 588 183,23
Depreciações acumuladas iniciais		58 081 390,29	40 184,14	257 044,14	910 572,06	19 387,20			59 308 577,83
Perdas imparidade acumuladas iniciais									
Sub-total	52 822 522,94	139 872 658,48	14 417,57	147 417,80	96 557,67	46 876,29	9 279 154,65		202 279 605,40
Total das adições:									
Aquisições 1ª mão		295 129,82	2 825,92	72 699,13	214 568,88		4 074 334,75		4 659 558,50
Outras aquisições									
Trabalhos própria entidade									
Acréscimos por revalorização									
Outras									
Sub-total		295 129,82	2 825,92	72 699,13	214 568,88		4 074 334,75		4 659 558,50
Total das diminuições:									
Depreciações		5 095 444,42	4 238,34	74 823,74	91 442,32	6 550,82			5 272 499,64
Perdas por imparidade									
Alienações	43 526,02	102 488,99							146 015,01
Abates									
Outras							29 017,70		29 017,70
Sub-total	43 526,02	5 197 933,41	4 238,34	74 823,74	91 442,32	6 550,82	29 017,70		5 447 532,35
Transferências de AFT em curso	69 977,94	492 590,65					-562 568,59		0,00
Outras transferências	33 744,43	-33 744,43							
Quantia líquida escriturada final	52 882 719,29	135 428 701,11	13 005,15	145 293,19	219 684,23	40 325,47	12 761 903,11		201 491 631,55

2021

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantam. por conta Investim.	Total
Quantia líquida escritura inicial:									
Quantia bruta escritura inicial	49 774 794,03	187 999 970,33	49 253,45	267 982,10	977 186,51	14 631,72	9 023 241,51		248 107 059,65
Depreciações acumuladas iniciais		52 711 177,38	36 479,67	187 363,57	840 751,21	12 548,19			53 788 320,02
Perdas imparidade acumuladas iniciais									
Sub-total	49 774 794,03	135 288 792,95	12 773,78	80 618,53	136 435,30	2 083,53	9 023 241,51		194 318 739,63
Total das adições:									
Aquisições 1ª mão	3 057 521,11	9 657 949,14	5 348,26	136 479,84	29 943,22	51 631,77	3 174 299,40		16 113 172,74
Outras aquisições									
Trabalhos própria entidade									
Acréscimos por revalorização									
Outras									
Sub-total	3 057 521,11	9 657 949,14	5 348,26	136 479,84	29 943,22	51 631,77	3 174 299,40		16 113 172,74
Total das diminuições:									
Depreciações		5 370 212,91	3 704,47	69 680,57	69 820,85	6 839,01			5 520 257,81
Perdas por imparidade									
Alienações	9 792,20								9 792,20
Abates									
Outras		4 445,29					2 617 811,67		2 622 256,96
Sub-total	9 792,20	5 374 658,20	3 704,47	69 680,57	69 820,85	6 839,01	2 617 811,67		8 152 306,97
Transferências de AFT em curso		300 574,59					-300 574,59		0,00
Outras transferências									
Quantia líquida escriturada final	52 822 522,94	139 872 658,48	14 417,57	147 417,80	96 557,67	46 876,29	9 279 154,65		202 279 605,40

As quantias de ativos fixos tangíveis cuja titularidade foi dada como garantia de passivos, nomeadamente através de hipotecas são as seguintes:

Empreendimento	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras construções			Total Quantia Escrit.
		V.Contab.	Deprec. acum.	Q. Escriturada	
12 fogos Nova Cidade	198 010,68	586 578,37	209 212,80	377 365,57	575 376,25
11 fogos Igreja e 10 F. Nuno	449 928,28	1 349 784,84	452 178,52	897 606,32	1 347 534,60
8 fogos Tranqual	163 474,76	490 424,26	164 292,11	326 132,15	489 606,91
25 fogos Jardim Serra	90 928,20				90 928,20
12 fogos Pomar	101 719,80				101 719,80
40 fogos Torre Machico	432 264,06				432 264,06
8 fogos Achada P. Cruz	206 949,21	620 847,64	199 656,80	421 190,84	628 140,05
44 fogos Vargem	1 007 193,80	3 021 581,39	911 510,01	2 110 071,38	3 117 265,18
11 Fogos Faial e S. Jorge	229 485,61	688 456,83	207 684,45	480 772,38	710 257,99
100 fogos C.C. Freitas	2 017 731,54	6 055 975,62	1 705 766,65	4 350 208,97	6 367 940,51
10 fogos Santa Luzia	99 700,00				99 700,00
9 fogos Porto Moniz	152 141,95	456 425,83	126 277,66	330 148,17	482 290,12
40 fogos Palmeira	120 794,40				120 794,40
13 fogos Santa Cruz	363 835,82	1 091 507,43	294 706,73	796 800,70	1 160 636,52
32 fogos Santana	705 773,55	2 117 320,62	554 031,63	1 563 288,99	2 269 062,54
40 fogos Arcebispo	155 136,26				155 136,26
50 fogos Engenho Velho	1 327 310,02	3 981 930,07	949 025,73	3 032 904,34	4 360 214,36
30 fogos Quitéria Park	920 613,64	2 761 840,89	658 238,51	2 103 602,38	3 024 216,02
9 fogos Assomada Park	241 354,44	724 063,30	167 741,49	556 321,81	797 676,25
4 fogos Matas Porto Santo	23 978,68				23 978,68
37 fogos S. Gonçalo	728 042,30				728 042,30
25 fogos Machico Park	619 040,59	1 857 121,72	399 280,91	1 457 840,81	2 076 881,40
12 fogos Vale Machico	285 991,55	857 974,56	178 744,83	679 229,73	965 221,28
11 fogos P.Moniz	255 370,41	766 111,20	159 606,07	606 505,13	861 875,54
7 fogos Achada P. Cruz	193 133,46	579 400,39	115 880,20	463 520,19	656 653,65
2 fogos Assomada e Colinas	57 871,74	0,00	0,00	0,00	57 871,74
1 fogo Colinas Park	26 511,54	0,00	0,00	0,00	26 511,54
15 fogos Quinta Bean	350 604,01	0,00	0,00	0,00	350 604,01
11 fogos Colinas park	198 833,50	0,00	0,00	0,00	198 833,50
7 fogos Jardim Serra	48 943,32	553 512,35	0,00	0,00	48 943,32
TOTAL	**11 772 667,12**	**28 560 857,31**	**7 453 835,10**	**20 553 509,86**	**32 326 176,98**

Os ativos fixos tangíveis são depreciados, de acordo, com método das quotas constantes e por duodécimos a partir da data de início de utilização dos bens e as taxas calculadas para que o valor do imobilizado seja depreciado durante a sua vida útil estimada.

5.5.6 Locações

Nada a referir.

5.5.7 Custos de empréstimos obtidos

Em 2022 e 2021, a situação dos financiamentos obtidos é detalhada conforme se segue:

	Entidade financiadora	2022 Montante em dívida Corrente	2022 Montante em dívida Não corrente	2021 Montante em dívida Corrente	2021 Montante em dívida Não corrente	Vencimento	Tipo de amortização
Cartão Crédito:							
IGCP	IGCP	231,19	-	109,28	-	-	-
Outros empréstimos obtidos:							
12 fogos Nova Cidade	IHRU	14 715,61	104 482,17	15 309,42	119 197,78	Mar - 2030	6 meses
11 fogos Igreja e 10 Feiteira do Nu	IHRU	29 945,00	243 959,09	31 198,98	273 904,09	Abr - 2031	6 meses
8 fogos Tranqual	IHRU	10 395,75	84 693,13	10 831,07	95 088,88	Abr - 2031	6 meses
25 fogos Jardim da Serra	IHRU	25 987,52	226 190,79	27 190,90	252 178,31	Set - 2031	6 meses
12 fogos Pomar Boaventura	IHRU	11 360,02	99 184,98	11 895,55	110 545,00	Set - 2031	6 meses
40 fogos Torre Machico	IHRU	53 182,95	450 272,13	55 382,67	503 455,08	Out - 2031	6 meses
8 fogos Achada Porto da Cruz	IHRU	11 481,50	102 297,47	11 995,64	113 755,28	Mai - 2032	6 meses
44 fogos Vargem São Martinho	IHRU	64 589,91	613 621,25	67 523,30	678 211,16	Dez - 2032	6 meses
56 fogos Covas Faial	IHRU	14 941,27	141 945,98	15 619,82	156 887,25	Dez - 2032	6 meses
100 fogos Estr. Com. C. Freitas	IHRU	115 559,03	1 255 431,39	122 042,19	1 370 459,79	Dez - 2033	6 meses
10 fogos Santa Luzia	IHRU	7 950,74	78 475,70	8 247,66	86 426,34	Jan - 2033	6 meses
9 fogos Santa Porto Moniz	IHRU	9 550,60	108 622,90	10 055,34	118 167,46	Mar - 2034	6 meses
1ª fase recuperação Palmeira	IHRU	27 380,49	344 394,41	-	400 447,57	Jul - 2035	6 meses
13 fogos Assomada Santa Cruz	IHRU	23 109,73	271 724,04	24 023,86	294 833,48	Jul - 2034	6 meses
32 fogos Santana	IHRU	43 771,11	533 524,55	46 416,37	577 074,82	Dez -2034	6 meses
40 fogos Arcebispo	IHRU	47 221,36	633 396,22	50 375,99	680 357,77	Dez - 2035	6 meses
50 fogos Eng.Velho e 30Quitéria	IHRU	133 590,58	1 851 002,47	141 237,07	1 984 616,14	Fev - 2036	6 meses
9 fogos Assomada Park	IHRU	14 207,08	199 372,37	15 201,77	213 498,01	Jun - 2036	6 meses
4 fogos Matas - Porto Santo	IHRU	3 827,35	52 116,50	4 070,79	55 944,50	Ago - 2035	6 meses
37 fogos S. Gonçalo	IHRU	44 158,35	648 671,77	48 454,32	692 759,30	Out - 2036	6 meses
25 fogos Machico Park	IHRU	41 512,44	726 305,02	47 781,30	767 691,22	Abr - 2037	6 meses
12 fogos Vale Machico	IHRU	19 912,58	341 404,72	21 674,61	361 316,74	Jul - 2037	6 meses
11 fogos Porto Moniz	IHRU	17 453,30	305 111,25	19 335,07	322 570,48	Ago - 2037	6 meses
7 fogos Achada Porto Cruz	IHRU	12 769,62	230 972,75	14 615,53	243 595,68	Dez - 2037	6 meses
5 fogos Machico Torre	IHRU	5 545,88	100 311,93	6 347,55	105 794,11	Dez - 2037	6 meses
2 fogos Assomada e Colinas	IHRU	3 784,16	71 524,10	4 355,43	75 263,06	Jun - 2038	6 meses
1 fogo Colinas Park II	IHRU	1 711,35	32 345,91	1 969,69	34 036,82	Jun - 2038	6 meses
1 fogo Curral Seara Velha	IHRU	5 653,10	97 133,34	6 072,59	102 787,41	Ago - 2038	6 meses
15 fogos Quinta Bean	IHRU	22 597,96	445 804,98	26 155,55	468 122,47	Dez - 2038	6 meses
11 fogos - Colinas Park	IHRU	8 962,23	191 994,65	10 490,63	200 837,17	Dez - 2039	6 meses
7 fogos - Jardim Serra	IHRU	10 058,83	213 243,89	11 657,16	223 169,69	Dez - 2039	6 meses
		856 887,40	10 799 531,85	887 527,82	11 682 992,86		
TOTAL		**857 118,59**	**10 799 531,85**	**887 637,10**	**11 682 992,86**		

Os financiamentos obtidos junto do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) são destinados ao financiamento de compra ou construção de empreendimentos habitacionais. Os mesmos vencem juros, postecipadamente, no final de cada período de 6 meses e proporcionam uma bonificação de 60% da taxa contratual para os empréstimos contratualizados até 2011, para os empréstimos contratualizados em 2012 a bonificação é de 1/3, nos termos do PROHABITA, conforme Portaria nº 1149/2001, de 29 de setembro, e da Portaria nº 502/2003, de 26 de junho.

Os gastos com os empréstimos obtidos, em 2022 e 2021, foram os seguintes:

	2022			2021		
	Gastos suportados			Gastos suportados		
	Total	Outros gastos	Juros	Total	Outros gastos	Juros
Outros empréstimos obtidos IHRU:						
12 fogos Nova Cidade	1 293,73	-	1 293,73	1 310,77	-	1 310,77
11 fogos Igreja e 10 Feiteira do Nuno	2 378,93	-	2 378,93	2 185,69	-	2 185,69
8 fogos Tranqual	825,88	-	825,88	758,79	-	758,79
25 fogos Jardim da Serra	1 983,31	-	1 983,31	1 882,60	-	1 882,60
12 fogos Pomar Boaventura	915,61	-	915,61	876,02	-	876,02
40 fogos Torre Machico	1 792,19	-	1 792,19	1 177,84	-	1 177,84
8 fogos Achada Porto da Cruz	168,91	-	168,91	-	-	-
44 fogos Vargem São Martinho	785,70	-	785,70	647,31	-	647,31
56 fogos Covas Faial	181,76	-	181,76	149,71	-	149,71
100 fogos Estr. Com. C. Freitas	6 570,26	-	6 570,26	5 673,29	-	5 673,29
10 fogos Santa Luzia	89,35	-	89,35	7,26	-	7,26
9 fogos Santa Porto Moniz	641,81	-	641,81	470,00	-	470,00
1ª fase recuperação Palmeira	421,54	-	421,54	14,62	-	14,62
13 fogos Assomada Santa Cruz	1 403,48	-	1 403,48	1 162,43	-	1 162,43
32 fogos Santana	3 829,70	-	3 829,70	3 689,30	-	3 689,30
40 fogos Arcebispo	4 682,84	-	4 682,84	4 297,80	-	4 297,80
50 fogos Eng.Velho e 30Quitéria	14 151,12	-	14 151,12	12 107,68	-	12 107,68
9 fogos Assomada Park	1 421,18	-	1 421,18	1 343,33	-	1 343,33
4 fogos Matas - Porto Santo	542,60	-	542,60	486,62	-	486,62
37 fogos S. Gonçalo	7 195,10	-	7 195,10	6 084,86	-	6 084,86
25 fogos Machico Park	12 857,54	-	12 857,54	11 138,13	-	11 138,13
12 fogos Vale Machico	5 518,72	-	5 518,72	5 166,07	-	5 166,07
11 fogos Porto Moniz	5 085,97	-	5 085,97	4 632,71	-	4 632,71
7 fogos Achada Porto Cruz	3 785,31	-	3 785,31	3 581,49	-	3 581,49
5 fogos Machico Torre	1 643,97	-	1 643,97	1 555,43	-	1 555,43
2 fogos Assomada e Colinas	1 167,93	-	1 167,93	1 102,46	-	1 102,46
1 fogo Colinas Park II	528,18	-	528,18	498,57	-	498,57
1 fogo Curral Seara Velha	806,82	-	806,82	740,34	-	740,34
11 fogos - Colinas Park	7 028,88	-	7 028,88	6 377,81	-	6 377,81
15 fogos Quinta Bean	3 288,84	-	3 288,84	2 872,30	-	2 872,30
7 fogos - Jardim Serra	3 329,86	-	3 329,86	3 240,13	-	3 240,13
	96 317,02	-	96 317,02	85 231,36	-	85 231,36
TOTAL	**96 317,02**	**-**	**96 317,02**	**85 231,36**	**-**	**85 231,36**

5.5.8 Propriedades de investimento

Nada a referir.

5.5.9 Imparidade de ativos

Em 2022 e 2021 os créditos a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2022			2021		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não correntes:						
Clientes	-	-	-	-	-	-
Devedores por empréstimos bonificados						
Devedor PRID	3 520 554,93	(336 375,40)	3 184 179,53	3 265 584,38	(334 238,67)	2 931 345,71
Outros créditos a receber						
Outros devedores diversos	3 201 639,98	-	3 201 639,98	3 775 930,54	-	3 775 930,54
	6 722 194,91	(336 375,40)	6 385 819,51	7 041 514,92	(334 238,67)	6 707 276,25
Correntes:						
Clientes	15 298 030,93	(13 995 101,60)	1 302 929,33	14 585 179,86	(13 208 459,12)	1 376 720,74
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	595 864,68	(29 307,10)	566 557,58	-	-	-
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis						
Devedor PRID	1 349 943,27	(735 845,69)	614 097,58	1 488 981,64	(736 668,97)	752 312,67
Devedor RAVP	3 607,62	(3 597,62)	10,00	3 751,43	(3 741,43)	10,00
	1 353 550,89	(739 443,31)	614 107,58	1 492 733,07	(740 410,40)	752 322,67
Outros créditos a receber						
Adiantamentos a fornecedores de investimento	3 205 827,80	-	3 205 827,80	2 662 871,40	-	2 662 871,40
Adiantamentos a fornecedores	1 124,61	-	1 124,61	-	-	-
Outros devedores diversos	596 550,34	-	596 550,34	622 066,55	-	622 066,55
Dev. Acresc. Rendimento	1 500,00	-	1 500,00	7 840,02	-	7 840,02
	3 805 002,75	-	3 805 002,75	3 292 777,97	-	3 292 777,97
	21 052 449,25	(14 763 852,01)	6 288 597,24	19 370 690,90	(13 948 869,52)	5 421 821,38
	27 774 644,16	(15 100 227,41)	12 674 416,75	26 412 205,82	(14 283 108,19)	12 129 097,63

No decurso do exercício, foram reconhecidas perdas por imparidade/reversões de perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber no montante de 817.119,22€ em 2022 e 169.705,89€ em 2021, conforme descriminado no seguinte mapa:

	2022				2021			
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Imparidade de terceiros:								
De clientes	13 208 459,12	895 545,48	(108 903,00)	13 995 101,60	13 247 803,11	137 834,00	(177 177,99)	13 208 459,12
De devedores por empréstimos bonificados	1 074 649,07	126 230,63	(95 753,89)	1 105 125,81	1 205 010,97	27 386,84	(157 748,74)	1 074 649,07
	14 283 108,19	1 021 776,11	(204 656,89)	15 100 227,41	14 452 814,08	165 220,84	(334 926,73)	14 283 108,19

5.5.10 Inventários

Nada a referir.

5.5.11 Agricultura

Nada a referir.

5.5.12 Contratos de construção

Nada a referir.

5.5.13 Rendimentos de transações com Contraprestação

Em 2022 e 2021, os rendimentos provenientes de transações com contraprestação (NCP 13) que englobam os rendimentos da rubrica de prestação de serviços e as respetivas correções de períodos anteriores, apresentavam a seguinte composição:

	2022	2021
Prestações de serviços e concessões		
Arrendamento		
Habitações	3 965 824,93	1 994 721,01
Edifícios - Comerciais	261 348,99	89 862,44
Edifícios - Não comerciais	247 639,07	110 300,03
Canon Superficiário	88 576,45	44 250,11
Logradouros	22 746,14	9 440,25
Poiso/Cáritas	3 436,40	1 650,00
Hortas Urbanas	2 769,01	1 140,00
Total rendimentos de transações com contraprestação	**4 592 340,99**	**2 251 363,84**

Deste cômputo global, a desagregação entre rendimentos do próprio ano e correções de anos anteriores é a seguinte:

	2022	2021
Prestações de serviços e concessões		
Arrendamento		
Habitações	3 912 284,28	1 987 958,88
Edifícios - Comerciais	261 348,99	89 862,44
Edifícios - Não comerciais	247 639,07	110 300,03
Canon Superficiário	88 576,45	44 250,11
Logradouros	22 746,14	9 440,25
Poiso/Cáritas	3 436,40	1 650,00
Hortas Urbanas	2 769,01	1 140,00
Total rendimentos do próprio ano	**4 538 800,34**	**2 244 601,71**

	2022	2021
Prestações de serviços e concessões		
Arrendamento		
Habitações	53 540,65	6 762,13
Edifícios - Comerciais	-	-
Edifícios - Não comerciais	-	-
Canon Superficiário	-	-
Logradouros	-	-
Poiso/Cáritas	-	-
Hortas Urbanas	-	-
Total correções de períodos anteriores	**53 540,65**	**6 762,13**

5.5.14 Rendimentos de transações sem Contraprestação

No que concerne os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação (NCP 14), os rendimentos desta natureza apresentavam a seguinte composição em 2022 e em 2021:

	2022	2021
Impostos, contribuições e taxas		
Taxas, multas e outras penalidades		
Multas e outras penalidades		
Multas	160 143,81	79 247,89
Juros de mora	16 919,35	15 679,47
Juros legais	12 174,78	73 910,91
Total impostos, contribuições e taxas	189 237,94	168 838,27
Transferências e subsídios correntes obtidos		
Contratos-Programa	5 650 574,08	7 516 281,18
Outros subsídios	842,36	10 464,54
	5 651 416,44	7 526 745,72
Imputação de subsídios ao investimento	2 107 686,70	2 212 310,79
Total rendimentos de transações sem contraprestação	**7 948 341,08**	**9 907 894,78**

Os rendimentos relativos a transferências e subsídios correntes obtidos decorrem principalmente de contratos-programa celebrados entre a IHM, EPERAM e a Região Autónoma da Madeira, através da Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas.

	2022	2021
Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas	5 640 723,19	7 507 283,95
Instituto de Desenvolvimento Regional	-	-
Instituto de Emprego da Madeira	10 693,25	19 461,77
Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana	-	-
	5 651 416,44	**7 526 745,72**

Conforme referido previamente, os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

A proveniência do subsídio alvo de imputação, em 2022 e 2021, é a seguinte:

	2022	2021
Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas	1 556 044,84	1 664 654,76
Instituto de Desenvolvimento Regional	83 332,93	79 310,25
Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana	468 308,93	468 345,78
	2 107 686,70	**2 212 310,79**

Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios de entidades públicas apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Os subsídios não relacionados com ativos são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis, conforme determinado pela NCP 14, ou, caso se realizem entre a data de relato e a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras, acrescidos ao exercício anterior, nos termos definidos na NCP 17.

Durante o exercício findo em 2022, a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

	Subsidios do Estado			
	Saldo Inicial	Valor recebido	Imputação resultado	Saldo final
Subsídios relacionados com ativos/ao investimento:				
Ativos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	3 431 220,31	67 477,36	361 459,63	3 137 238,04
Edíficios e outras construções	47 438 348,04	4 951 936,20	2 107 686,70	50 282 597,54
	50 869 568,35	5 019 413,56	2 469 146,33	53 419 835,58
Outros instrumentos de capital próprio				
Subsídios relacionados com amortização de dívida:				
Contratos-Programa	29 810 347,51	787 517,28	0,00	30 597 864,79
	29 810 347,51	787 517,28	0,00	30 597 864,79
Subsídios relacionados com rendimentos à exploração:				
Contratos-Programa	732 155,06	2 811 196,88	2 541 957,29	1 001 394,65
Indemnizações compensatórias	0,00	3 000 000,00	3 098 765,90	-98 765,90
Centro de emprego e formação profissional	-6 340,02	13 453,38	10 693,25	-3 579,89
Fundo apoio à Reconstrução	18 381,95	-18 381,95	0,00	0,00
Fundo Apoio Campanha Juntos pela Madeira	1 319 326,69	-1 319 326,69	0,00	0,00
FSUE - IDR - Fundo de Solidariedade da União Europeia	0,00	0,00	0,00	0,00
	2 063 523,68	4 486 941,62	5 651 416,44	899 048,86
	52 933 092,03	9 506 355,18	8 120 562,77	54 318 884,44

Os subsídios para amortização da dívida têm como objetivo a comparticipação dos encargos financeiros associados aos empréstimos obtidos junto da banca, em 2005 e 2006, e do IHRU.

O subsídio para apoio a particulares visa a comparticipação das obras de recuperação e ou beneficiação ao abrigo do Programa para recuperação de Imóveis degradados (PRID).

Os subsídios à exploração no âmbito das indemnizações compensatórias visam compensar a empresa pelas obrigações sociais que desenvolve, por natureza deficitária.

Os subsídios ao investimento estão relacionados com ativos fixos tangíveis em curso, dado ainda não ter sido reconhecido qualquer rédito.

5.5.15 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Nada a referir.

5.5.16 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não existem saldos em moeda estrangeira, quer a 31 de dezembro de 2022, quer a 31 de dezembro de 2021.

5.5.17 Acontecimentos após a data de relato

Nada a referir.

5.5.18 Instrumentos financeiros

Clientes e outros créditos a receber

Em 2022 e 2021 os créditos a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2022			2021		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não correntes:						
Clientes	-	-	-	-	-	-
Devedores por empréstimos bonificados						
Devedor PRID	3 520 554,93	(336 375,40)	3 184 179,53	3 265 584,38	(334 238,67)	2 931 345,71
Outros créditos a receber						
Outros devedores diversos	3 201 639,98	-	3 201 639,98	3 775 930,54	-	3 775 930,54
	6 722 194,91	(336 375,40)	6 385 819,51	7 041 514,92	(334 238,67)	6 707 276,25
Correntes:						
Clientes	15 298 030,93	(13 995 101,60)	1 302 929,33	14 585 179,86	(13 208 459,12)	1 376 720,74
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	595 864,68	(29 307,10)	566 557,58	-	-	-
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis						
Devedor PRID	1 349 943,27	(735 845,69)	614 097,58	1 488 981,64	(736 668,97)	752 312,67
Devedor RAVP	3 607,62	(3 597,62)	10,00	3 751,43	(3 741,43)	10,00
	1 353 550,89	(739 443,31)	614 107,58	1 492 733,07	(740 410,40)	752 322,67
Outros créditos a receber						
Adiantamentos a fornecedores de investimento	3 205 827,80	-	3 205 827,80	2 662 871,40	-	2 662 871,40
Adiantamentos a fornecedores	1 124,61	-	1 124,61	-	-	-
Outros devedores diversos	596 550,34	-	596 550,34	622 066,55	-	622 066,55
Dev. Acresc. Rendimento	1 500,00	-	1 500,00	7 840,02	-	7 840,02
	3 805 002,75	-	3 805 002,75	3 292 777,97	-	3 292 777,97
	21 052 449,25	(14 763 852,01)	6 288 597,24	19 370 690,90	(13 948 869,52)	5 421 821,38
	27 774 644,16	(15 100 227,41)	12 674 416,75	26 412 205,82	(14 283 108,19)	12 129 097,63

Nos devedores PRID incluem-se os valores de empréstimos concedidos aos mutuários e que se encontram por amortizar, estando decompostos da seguinte forma:

	2 022	2 021
Empr. Concedidos PRID:		
Não correntes	2 880 804,19	2 731 004,16
Não encerrados	639 750,74	534 580,22
Correntes	351 262,90	488 734,29
	3 871 817,83	3 754 318,67

Devido ao carácter social do apoio e à existência de uma componente mensal a fundo perdido, de acordo com os rendimentos da família, parte deste ativo pode vir a ser transformado em gasto.

Fornecedores e outros passivos financeiros

As rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos financeiros" apresentavam a seguinte composição:

	2022	2021
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	220 923,42	182 210,16
Fornecedores, títulos a pagar	-	-
Fornecedores, fact. em receção e conferência	-	-
	220 923,42	182 210,16
Fornecedores de investimento		
Fornecedores de investimento - Corrente	55 947,01	127 825,23
Fornecedores de investimento - Não corrente	11 947 636,61	11 752 330,51
	12 003 583,62	11 880 155,74
Outros passivos financeiros		
Financiamentos obtidos - Corrente	857 118,59	887 637,10
Financiamentos obtidos - Não corrente	10 799 531,85	11 682 992,86
	11 656 650,44	12 570 629,96
	23 881 157,48	24 632 995,86

Outras dívidas a pagar

Em 2022 e 2021, a rubrica "Outras dividas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	2022		2021	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Outras dívidas a pagar:				
Resolúveis				
Amortização	82 268,87	-	77 892,92	-
Juros	134 779,53	-	133 422,04	-
Seguro	30 695,52	-	29 841,04	-
Administração	14 606,80	-	14 262,03	-
	262 350,72	-	255 418,03	-
Credores diversos				
Sindicatos	-	-	-	-
Imposto associado a subsídios	-	7 370 322,93	-	6 952 218,24
Retenção vencimentos	-	-	-	-
Outros diversos	25,76	-	25,76	-
	25,76	7 370 322,93	25,76	6 952 218,24
Pessoal	-	-	-	-
Outros credores por transferências e subsídios	17 356 315,10	-	-	-
Devedores por acrescimos gastos:				
Remunerações a liquidar	625 391,81	-	529 400,00	-
Juros a liquidar	27 552,02	-	15 440,98	-
FSE	11 289,58	-	-	-
IMI e outros gastos e perdas	87 476,32	-	72 539,05	-
Outros gastos de financiamento	-	-	-	-
Investimentos	2 131,00	-	2 131,00	-
Outros	-	-	-	-
	753 840,73	-	619 511,03	-
	18 372 532,31	7 370 322,93	874 954,82	6 952 218,24

Os empréstimos resolúveis refletem as prestações recebidas dos potenciais compradores de habitações em regime de propriedade resolúvel, que se encontram relevadas nos ativos fixos tangíveis pelo valor líquido 176.964,23€, em 2022, e de 181.206,09€, em 2021.

Estado e outros entes públicos

Em 2022 e 2021 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamentos por conta	8 524,00	-	17 302,00	-
Estimativa de imposto		6 695,81		9 479,31
Imposto a Recuperar	-		-	
Retenção na Fonte	-	1 299,85	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-		-	
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-	-	-
Contribuições para a Segurança Social	-	-	-	-
Outros Impostos	-	-	-	-
	8 524,00	7 995,66	17 302,00	9 479,31

5.5.19 Benefícios dos empregados

A rubrica de "Gastos com o pessoal" em 2022 e 2021 é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
Gastos com o pessoal		
Remunerações dos órgãos sociais	273 399,65	288 311,96
Remunerações do pessoal	3 751 807,03	3 244 697,99
Indemnizações	1 748,52	4 441,88
Encargos sobre remunerações	893 252,15	783 499,78
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	-	27 133,95
Gastos de ação social	-	149,90
Outros gastos com o pessoal	16 853,01	9 074,94
Outros encargos sociais	6 816,02	2 147,68
	4 943 876,38	4 359 458,08

A estrutura dos recursos humanos a desempenhar funções na IHM, EPERAM em 2022 e 2021 apresentava-se da seguinte forma:

	2022	2021
Estrutura dos Recursos Humanos		
N.º Total Recursos Humanos (O.S. + Cargos de Direção + Trabalhadores)	182	166
N.º de Orgãos Sociais (O.S.)	5	5
N.º Cargo de direção sem O.S.	21	19
N.º trabalhadores sem O.S. e sem cargos de Direção	156	142

5.5.20 Divulgações de partes relacionadas

Nada a referir.

5.5.21 Relato por segmentos

Nada a referir.

5.5.22 Interesses em outras entidades

Nada a referir.

5.5.23 Outras divulgações

5.5.23.1 Diferimentos Ativos

Em 2022 e 2021 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2022	2021
Diferimentos Ativos		
Trabalhos especializados	2 337,55	0,00
Vigilância e segurança	0,00	0,00
Conservação e reparação	0,00	0,00
Materiais	4 179,89	2 329,89
Seguros	15 241,30	4 250,01
Licenciamento software	0,00	6 790,33
Imposto selo	10 190,50	11 265,38
Subsídios concedidos	7 893,19	7 893,19
Relativos a juros de mora	0,00	0,00
Relativos a financiamentos obtidos	0,00	0,00
	39 842,43	32 528,80

5.5.23.2 Instrumentos de capital próprio

O capital encontra-se totalmente subscrito e é detido integralmente pela Região Autónoma da Madeira. Em 2022, não ocorreu qualquer alteração ao valor do capital social da empresa.

No decurso do exercício de 2022, as outras reservas apresentaram o seguinte movimento:

		Outras reservas		
	Reservas legais	Reserva estatutária	Reservas de constituição	Total outras reservas
Quantia em 01-01-2021	72 714,91	18 961,36	141 252 128,19	141 271 089,55
Reforço	-	-	-	-
Anulação	-	-	-	-
				-
Quantia em 31-12-2021	72 714,91	18 961,36	141 252 128,19	141 271 089,55
Reforço	-	-	-	-
Anulação	-	-	-	-
				-
Quantia em 31-12-2022	72 714,91	18 961,36	141 252 128,19	141 271 089,55

As reservas de constituição representam os ativos líquidos transferidos do Instituto de Habitação da Madeira, aquando da criação da IHM, EPERAM em 2004.

Em 2022, a rubrica de resultados transitados sofreu o seguinte movimento:

	Resultados transitados	
	2 022	2 021
Saldo Inicial	(45 056 713,70)	(42 395 976,23)
Aplicação do resultado	(2 840 281,99)	(2 660 737,47)
Cobertura de prejuizos	-	-
Saldo final	(47 896 995,69)	(45 056 713,70)

5.5.23.3 Diferimentos Passivos

Em 2022 e 2021, as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2022	2021
Diferimentos Passivos		
Prestações serviços - habitacionais	319 367,99	334 055,84
Prestações serviços - comerciais	48 583,21	48 837,33
Prestações serviços - canon superficiário	4 643,91	4 712,57
Prestações serviços - logradouros	3 830,31	3 784,24
Prestações serviços - Não comerciais	20 275,02	22 072,65
Prestações serviços - Poiso/Caritas	309,10	275,00
Subsídio à exploração	1 028 946,67	2 069 863,70
Donativos	225 890,94	225 890,94
Outros	1 175,81	1 175,81
	1 653 022,96	2 710 668,08

5.5.23.4 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos", em 2022 e 2021, está detalhada conforme se segue:

	2022	2021
Trabalhos especializados	236 441,90	120 768,92
Publicidade e propaganda	6 676,54	14 340,55
Vigilância e segurança	23 408,00	30 686,75
Honorários	36 255,72	40 757,40
Conservação e reparação	1 159 486,28	1 235 277,08
Serviços bancários	-	-
Outros	1 495,44	1 902,17
Materiais	30 799,23	21 346,77
Energia e fluídos	174 067,73	158 291,15
Deslocações, estadas e transportes	878,02	587,48
Rendas e alugueres	1 506 484,20	1 508 978,42
Comunicação	22 378,33	32 871,27
Seguros	39 212,53	5 790,21
Contencioso e notariado	5 267,41	8 920,51
Despesas de representação	271,20	-
Limpeza, higiene e conforto	11 312,76	6 075,19
Outros serviços	301 052,91	293 010,82
	3 555 488,20	3 479 604,69

Da verba correspondente à conservação e reparação, 80,27% corresponde às grandes empreitadas de conservação:

	2022	2021
Conservação e reparação		
Empreitadas de conservação e reparação	930 762,72	575 956,47
Conservação e reparação de elevadores	109 666,89	78 865,74
Material diverso de conservação e rep.	2 484,64	11 469,07
Conservação e rep.condomínio	-	-
Conservação e rep. edifícios alheios	-	-
Conservação e rep. Poiso/Caritas	-	-
Conservação e rep.equipamento básico	225,70	-
Conservação e rep. Equip.de transporte	6 861,29	14 069,09
Conservação e rep.Equip. administrativo	3 612,91	5 687,76
Outros gastos de conservação e reparação	105 872,13	549 228,95
	1 159 486,28	1 235 277,08

Relativamente às rendas e alugueres, cerca de 97,16% do total da rubrica corresponde às rendas de imóveis arrendados a senhorios que, por sua vez, são subarrendados em habitação social.

	2022	2021
Rendas e alugueres		
Subarrendamento de imóveis	1 364 165,80	1 332 483,97
Rendas da Loja do Cidadão	23 829,00	23 829,00
Rendas Incêndios 2016	99 486,30	135 588,86
Aluguer de máquinas de fotocópias	19 003,10	17 076,59
Aluguer de outros equipamentos	-	-
	1 506 484,20	1 508 978,42

5.5.23.5 Transferências e subsídios concedidos e prestações sociais

A decomposição da rubrica de "Transferências e subsídios concedidos", em 2022 e 2021, apresentava-se da seguinte forma:

	2022	2021
Transferências e subsídios concedidos		
Regime de apoio a desempregados	195 996,02	272 699,26
PRID Temporal/Incêndios	41 033,43	345 209,88
Programa PRAHABITAR	542 015,00	361 556,00
Outros	35 531,02	22 874,44
	814 575,47	1 002 339,58
Prestações sociais concedidas		
PRID - Amortização subsidiada	185 661,99	207 543,73
	1 000 237,46	1 209 883,31

5.5.23.6 Outros rendimentos

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos", em 2022 e 2021, apresentava-se conforme se segue:

	2022	2021
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	148 822,99	6 073,29
Outros:		
Correções do período anterior	59 566,29	40 723,78
Excesso de estimativa para impostos	-	-
Imputação de subsídios ao investimento	2 107 686,70	2 212 310,79
Restituição de impostos	793,78	1 278,00
Donativos	-	-
Multas	158 935,99	78 682,24
Juros mora	16 919,35	15 679,47
Juros legais	12 174,78	73 910,91
Juros resolúveis	-	-
Atualização capital de empréstimos concedidos	-	-
Restituição de subsídios concedidos	10 261,94	10 715,12
Outros diversos	-	943,98
	2 515 161,82	2 440 317,58

As correções do período anterior correspondem às seguintes situações:

Correções do perído anterior:	2022	2021
Reposições não abatidas aos pagamentos	-	-
Prestação de serviços	57 363,68	6 762,13
Multas de clientes	1 207,82	565,65
Fornecimentos e Serviços externos	230,00	-
Gastos com pessoal	162,92	33 396,00
Impostos	601,87	-
Juros Mora	-	-
	59 566,29	40 723,78

O valor em multas corresponde ao montante faturado aos inquilinos por atraso de pagamento da renda, está subdividido da seguinte forma:

Multas:	2022	2021
Habitações	135 932,81	71 535,28
Edifícios	23 003,18	6 945,08
Canons	-	201,88
Logradouros	-	-
	158 935,99	78 682,24

5.5.23.7 Outros gastos

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas", em 2022 e 2021, apresentava-se da seguinte forma:

	2022	2021
Impostos	184 137,55	150 088,44
Dívidas incobraveis	60 263,52	99 487,46
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Outros		
Correções do Período anterior	349 553,30	765 915,39
Quotizações	-	-
Insuficiência da estimativa de impostos	-	-
Multas e penalidades	-	-
Outros	20 676,34	11 202,40
Juros mora	-	-
	614 630,71	1 026 693,69

Os impostos compreendem o seguinte:

	2022	2021
Impostos		
Impostos Municipal Imóveis - IMI	180 526,75	138 601,57
Imposto selo Empréstimos obtidos bancários	1 074,88	8 794,54
Imposto selo - outros	485,88	1 015,40
Impostos indiretos	-	-
Taxas	101,80	80,00
Imposto único de circulação	1 948,24	1 596,93
	184 137,55	150 088,44

As correções relativas a períodos anteriores, em 2022 e 2021, foram as seguintes:

	2022	2021
Correções do período anterior		
De Fornecimentos Serviços Externos	76 778,57	10 950,22
De Gastos com o pessoal	85 427,05	4 633,72
De gastos e perdas financeiras	-	-
De impostos	10 305,79	36 064,29
De prestações de serviços	110 642,58	692 836,78
De multas de clientes	66 399,31	21 430,38
	349 553,30	765 915,39

5.5.23.8 Depreciações

A decomposição da rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização", em 2022 e 2021, era a seguinte:

	2022	2021
Ativos fixos tangíveis :		
Gastos	5 272 499,64	5 520 257,81
Reversões	(181 943,71)	(544 501,16)
	5 090 555,93	4 975 756,65

5.5.23.9 Juros e rendimentos similares obtidos

Os rendimentos e ganhos de financiamento reconhecimentos, em 2022 e 2021, estão detalhados conforme se segue:

	2 022	2 021
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	-	-
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	-	-
Outros financiamentos concedidos	-	-
Outros	5 388,69	12 037,17
	5 388,69	12 037,17
Dividendos obtidos		
Aplicações em meios financeiros líquidos	-	-
Outras entidades	-	-
	-	-
Outros rendimentos similares		
	5 388,69	12 037,17

5.5.23.10 Juros e gastos similares suportados

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos, em 2022 e 2021, estão detalhados conforme se segue:

	2022	2021
Juros suportados		
Financiamentos bancários	0,00	0,00
Locações financeiras	0,00	9 446,95
Empréstimos obrigacionistas	0,00	0,00
Outros financiamentos	96 317,02	85 231,36
Outros juros	9 415,36	8 011,24
	105 732,38	102 689,55
Outros gastos de financiamento		
Comissões	69,57	3 376,96
Cobertura de juros	0,00	0,00
Outros	377 249,81	66 747,82
	377 319,38	70 124,78
	483 051,76	172 814,33

5.5.23.11 Impostos sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em

que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2018 a 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Não foram calculados impostos diferidos sobre prejuízos fiscais porque não é estimável a sua recuperação.

Impostos diferidos

A IHM, EPERAM procedeu ao registo de Impostos Diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor Contabilístico dos Ativos e Passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 25 – Impostos sobre o rendimento – do Sistema de Normalização Contabilística, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 2022 e 2021 foi como se segue:

	2022		2021	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	-	**504 389,34**	-	**328 966,51**
Efeitos em resultados:				
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Clientes	-	-	-	-
Devedores	-	-	-	-
Subsídios ao investimento				
Investimento depreciável	-	-		-
Investimento não depreciável	-	(43 215,43)		175 422,83
	-	(43 215,43)	-	175 422,83
Efeitos em reservas:				
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Clientes	-	-	-	-
Devedores	-	-	-	-
Diferenças derivadas de subsídios ao investimento:				
Investimento depreciável	-	-	-	-
Investimento não depreciável	-	-	-	-
	-	-	-	-
Outros				
	-	-	-	-
Saldo final	-	**461 173,91**	-	**504 389,34**

5.5.23.12 Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Para o período findo em 31 de dezembro de 2022, os valores dos serviços de revisão legal de contas totalizam 14.863,44€ (IVA incluído).

Em cumprimento do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 534 e do art. 21.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 411/91, declaramos que a empresa apresenta uma situação regularizada perante a Segurança Social e perante o Setor Público Estatal.

O Contabilista certificado n.º 16572 O Conselho de Administração

6 Demonstrações Orçamentais

6.1 Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Euros

Rubrica	Designação	Orçamento t			Plano orçamental plurianual
		Períodos anteriores	Período	Soma	t+1
	Receita corrente	**- €**	**12 682 541,00 €**	**12 682 541,00 €**	**14 461 794,00 €**
R1	**Receita fiscal**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**
R1.1	Impostos diretos	- €	- €	- €	- €
R1.2	Impostos indiretos	- €	- €	- €	- €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	- €	- €	- €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	- €	111 000,00 €	111 000,00 €	65 000,00 €
R4	Rendimentos de propriedade	- €	5 199,00 €	5 199,00 €	5 000,00 €
R5	**Transferências e subsídios correntes**	**- €**	**8 445 194,00 €**	**8 445 194,00 €**	**10 336 794,00 €**
R5.1	**Transferências correntes**	**- €**	**8 445 194,00 €**	**8 445 194,00 €**	**10 336 794,00 €**
R5.1.1	**Administrações Públicas**	**- €**	**7 234 495,00 €**	**7 234 495,00 €**	**7 832 075,00 €**
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.4	Administração Regional	- €	7 234 495,00 €	7 234 495,00 €	7 832 075,00 €
R5.1.1.5	Administração Local	- €	- €	- €	- €
R5.1.2	Exterior - EU	- €	1 210 699,00 €	1 210 699,00 €	2 504 719,00 €
R5.1.3	Outras	- €	- €	- €	- €
R5.2	Subsídios correntes	- €	- €	- €	- €
R6	Venda de bens e serviços	- €	4 116 148,00 €	4 116 148,00 €	4 050 000,00 €
R7	Outras receitas correntes	- €	5 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €
	Receita de capital	**- €**	**52 134 308,00 €**	**52 134 308,00 €**	**39 371 442,00 €**
R8	Venda de bens de investimento	- €	157 360,00 €	157 360,00 €	208 000,00 €
R9	**Transferências e subsídios de capital**	**- €**	**51 976 948,00 €**	**51 976 948,00 €**	**39 163 442,00 €**
R9.1	**Transferências de capital**	**- €**	**51 976 948,00 €**	**51 976 948,00 €**	**39 163 442,00 €**
R9.1.1	**Administrações Públicas**	**- €**	**7 525 152,00 €**	**7 525 152,00 €**	**13 428 421,00 €**
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.4	Administração Regional	- €	7 525 152,00 €	7 525 152,00 €	13 428 421,00 €
R9.1.1.5	Administração Local	- €	- €	- €	- €
R9.1.2	Exterior - EU	- €	44 451 796,00 €	44 451 796,00 €	25 735 021,00 €
R9.1.3	Outras	- €	- €	- €	- €
R9.2	Subsídios de capital	- €	- €	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	- €	- €	- €	- €
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos	- €	27 689,00 €	27 689,00 €	62 000,00 €
	Receita efetiva [1]	**- €**	**64 844 538,00 €**	**64 844 538,00 €**	**53 895 236,00 €**
	Receita não efetiva [2]	**- €**	**249 763,00 €**	**249 763,00 €**	**400 000,00 €**
R12	Receita com ativos financeiros	- €	249 763,00 €	249 763,00 €	400 000,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	- €	- €	- €	- €
	Receita total [3]=[1]+[2]	**- €**	**65 094 301,00 €**	**65 094 301,00 €**	**54 295 236,00 €**

Euros

Rubrica	Designação	Orçamento t			Plano orçamental plurianual
		Períodos anteriores	Período	Soma	t+1
	Despesa corrente	**3 930,00 €**	**13 097 223,00 €**	**13 101 153,00 €**	**15 075 194,00 €**
D1	**Despesas com o pessoal**	**- €**	**5 076 340,00 €**	**5 076 340,00 €**	**5 646 069,00 €**
D1.1	Remunerações certas e permanentes	- €	4 069 464,00 €	4 069 464,00 €	4 523 526,00 €
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	- €	38 719,00 €	38 719,00 €	42 355,00 €
D1.3	Segurança Social	- €	968 157,00 €	968 157,00 €	1 080 188,00 €
D2	Aquisição de bens e serviços	- €	6 349 233,00 €	6 349 233,00 €	6 974 260,00 €
D3	Juros e outros encargos	3 930,00 €	89 570,00 €	93 500,00 €	182 850,00 €
D4	**Transferências e subsídios correntes**	**- €**	**1 262 500,00 €**	**1 262 500,00 €**	**1 790 000,00 €**
D4.1	**Transferências correntes**	**- €**	**1 262 500,00 €**	**1 262 500,00 €**	**1 790 000,00 €**
D4.1.1	**Administrações Públicas**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**
D4.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.5	Administração Local	- €	- €	- €	- €
D4.1.2	Instituições sem fins lucrativos	- €	50 000,00 €	50 000,00 €	50 000,00 €
D4.1.3	Famílias	- €	1 212 500,00 €	1 212 500,00 €	1 740 000,00 €
D4.1.4	Outras	- €	- €	- €	- €
D4.2	Subsídios correntes	- €	- €	- €	- €
D5	Outras despesas correntes	- €	319 580,00 €	319 580,00 €	482 015,00 €
	Despesas de capital	**43 790,00 €**	**50 429 358,00 €**	**50 473 148,00 €**	**37 420 042,00 €**
D6	Aquisição de bens de capital	43 790,00 €	47 929 358,00 €	47 973 148,00 €	35 560 042,00 €
D7	**Transferências e subsídios de capital**	**- €**	**2 500 000,00 €**	**2 500 000,00 €**	**1 860 000,00 €**
D7.1	**Transferências de capital**	**- €**	**2 500 000,00 €**	**2 500 000,00 €**	**1 860 000,00 €**
D7.1.1	**Administrações Públicas**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**
D7.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.5	Administração Local	- €	- €	- €	- €
D7.1.2	Instituições sem fins lucrativos	- €	- €	- €	- €
D7.1.3	Famílias	- €	2 250 000,00 €	2 250 000,00 €	1 820 000,00 €
D7.1.4	Outras	- €	250 000,00 €	250 000,00 €	40 000,00 €
D7.2	Subsídios de capital	- €	- €	- €	- €
D8	Outras despesas de capital	- €	- €	- €	- €
	Despesa efetiva [4]	**47 720,00 €**	**63 526 581,00 €**	**63 574 301,00 €**	**52 495 236,00 €**
	Despesa não efetiva [5]	**- €**	**1 520 000,00 €**	**1 520 000,00 €**	**1 800 000,00 €**
D9	Despesa com ativos financeiros	- €	600 000,00 €	600 000,00 €	900 000,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	- €	920 000,00 €	920 000,00 €	900 000,00 €
	Despesa total [6]=[4]+[5]	**47 720,00 €**	**65 046 581,00 €**	**65 094 301,00 €**	**54 295 236,00 €**
	Saldo total [3]-[6]	**- 47 720,00 €**	**47 720,00 €**	**- €**	**- €**
	Saldo global [1]-[4]	**- 47 720,00 €**	**1 317 957,00 €**	**1 270 237,00 €**	**1 400 000,00 €**
	Despesa primária	43 790,00 €	63 437 011,00 €	63 480 801,00 €	52 312 386,00 €
	Saldo corrente	- 3 930,00 €	- 414 682,00 €	- 418 612,00 €	- 613 400,00 €
	Saldo de capital	- 43 790,00 €	1 704 950,00 €	1 661 160,00 €	1 951 400,00 €
	Saldo primário	- 43 790,00 €	1 407 527,00 €	1 363 737,00 €	1 582 850,00 €

O Conselho de Administração

6.2 Plano Plurianual de Investimentos

Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realização	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de execução	Pagamentos								Total previsto
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim		Realizado em períodos anteriores	Estimativa de realização do período t-1	Períodos seguintes						
														Ano t	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Outros	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]
Investimento no parque habitacional da IHM	51181	Investimentos e atividades de indole habitacional com fins sociais	D2	O	207 000,00 €	95 955,81 €	- €	- €	01/01/2021	31/12/2023	4	- €	95 955,81 €	107 000,00 €	100 000,00 €	- €	- €	- €	- €	302 955,81 €
Investimento no parque habitacional da IHM	51181	Investimentos e atividades de indole habitacional com fins sociais	D7	E	15 460 916,22 €	- €	- €	- €	01/01/2019	31/12/2028	4	4 381 670,78 €	3 261 583,48 €	2 718 199,18 €	2 112 626,94 €	579 712,95 €	588 408,64 €	597 234,77 €	1 221 479,48 €	15 460 916,22 €
Regeneração do Bairro da Palmeira	51399	Projeto Integrado de Regeneração do Bairro da Palmeira, Câmara de Lobos	D2	O	50 000,00 €	- €	- €	- €	01/01/2021	31/12/2022	0	- €	- €	50 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	50 000,00 €
Regeneração do Bairro da Palmeira	51399	Projeto Integrado de Regeneração do Bairro da Palmeira, Câmara de Lobos	D7	E	1 588 777,84 €	176 699,36 €	3 273 300,64 €	- €	01/01/2018	31/12/2022	6	3 847 354,60 €	1 041 423,24 €	150 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	5 038 777,84 €
Realojamento de famílias afetas pelo Incêndios de agosto de 2016	51595	Atividades de recuperação dos Incêndios de agosto de 2016	D2	O	225 593,95 €	- €	- €	- €	10/08/2021	31/12/2022	4	- €	58 556,95 €	167 037,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	225 593,95 €
Realojamento de famílias afetas pelo Incêndios de agosto de 2016	51595	Atividades de recuperação dos Incêndios de agosto de 2016	D7	E	8 636 515,45 €	- €	- €	- €	10/08/2016	31/12/2025	5	3 582 910,01 €	473 605,44 €	100 000,00 €	1 414 000,00 €	2 184 000,00 €	882 000,00 €	- €	- €	8 636 515,45 €
Eficiênca energética em edifícios de habitação social da IHM	52067	Eficiênca energética em edifícios de habitação social da IHM	D2	O	26 311,29 €	62 040,21 €	69 531,00 €	- €	01/01/2021	31/12/2023	4	- €	74 938,50 €	74 670,00 €	8 274,00 €	- €	- €	- €	- €	157 882,50 €
Eficiênca energética em edifícios de habitação social da IHM	52067	Eficiênca energética em edifícios de habitação social da IHM	D7	E	3 618 358,55 €	- €	2 850 159,45 €	- €	01/01/2022	31/12/2023	2	- €	- €	3 496 388,00 €	2 972 130,00 €	- €	- €	- €	- €	6 468 518,00 €
PRR - Reabilitação de habitações próprias, incluindo melhoria da eficiência energética	52700	RE-C02-i03RAM- Apoio à reabilitação com Eficiência Energética	D7	E	500 000,00 €	- €	6 000 000,00 €	- €	01/01/2022	31/12/2026	0	- €	- €	1 300 000,00 €	1 300 000,00 €	1 300 000,00 €	1 300 000,00 €	1 300 000,00 €	- €	6 500 000,00 €
PRR - Aquisição/Construção	52912	RE-C02-i03RAM - Construção ou Aquisição	D2	O	- €	- €	1 220 000,00 €	- €	01/01/2022	31/12/2023	0	- €	- €	1 098 000,00 €	122 000,00 €	- €	- €	- €	- €	1 220 000,00 €
PRR - Aquisição/Construção	52912	RE-C02-i03RAM - Construção ou Aquisição	D7	E	12 000 000,00 €	- €	127 180 000,00 €	- €	01/01/2022	31/12/2025	0	- €	- €	40 975 000,00 €	53 975 000,00 €	34 230 000,00 €	10 000 000,00 €	- €	- €	139 180 000,00 €
PRR - Tecnologias de Informação	52913	RE-C02-i03RAM - Tecnologias de Informação	D2	O	43 020,00 €	- €	241 000,00 €	- €	01/01/2022	31/12/2025	0	- €	- €	50 020,00 €	61 000,00 €	112 000,00 €	61 000,00 €	- €	- €	284 020,00 €
PRR - Tecnologias de Informação	52913	RE-C02-i03RAM - Tecnologias de Informação	D7	E	298 980,00 €	- €	1 359 000,00 €	- €	01/01/2022	31/12/2025	0	- €	- €	401 380,00 €	390 400,00 €	341 600,00 €	524 600,00 €	- €	- €	1 657 980,00 €
				Total	**42 655 473,30 €**	**334 695,38 €**	**142 192 991,09 €**	**- €**			**Total**	**11 811 935,39 €**	**5 006 063,42 €**	**50 687 694,18 €**	**62 455 430,94 €**	**38 747 312,95 €**	**13 356 008,64 €**	**1 897 234,77 €**	**1 221 479,48 €**	**185 183 159,77 €**

O Conselho de Administração

6.3 Demonstração do desempenho orçamental

Euros

Rubrica	Recebimentos	Fontes de Financiamento (n)						n-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Saldo de gerência anterior	**576 473,75 €**	**1 187 423,18 €**	**9 931,97 €**	**5 450,31 €**	**109,28 €**	**1 779 388,49 €**	**2 779 105,21 €**
R14	Operações orçamentais [1]	576 473,75 €	1 187 423,18 €	9 931,97 €	5 450,31 €	- €	1 779 279,21 €	2 779 090,21 €
	Restituição de saldos de operações orçamentais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	Operações de tesouraria [A]	- €	- €	- €	- €	109,28 €	109,28 €	15,00 €
	Receita corrente	**3 855 958,55 €**	**5 197 422,75 €**	**406 737,63 €**	**- €**	**- €**	**9 460 118,93 €**	**8 107 401,12 €**
R1	**Receita fiscal**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**
R1.1	Impostos diretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R1.2	Impostos indiretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	49 051,70 €	- €	- €	- €	- €	49 051,70 €	43 900,57 €
R4	Rendimentos de propriedade	5 198,74 €	- €	- €	- €	- €	5 198,74 €	11 925,81 €
R5	**Transferências e subsídios correntes**	**- €**	**5 197 422,75 €**	**406 737,63 €**	**- €**	**- €**	**5 604 160,38 €**	**6 562 735,92 €**
R5.1	**Transferências correntes**	**- €**	**5 197 422,75 €**	**406 737,63 €**	**- €**	**- €**	**5 604 160,38 €**	**6 562 735,92 €**
R5.1.1	**Administrações Públicas**	**- €**	**5 197 422,75 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**5 197 422,75 €**	**6 562 735,92 €**
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.4	Administração Regional	- €	5 197 422,75 €	- €	- €	- €	5 197 422,75 €	6 562 735,92 €
R5.1.1.5	Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.2	Exterior - EU	- €	- €	406 737,63 €	- €	- €	406 737,63 €	- €
R5.1.3	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.2	Subsídios correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R6	Venda de bens e serviços	3 801 708,11 €	- €	- €	- €	- €	3 801 708,11 €	1 488 040,32 €
R7	Outras receitas correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	798,50 €
	Receita de capital	**321 529,83 €**	**4 470 051,88 €**	**1 023 489,92 €**	**- €**	**- €**	**5 815 071,63 €**	**8 896 914,09 €**
R8	Venda de bens de investimento	321 529,83 €	- €	- €	- €	- €	321 529,83 €	64 034,05 €
R9	**Transferências e subsídios de capital**	**- €**	**4 470 051,88 €**	**1 023 489,92 €**	**- €**	**- €**	**5 493 541,80 €**	**8 832 880,04 €**
R9.1	**Transferências de capital**	**- €**	**4 470 051,88 €**	**1 023 489,92 €**	**- €**	**- €**	**5 493 541,80 €**	**8 832 880,04 €**
R9.1.1	**Administrações Públicas**	**- €**	**4 470 051,88 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**4 470 051,88 €**	**8 832 880,04 €**
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	57 361,77 €
R9.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.4	Administração Regional	- €	4 470 051,88 €	- €	- €	- €	4 470 051,88 €	8 775 518,27 €
R9.1.1.5	Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.2	Exterior - EU	- €	- €	1 023 489,92 €	- €	- €	1 023 489,92 €	- €
R9.1.3	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.2	Subsídios de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos	33 596,44 €	- €	- €	- €	- €	33 596,44 €	42 736,18 €
	Receita efetiva [2]	**4 211 084,82 €**	**9 667 474,63 €**	**1 430 227,55 €**	**- €**	**- €**	**15 308 787,00 €**	**17 047 051,39 €**
	Receita não efetiva [3]	**356 745,99 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**356 745,99 €**	**183 717,26 €**
R12	Receita com ativos financeiros	356 745,99 €	- €	- €	- €	- €	356 745,99 €	183 717,26 €
R13	Receita com passivos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	**5 144 304,56 €**	**10 854 897,81 €**	**1 440 159,52 €**	**5 450,31 €**	**- €**	**17 444 812,20 €**	**20 009 858,86 €**
	Operações de tesouraria [B]	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**16 669 432,45 €**	**16 669 432,45 €**	**2 826,39 €**

Euros

Rubrica	Pagamentos	Fontes de Financiamento (n)						n-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Despesa corrente	**4 869 755,25 €**	**4 765 759,54 €**	**369 332,43 €**	**5 450,31 €**	**- €**	**10 010 297,53 €**	**8 325 066,18 €**
D1	**Despesas com o pessoal**	**4 270 187,13 €**	**700 000,00 €**	**- €**	**5 450,31 €**	**- €**	**4 975 637,44 €**	**4 362 537,09 €**
D1.1	Remunerações certas e permanentes	3 369 179,35 €	600 000,00 €	- €	5 450,31 €	- €	3 974 629,66 €	3 492 257,50 €
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	31 668,65 €	- €	- €	- €	- €	31 668,65 €	31 285,12 €
D1.3	Segurança Social	869 339,13 €	100 000,00 €	- €	- €	- €	969 339,13 €	838 994,47 €
D2	Aquisição de bens e serviços	362 286,26 €	3 075 809,29 €	369 332,43 €	- €	- €	3 807 427,98 €	2 930 066,60 €
D3	Juros e outros encargos	- €	94 655,53 €	- €	- €	- €	94 655,53 €	108 380,94 €
D4	**Transferências e subsídios correntes**	**227 615,81 €**	**667 100,52 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**894 716,33 €**	**716 360,03 €**
D4.1	**Transferências correntes**	**227 615,81 €**	**667 100,52 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**894 716,33 €**	**716 360,03 €**
D4.1.1	**Administrações Públicas**	**- €**	**- €**	- €	- €	**- €**	**- €**	**- €**
D4.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €	- €	- €	- €	**- €**	- €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	**- €**	- €
D4.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	**- €**	- €
D4.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	**- €**	- €
D4.1.1.5	Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	**- €**	- €
D4.1.2	Instituições sem fins lucrativos	- €	32 515,59 €	- €	- €	- €	32 515,59 €	20 100,00 €
D4.1.3	Famílias	227 615,81 €	634 584,93 €	- €	- €	- €	862 200,74 €	696 260,03 €
D4.1.4	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.2	Subsídios correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D5	Outras despesas correntes	9 666,05 €	228 194,20 €	- €	- €	- €	237 860,25 €	207 721,52 €
	Despesas de capital	**170 617,68 €**	**3 751 821,04 €**	**1 030 060,64 €**	**- €**	**- €**	**4 952 499,36 €**	**5 196 663,34 €**
D6	Aquisição de bens de capital	167 766,06 €	3 680 989,05 €	1 030 060,64 €	- €	- €	4 878 815,75 €	5 178 137,90 €
D7	**Transferências e subsídios de capital**	**2 851,62 €**	**70 831,99 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**73 683,61 €**	**18 525,44 €**
D7.1	**Transferências de capital**	**2 851,62 €**	**70 831,99 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**73 683,61 €**	**18 525,44 €**
D7.1.1	**Administrações Públicas**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	- €	- €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.5	Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.2	Instituições sem fins lucrativos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.3	Famílias	54,60 €	70 831,99 €	- €	- €	- €	70 886,59 €	16 025,44 €
D7.1.4	Outras	2 797,02 €	- €	- €	- €	- €	2 797,02 €	2 500,00 €
D7.2	Subsídios de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D8	Outras despesas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	Despesa efetiva [5]	**5 040 372,93 €**	**8 517 580,58 €**	**1 399 393,07 €**	**5 450,31 €**	**- €**	**14 962 796,89 €**	**13 521 729,52 €**
	Despesa não efetiva [6]	**89 409,99 €**	**1 450 121,16 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**1 539 531,15 €**	**4 708 850,13 €**
D9	Receita com ativos financeiros	- €	625 619,67 €	- €	- €	- €	625 619,67 €	942 563,13 €
D10	Receita com passivos financeiros	89 409,99 €	824 501,49 €	- €	- €	- €	913 911,48 €	3 766 287,00 €
	Soma [7]=[5]+[6]	**5 129 782,92 €**	**9 967 701,74 €**	**1 399 393,07 €**	**5 450,31 €**	**- €**	**16 502 328,04 €**	**18 230 579,65 €**
	Operações de tesouraria [C]	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**3 552,00 €**	**3 552,00 €**	**2 732,11 €**
	Saldo para a gerência seguinte	**14 521,64 €**	**887 196,07 €**	**40 766,45 €**	**- €**	**16 665 989,73 €**	**17 608 473,89 €**	**1 779 388,49 €**
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	14 521,64 €	887 196,07 €	40 766,45 €	- €	- €	942 484,16 €	1 779 279,21 €
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	- €	- €	- €	- €	16 665 989,73 €	16 665 989,73 €	109,28 €
	Saldo global [2]-[5]	**- 829 288,11 €**	**1 149 894,05 €**	**30 834,48 €**	**- 5 450,31 €**	**- €**	**345 990,11 €**	**3 525 321,87 €**
	Despesa primária	5 040 372,93 €	8 422 925,05 €	1 399 393,07 €	5 450,31 €	- €	14 868 141,36 €	13 413 348,58 €
	Saldo corrente	- 1 013 796,70 €	431 663,21 €	37 405,20 €	- 5 450,31 €	- €	- 550 178,60 €	- 217 665,06 €
	Saldo de capital	150 912,15 €	718 230,84 €	- 6 570,72 €	- €	- €	862 572,27 €	3 700 250,75 €
	Saldo primário	- 829 288,11 €	1 244 549,58 €	30 834,48 €	- 5 450,31 €	- €	440 645,64 €	3 633 702,81 €
	Receita total [1]+[2]+[3]	**5 144 304,56 €**	**10 854 897,81 €**	**1 440 159,52 €**	**5 450,31 €**	**- €**	**17 444 812,20 €**	**20 009 858,86 €**
	Despesa total [5]+[6]	**5 129 782,92 €**	**9 967 701,74 €**	**1 399 393,07 €**	**5 450,31 €**	**- €**	**16 502 328,04 €**	**18 230 579,65 €**

O Conselho de Administração

6.4 Demonstração de execução orçamental da receita

Euros

Rubrica	Designação	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Grau de execução orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(5)+(7)	(11)	(12)=(8)/(2)*100	(13)=(9)/(3)*100
	Receita corrente													
R1	**Receita fiscal**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**-**	**-**
R1.1	Impostos diretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
R1.2	Impostos indiretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	111 000,00 €	1 242 253,71 €	203 088,21 €	37 134,01 €	49 051,70 €	- €	- €	12 445,64 €	36 606,06 €	49 051,70 €	1 359 156,21 €	1,00	18,02
R4	Rendimentos de propriedade	5 199,00 €	- €	5 198,74 €	- €	5 198,74 €	- €	- €	- €	5 198,74 €	5 198,74 €	- €	-	100,00
R5	**Transferências e subsídios correntes**	**7 596 810,00 €**	**- €**	**5 604 160,38 €**	**- €**	**5 604 160,38 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**5 604 160,38 €**	**5 604 160,38 €**	**- €**	**-**	**100,00**
R5.1	**Transferências correntes**	**7 596 810,00 €**	**- €**	**5 604 160,38 €**	**- €**	**5 604 160,38 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**5 604 160,38 €**	**5 604 160,38 €**		**-**	**100,00**
R5.1.1	**Administrações Públicas**	**6 083 458,00 €**	**- €**	**5 197 422,75 €**	**- €**	**5 197 422,75 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**5 197 422,75 €**	**5 197 422,75 €**	**- €**	**-**	**100,00**
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
R5.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
R5.1.1.4	Administração Regional	6 083 458,00 €	- €	5 197 422,75 €	- €	5 197 422,75 €	- €	- €	- €	5 197 422,75 €	5 197 422,75 €	- €	-	100,00
R5.1.1.5	Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
R5.1.2	Exterior - EU	1 513 352,00 €	- €	406 737,63 €	- €	406 737,63 €	- €	- €	- €	406 737,63 €	406 737,63 €	- €	-	100,00
R5.1.3	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
R5.2	Subsídios correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
R6	Venda de bens e serviços	3 841 148,00 €	13 458 449,14 €	4 719 473,92 €	322 826,42 €	3 801 708,11 €	- €	- €	575 099,40 €	3 226 608,71 €	3 801 708,11 €	14 053 388,53 €	4,27	68,37
R7	Outras receitas correntes	5 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
	Receita de capital		- €											
R8	Venda de bens de investimento	467 360,00 €	221 222,81 €	301 570,69 €	- €	321 529,83 €	- €	- €	22 359,14 €	299 170,69 €	321 529,83 €	201 263,67 €	10,11	99,20
R9	**Transferências e subsídios de capital**	**50 893 787,00 €**	**- €**	**5 493 541,80 €**	**- €**	**5 493 541,80 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**5 493 541,80 €**	**5 493 541,80 €**	**- €**	**-**	**100,00**
R9.1	**Transferências de capital**	**50 893 787,00 €**	**- €**	**5 493 541,80 €**	**- €**	**5 493 541,80 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**5 493 541,80 €**	**5 493 541,80 €**	**- €**	**-**	**100,00**
R9.1.1	**Administrações Públicas**	**6 647 644,00 €**	**- €**	**4 470 051,88 €**	**- €**	**4 470 051,88 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**4 470 051,88 €**	**4 470 051,88 €**	**- €**	**-**	**100,00**
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
R9.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
R9.1.1.4	Administração Regional	6 647 644,00 €	- €	4 470 051,88 €	- €	4 470 051,88 €	- €	- €	- €	4 470 051,88 €	4 470 051,88 €	- €	-	100,00
R9.1.1.5	Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
R9.1.2	Exterior - EU	44 246 143,00 €	- €	1 023 489,92 €	- €	1 023 489,92 €	- €	- €	- €	1 023 489,92 €	1 023 489,92 €	- €	-	100,00
R9.1.3	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
R9.2	Subsídios de capital	- €	- €											
R10	Outras receitas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos	42 689,00 €	36 882,23 €	34 463,75 €	1 474,91 €	33 596,44 €	- €	- €	8 236,22 €	25 360,22 €	33 596,44 €	36 274,63 €	22,33	73,59
R12	Ativos financeiros	359 763,00 €	913 193,21 €	362 852,24 €	10 630,89 €	356 897,22 €	151,23 €	151,23 €	109 131,02 €	247 614,97 €	356 745,99 €	908 668,57 €	11,95	68,24
R13	Passivos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	1 779 300,00 €	- €	1 779 279,21 €	- €	1 779 279,21 €	- €	- €	- €	1 779 279,21 €	1 779 279,21 €	- €	-	100,00
	Total	**65 102 056,00 €**	**15 872 001,10 €**	**18 503 628,94 €**	**372 066,23 €**	**17 444 963,43 €**	**151,23 €**	**151,23 €**	**727 271,42 €**	**16 717 540,78 €**	**17 444 812,20 €**	**16 558 751,61 €**	**4,58**	**90,35**

O Conselho de Administração

6.5 Demonstração de execução orçamental da despesa

Euros

Rubrica	Designação	Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos/Descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições: Períodos anteriores (6)	Despesas pagas líquidas de reposições: Período corrente (7)	Despesas pagas líquidas de reposições: Total (8)=(6)+(7)	Compromissos a transitar (9)=(4)-(5)	Obrigações por pagar (10)=(5)-(8)	Grau de execução orçamental: Períodos anteriores (11)=(6)/(2)*100	Grau de execução orçamental: Período corrente (12)=(7)/(2)*100
	Despesa corrente												
D1	**Despesas com o pessoal**	**- €**	**5 081 791,00 €**	**- €**	**4 975 637,44 €**	**4 975 637,44 €**	**- €**	**4 975 637,44 €**	**4 975 637,44 €**	**- €**	**- €**	**0**	**97,91**
D1.1	Remunerações certas e permanentes	- €	4 048 415,00 €	- €	3 974 629,66 €	3 974 629,66 €	- €	3 974 629,66 €	3 974 629,66 €	- €	- €	0	98,18
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	- €	34 119,00 €	- €	31 668,65 €	31 668,65 €	- €	31 668,65 €	31 668,65 €	- €	- €	0	92,82
D1.3	Segurança Social	- €	999 257,00 €	- €	969 339,13 €	969 339,13 €	- €	969 339,13 €	969 339,13 €	- €	- €	0	97,01
D2	Aquisição de bens e serviços	183 334,77 €	6 237 277,00 €	- €	4 175 197,34 €	4 068 810,20 €	183 275,67 €	3 624 152,31 €	3 807 427,98 €	106 387,14 €	261 382,22 €	2,94	58,1
D3	Juros e outros encargos	- €	116 264,00 €	- €	94 655,53 €	94 655,53 €	- €	94 655,53 €	94 655,53 €	- €	- €	0	81,41
D4	**Transferências e subsídios correntes**	**- €**	**1 410 000,00 €**	**- €**	**894 716,33 €**	**894 716,33 €**	**- €**	**894 716,33 €**	**894 716,33 €**	**- €**	**- €**	**0**	**63,46**
D4.1	**Transferências correntes**	**- €**	**1 410 000,00 €**	**- €**	**894 716,33 €**	**894 716,33 €**	**- €**	**894 716,33 €**	**894 716,33 €**	**- €**	**- €**	**0**	**63,46**
D4.1.1	**Administrações Públicas**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**-**	**-**
D4.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
D4.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
D4.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
D4.1.1.5	Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
D4.1.2	Instituições sem fins lucrativos	- €	50 000,00 €	- €	32 515,59 €	32 515,59 €	- €	32 515,59 €	32 515,59 €	- €	- €	0	65,03
D4.1.3	Famílias	- €	1 360 000,00 €	- €	862 200,74 €	862 200,74 €	- €	862 200,74 €	862 200,74 €	- €	- €	0	63,4
D4.1.4	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
D4.2	Subsídios correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
D5	Outras despesas correntes	- €	287 280,00 €	- €	237 935,10 €	237 935,10 €	- €	237 860,25 €	237 860,25 €	- €	74,85 €	0	82,8
	Despesas de capital												
D6	Aquisição de bens de capital	127 825,23 €	48 468 864,00 €	- €	8 423 155,38 €	4 895 528,96 €	127 825,23 €	4 750 990,52 €	4 878 815,75 €	3 527 626,42 €	16 713,21 €	0,26	9,8
D7	**Transferências e subsídios de capital**	**- €**	**1 828 944,00 €**	**- €**	**73 683,61 €**	**73 683,61 €**	**- €**	**73 683,61 €**	**73 683,61 €**	**- €**	**- €**	**0**	**4,03**
D7.1	**Transferências de capital**	**- €**	**1 828 944,00 €**	**- €**	**73 683,61 €**	**73 683,61 €**	**- €**	**73 683,61 €**	**73 683,61 €**	**- €**	**- €**	**0**	**4,03**
D7.1.1	**Administrações Públicas**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**-**	**-**
D7.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
D7.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
D7.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
D7.1.1.5	Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
D7.1.2	Instituições sem fins lucrativos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
D7.1.3	Famílias	- €	1 766 944,00 €	- €	70 886,59 €	70 886,59 €	- €	70 886,59 €	70 886,59 €	- €	- €	0	4,01
D7.1.4	Outras	- €	62 000,00 €	- €	2 797,02 €	2 797,02 €	- €	2 797,02 €	2 797,02 €	- €	- €	0	4,51
D7.2	Subsídios de capital												
D8	Outras despesas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	-
D9	Ativos financeiros	- €	751 173,00 €	- €	625 619,67 €	625 619,67 €	- €	625 619,67 €	625 619,67 €	- €	- €	0	83,29
D10	Passivos financeiros	- €	920 463,00 €	- €	913 911,48 €	913 911,48 €	- €	913 911,48 €	913 911,48 €	- €	- €	0	99,29
	Total	**311 160,00 €**	**65 102 056,00 €**	**- €**	**20 414 511,88 €**	**16 780 498,32 €**	**311 100,90 €**	**16 191 227,14 €**	**16 502 328,04 €**	**3 634 013,56 €**	**278 170,28 €**	**0,48**	**24,87**

O Conselho de Administração

6.6 Demonstração de execução do Plano Plurianual de Investimentos

Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realização	Fonte de Financiamento				Datas		Montante previsto			Montante executado			Nível de execução financeira anual (%)	Nível de execução financeira global (%)
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim	Ano t	Anos seguintes	Total	Anos anteriores	Ano t	Total		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]	[16]	[17]=[15]+[16]	[18]	[19]
Investimento no parque habitacional da IHM	51181	Investimentos e atividades de indole habitacional com fins sociais	D2	O	209 785,36 €	95 955,81 €	- €	- €	01/01/2021	31/12/2023	297 000,00 €	100 000,00 €	397 000,00 €	95 955,81 €	109 785,36 €	205 741,17 €	36,96	67,29
Investimento no parque habitacional da IHM	51181	Investimentos e atividades de indole habitacional com fins sociais	D7	E	15 240 931,91 €	- €	- €	- €	01/01/2019	31/12/2028	3 268 199,18 €	5 099 462,78 €	8 367 661,96 €	7 643 254,26 €	2 498 214,87 €	10 141 469,13 €	76,44	66,54
Regeneração do Bairro da Palmeira	51399	Projeto Integrado de Regeneração do Bairro da Palmeira, Câmara de Lobos	D7	E	1 438 777,84 €	176 699,36 €	3 273 300,64 €	- €	01/01/2018	31/12/2022	97 000,00 €	- €	97 000,00 €	4 888 777,84 €	- €	4 888 777,84 €	0	100
Realojamento de famílias afetas pelo Incêndios de agosto de 2016	51595	Atividades de recuperação dos Incêndios de agosto de 2016	D7	E	8 591 515,45 €	- €	- €	- €	10/08/2016	31/12/2024	100 121,00 €	4 480 000,00 €	4 580 121,00 €	4 056 515,45 €	55 000,00 €	4 111 515,45 €	54,93	47,86
Eficiência energética em edifícios de habitação social da IHM	52067	Eficiência energética em edifícios de habitação social da IHM	D2	O	12 898,29 €	62 040,21 €	8 274,00 €	- €	01/01/2022	31/12/2023	84 602,00 €	8 274,00 €	92 876,00 €	74 938,50 €	- €	74 938,50 €	0	90,06
Eficiência energética em edifícios de habitação social da IHM	52067	Eficiência energética em edifícios de habitação social da IHM	D7	E	1 185 753,23 €	- €	2 850 159,45 €	- €	01/01/2022	31/12/2023	3 391 574,00 €	2 972 130,00 €	6 363 704,00 €	- €	1 063 782,68 €	1 063 782,68 €	31,37	26,36
PRR - Reabilitação de habitações próprias, incluindo melhoria da eficiência energética	52700	RE-C02-i03RAM- Apoio à reabilitação com Eficiência Energética	D7	E	- €	- €	5 200 000,00 €	- €	01/01/2022	31/12/2026	1 300 000,00 €	5 200 000,00 €	6 500 000,00 €	- €	- €	- €	0	0
PRR - Aquisição/Construção	52912	RE-C02-i03RAM - Construção ou Aquisição	D2	O	- €	- €	192 943,00 €	- €	01/01/2022	31/12/2026	1 098 000,00 €	122 000,00 €	1 220 000,00 €	- €	70 943,00 €	70 943,00 €	6,46	36,77
PRR - Aquisição/Construção	52912	RE-C02-i03RAM - Construção ou Aquisição	D7	E	- €	- €	98 764 238,06 €	- €	01/01/2022	31/12/2026	40 975 000,00 €	98 205 000,00 €	139 180 000,00 €	- €	559 238,06 €	559 238,06 €	1,36	0,57
PRR - Tecnologias de Informação	52913	RE-C02-i03RAM - Tecnologias de Informação	D2	O	291 389,43 €	- €	241 000,00 €	- €	01/01/2022	31/12/2026	352 673,00 €	234 000,00 €	586 673,00 €	- €	298 389,43 €	298 389,43 €	84,61	56,05
PRR - Tecnologias de Informação	52913	RE-C02-i03RAM - Tecnologias de Informação	D7	E	- €	- €	1 342 270,97 €	- €	01/01/2022	31/12/2026	98 727,00 €	1 256 600,00 €	1 355 327,00 €	- €	85 670,97 €	85 670,97 €	86,78	6,38
Investimento no parque habitacional da IHM	53100	Plano de intervenções em bairros 2022-2026	D7	E	20 784 970,00 €	- €	- €	- €	01/10/2022	31/12/2026	96 970,00 €	20 784 970,00 €	20 881 940,00 €	- €	- €	- €	0	0
				Total	**47 814 578,46 €**	**334 695,38 €**	**111 872 186,12 €**	**- €**		**Total**	**51 159 866,18 €**	**138 462 436,78 €**	**189 622 302,96 €**	**16 817 998,81 €**	**4 741 024,37 €**	**21 559 023,18 €**	**9,27**	**13,47**

O Conselho de Administração

6.7 Anexos às demonstrações orçamentais

6.7.1 Alterações orçamentais da receita

Euros

Rubrica	Tipo	Receita					Observações
		Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	
			Inscrições/reforços	Diminuições/anulações	Créditos especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]
R1		**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	
R1.1		- €	- €	- €	- €	- €	
R1.2		- €	- €	- €	- €	- €	
R2		- €	- €	- €	- €	- €	
R3		111 000,00 €	- €	- €	- €	111 000,00 €	
R4		5 199,00 €	- €	- €	- €	5 199,00 €	
R5	**(P)(M)**	**8 445 194,00 €**	**302 653,00 €**	**1 151 037,00 €**	**- €**	**7 596 810,00 €**	
R5.1	**(P)(M)**	**8 445 194,00 €**	**302 653,00 €**	**1 151 037,00 €**	**- €**	**7 596 810,00 €**	
R5.1.1	**(P)(M)**	**7 234 495,00 €**	**- €**	**1 151 037,00 €**	**- €**	**6 083 458,00 €**	
R5.1.1.1		- €	- €	- €	- €	- €	
R5.1.1.2		- €	- €	- €	- €	- €	
R5.1.1.3		- €	- €	- €	- €	- €	
R5.1.1.4	(P)(M)	7 234 495,00 €	- €	1 151 037,00 €	- €	6 083 458,00 €	
R5.1.1.5		- €	- €	- €	- €	- €	
R5.1.2	(P)	1 210 699,00 €	302 653,00 €	- €	- €	1 513 352,00 €	
R5.1.3							
R5.2		- €	- €	- €	- €	- €	
R6	(P)	4 116 148,00 €	85 000,00 €	360 000,00 €	- €	3 841 148,00 €	
R7		5 000,00 €	- €	- €	- €	5 000,00 €	
R8	(P)(M)	157 360,00 €	222 400,00 €	72 400,00 €	160 000,00 €	467 360,00 €	
R9	**(P)(M)**	**51 976 948,00 €**	**780 000,00 €**	**1 960 161,00 €**	**97 000,00 €**	**50 893 787,00 €**	
R9.1	**(P)(M)**	**51 976 948,00 €**	**780 000,00 €**	**1 960 161,00 €**	**97 000,00 €**	**50 893 787,00 €**	
R9.1.1	**(P)(M)**	**7 525 152,00 €**	**780 000,00 €**	**1 657 508,00 €**	**- €**	**6 647 644,00 €**	
R9.1.1.1		- €	- €	- €	- €	- €	
R9.1.1.2		- €	- €	- €	- €	- €	
R9.1.1.3		- €	- €	- €	- €	- €	
R9.1.1.4	(P)(M)	7 525 152,00 €	780 000,00 €	1 657 508,00 €	- €	6 647 644,00 €	
R9.1.1.5		- €	- €	- €	- €	- €	
R9.1.2	(P)(M)	44 451 796,00 €	- €	302 653,00 €	97 000,00 €	44 246 143,00 €	
R9.1.3		- €	- €	- €	- €	- €	
R9.2		- €	- €	- €	- €	- €	
R10		- €	- €	- €	- €	- €	
R11	(P)	27 689,00 €	18 000,00 €	3 000,00 €	- €	42 689,00 €	
R12	(P)	249 763,00 €	110 000,00 €	- €	- €	359 763,00 €	
R13		- €	- €	- €	- €	- €	
R14	(M)	- €	- €	- €	1 779 300,00 €	1 779 300,00 €	
	Total	**65 094 301,00 €**	**1 518 053,00 €**	**3 546 598,00 €**	**2 036 300,00 €**	**65 102 056,00 €**	

O Conselho de Administração

6.7.2 Alterações orçamentais da despesa

Euros

Rubrica	Tipo	Despesa					Observações
		Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	
			Inscrições/reforços	Diminuições/anulações	Créditos especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]
D1	**(P)(M)**	**5 076 340,00 €**	**427 000,00 €**	**427 000,00 €**	**5 451,00 €**	**5 081 791,00 €**	
D1.1	(P)(M)	4 069 464,00 €	324 000,00 €	350 500,00 €	5 451,00 €	4 048 415,00 €	
D1.2	(P)	38 719,00 €	2 000,00 €	6 600,00 €	- €	34 119,00 €	
D1.3	(P)	968 157,00 €	101 000,00 €	69 900,00 €	- €	999 257,00 €	
D2	(P)(M)	6 349 233,00 €	1 007 263,00 €	1 814 466,00 €	695 247,00 €	6 237 277,00 €	
D3	(P)(M)	93 500,00 €	11 000,00 €	- €	11 764,00 €	116 264,00 €	
D4	**(P)(M)**	**1 262 500,00 €**	**95 600,00 €**	**148 100,00 €**	**200 000,00 €**	**1 410 000,00 €**	
D4.1	**(P)(M)**	**1 262 500,00 €**	**95 600,00 €**	**148 100,00 €**	**200 000,00 €**	**1 410 000,00 €**	
D4.1.1		**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	
D4.1.1.1		- €	- €	- €	- €	- €	
D4.1.1.2		- €	- €	- €	- €	- €	
D4.1.1.3		- €	- €	- €	- €	- €	
D4.1.1.4		- €	- €	- €	- €	- €	
D4.1.1.5		- €	- €	- €	- €	- €	
D4.1.2		50 000,00 €	- €	- €	- €	50 000,00 €	
D4.1.3	(P)(M)	1 212 500,00 €	95 600,00 €	148 100,00 €	200 000,00 €	1 360 000,00 €	
D4.1.4		- €	- €	- €	- €	- €	
D4.2		- €	- €	- €	- €	- €	
D5	(P)	319 580,00 €	70 100,00 €	102 400,00 €	- €	287 280,00 €	
D6	(P)(M)	47 973 148,00 €	2 540 711,00 €	2 867 747,00 €	822 752,00 €	48 468 864,00 €	
D7	**(M)**	**2 500 000,00 €**	**13 000,00 €**	**707 506,00 €**	**23 450,00 €**	**1 828 944,00 €**	
D7.1	**(M)**	**2 500 000,00 €**	**13 000,00 €**	**707 506,00 €**	**23 450,00 €**	**1 828 944,00 €**	
D7.1.1		**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	
D7.1.1.1		- €	- €	- €	- €	- €	
D7.1.1.2		- €	- €	- €	- €	- €	
D7.1.1.3		- €	- €	- €	- €	- €	
D7.1.1.4		- €	- €	- €	- €	- €	
D7.1.1.5		- €	- €	- €	- €	- €	
D7.1.2		- €	- €	- €	- €	- €	
D7.1.3	(P)(M)	2 250 000,00 €	1 000,00 €	507 506,00 €	23 450,00 €	1 766 944,00 €	
D7.1.4	(P)(M)	250 000,00 €	12 000,00 €	200 000,00 €	- €	62 000,00 €	
D7.2		- €	- €	- €	- €	- €	
D8		- €	- €	- €	- €	- €	
D9	(M)	600 000,00 €	- €	- €	151 173,00 €	751 173,00 €	
D10	(P)(M)	920 000,00 €	- €	126 000,00 €	126 463,00 €	920 463,00 €	
	Total	**65 094 301,00 €**	**4 164 674,00 €**	**6 193 219,00 €**	**2 036 300,00 €**	**65 102 056,00 €**	

O Conselho de Administração

6.7.3 Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos

Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Datas		Pagamentos							Modificações (+/-)
			Início	Fim	Ano t		Períodos seguintes					
					Dotação atual	Dotação corrigida	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Outros	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]=[7]-[6]
Investimento no parque habitacional da IHM	51181	Investimentos e atividades de indole habitacional com fins sociais	01/01/2021	31/12/2023	107 000,00 €	297 000,00 €	100 000,00 €	- €	- €	- €	- €	190 000,00 €
Investimento no parque habitacional da IHM	51181	Investimentos e atividades de indole habitacional com fins sociais	01/01/2019	31/12/2028	2 718 199,18 €	3 268 199,18 €	2 112 626,94 €	579 712,95 €	588 408,64 €	597 234,77 €	1 221 479,48 €	550 000,00 €
Regeneração do Bairro da Palmeira	51399	Projeto Integrado de Regeneração do Bairro da Palmeira, Câmara de Lobos	01/01/2021	31/12/2022	50 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- 50 000,00 €
Regeneração do Bairro da Palmeira	51399	Projeto Integrado de Regeneração do Bairro da Palmeira, Câmara de Lobos	01/01/2018	31/12/2022	150 000,00 €	97 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- 53 000,00 €
Realojamento de famílias afetas pelo Incêndios de agosto de 2016	51595	Atividades de recuperação dos Incêndios de agosto de 2016	10/08/2021	31/12/2022	167 037,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- 167 037,00 €
Realojamento de famílias afetas pelo Incêndios de agosto de 2016	51595	Atividades de recuperação dos Incêndios de agosto de 2016	10/08/2016	31/12/2025	100 000,00 €	100 121,00 €	1 414 000,00 €	2 184 000,00 €	882 000,00 €	- €	- €	121,00 €
Eficiência energética em edifícios de habitação social da IHM	52067	Eficiência energética em edifícios de habitação social da IHM	01/01/2021	31/12/2023	74 670,00 €	84 602,00 €	8 274,00 €	- €	- €	- €	- €	9 932,00 €
Eficiência energética em edifícios de habitação social da IHM	52067	Eficiência energética em edifícios de habitação social da IHM	01/01/2022	31/12/2023	3 496 388,00 €	3 391 574,00 €	2 972 130,00 €	- €	- €	- €	- €	- 104 814,00 €
PRR - Reabilitação de habitações próprias, incluindo melhoria da eficiência energética	52700	RE-C02-i03RAM- Apoio à reabilitação com Eficiência Energética	01/01/2022	31/12/2026	1 300 000,00 €	1 300 000,00 €	1 300 000,00 €	1 300 000,00 €	1 300 000,00 €	1 300 000,00 €	- €	- €
PRR - Aquisição/Construção	52912	RE-C02-i03RAM - Construção ou Aquisição	01/01/2022	31/12/2023	1 098 000,00 €	1 098 000,00 €	122 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €
PRR - Aquisição/Construção	52912	RE-C02-i03RAM - Construção ou Aquisição	01/01/2022	31/12/2025	40 975 000,00 €	40 975 000,00 €	53 975 000,00 €	34 230 000,00 €	10 000 000,00 €	- €	- €	- €
PRR - Tecnologias de Informação	52913	RE-C02-i03RAM - Tecnologias de Informação	01/01/2022	31/12/2025	50 020,00 €	352 673,00 €	61 000,00 €	112 000,00 €	61 000,00 €	- €	- €	302 653,00 €
PRR - Tecnologias de Informação	52913	RE-C02-i03RAM - Tecnologias de Informação	01/01/2022	31/12/2025	401 380,00 €	98 727,00 €	390 400,00 €	341 600,00 €	524 600,00 €	- €	- €	- 302 653,00 €
Investimento no parque habitacional da IHM	53100	Plano de intervenções em bairros 2022-2026	01/10/2022	31/12/2026	- €	96 970,00 €	7 530 100,00 €	6 070 600,00 €	4 668 840,00 €	2 515 430,00 €	- €	96 970,00 €
				Total	**50 687 694,18 €**	**51 159 866,18 €**	**69 985 530,94 €**	**44 817 912,95 €**	**18 024 848,64 €**	**4 412 664,77 €**	**1 221 479,48 €**	**472 172,00 €**

O Conselho de Administração

6.7.4 Operações de tesouraria

Euros

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
07x1	Intermediação de fundos	- €	- €	- €	- €
07x2	Entrega de receita por conta de outrem	- €	- €	- €	- €
07x3	Devolução de cauções e garantias	- €	- €	- €	- €
07x4	Entrega de recursos próprios comunitários	- €	16 665 758,54 €	- €	16 665 758,54 €
07x6	Retenções - Transição para SNC-AP	- €	- €	- €	- €
07x9	Outras despesas de operações de tesouraria	109,28 €	3 673,91 €	3 552,00 €	231,19 €
	Total	109,28 €	16 669 432,45 €	3 552,00 €	16 665 989,73 €

O Conselho de Administração

7 Relatórios e Certificação Legal

7.1 Certificação legal das contas, relatório e parecer do Fiscal Único

8 Ficha Técnica

8.1 Elaboração

- SAPE – Serviço de Apoio à Gestão e Planeamento Estratégico.

8.2 Intervenientes

- CA – Conselho de Administração;
- DGPE – Direção de Gestão e Planeamento Estratégico;
- DGF – Direção de Gestão Financeira;
- DJPRH – Direção Jurídica, Património e de Recursos Humanos;
- DTP – Direção Técnica e de Projetos;
- DHIS – Direção de Habitação e Inclusão Social.

8.3 Coordenação dos Trabalhos

- CA – Conselho de Administração.

8.4 Fornecimentos dos dados Financeiros

- DGF – Direção de Gestão Financeira.

8.5 Aprovação

- Deliberação do Conselho de Administração de 1 de junho de 2023

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 231.822.888,62 euros e um total de fundos próprios de 180.076.683,37 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.800.888,18 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM** em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística – para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. Não obtivemos uma avaliação independente dos imóveis pertença do IHM, pelo que não nos foi possível concluir sobre a existência ou não de imóveis em imparidade. Pudemos, no entanto, constatar que os valores patrimoniais tributários globais referentes aos terrenos e imóveis registados por cerca de 188 milhões de euros foram avaliados pela Autoridade Tributária em cerca de 149 milhões de euros. Encontra-se em curso, pelos serviços, um estudo de avaliação técnica para o parque habitacional.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Sem afetar a opinião acima, entendemos ser de relatar que os desenvolvimentos resultantes da pandemia Covid-19 e o conflito armado entre a Rússia e Ucrânia têm um impacto significativo nas pessoas e na sociedade como um todo. No ponto 4.3 do Relatório e Contas é referido que ambas as situações não colocam em risco o desenvolvimento da atividade da Entidade e que o pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras é apropriado.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de Gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 17.444.812,20 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 16.502.328,04 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Órgão de Gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações

Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto ao possível efeito da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" e exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Conforme referido no ponto 4.3, a entidade não incluiu as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, mas divulgou as razões para esta insuficiência.

Funchal, 01 de junho de 2023

UHY OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)
Representada por:

António José Pereira da Silva
(ROC n.° 947, inscrito na CMVM sob o n.° 20160564)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Conselho de Administração do

IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas do **IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM**, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2022, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do **IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM**, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, auditámos o Balanço em 31 de dezembro de 2022, a Demonstração dos resultados por naturezas e os mapas de execução orçamental e as notas anexas. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório e Contas do ano de 2022, preparado pelo Conselho de Administração e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, emitidos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui uma reserva e uma ênfase.

Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório e Contas, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação pela Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas e pela Secretaria Regional das Finanças.

Funchal, 01 de junho de 2023

O FISCAL ÚNICO

UHY OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)
Representada por:

António José Pereira da Silva
(ROC n.° 947, inscrito na CMVM sob o n.° 20160564)